

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Oito de Junho de Dois Mil e Vinte e Quatro

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, pedia-vos o favor de se sentarem. Estão presentes na sala cinquenta e sete senhores Deputados, pelo que temos quorum. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar todos os Senhores e as Senhoras Deputadas, os Senhores Presidentes de Junta e as Senhoras Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara e as Senhoras e os Senhores Vereadores, os Funcionários da Autarquia e o Público que assiste presencialmente e através dos meios de comunicação. -----

Cabe-me, agora, dar conhecimento das substituições dos senhores Deputados. Do Grupo Municipal Pela Guarda: falta Sandra Cristina Amaral Marques Macedo Madeira, substituída por Telmo Filipe de Carvalho Vaz; falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos; falta José António Quelhas Gaspar, substituído por António José da Silva Quinaz; falta António José Carvalho Mendes, substituído por Rita Alexandra Caramelo dos Reis; falta Lídia Lucas Teles Matos Aleixo, substituída por António Duarte Neto. Do Grupo Municipal do PSD: falta João José Santiago Alves Correia, substituído por Maria Manuela Rodrigues Pereira Monteiro; falta José Carlos de Almeida Alexandre, substituído por Rodrigo Pires Besteiro; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Francisco António Ricardo Jorge Robalo; falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por António Pereira de Andrade Pissarra; falta Ana Rita Ventura Brissos, substituída por José Alexandre Pires; falta Dulcineia Catarina Moura, substituída por Fernando Manuel Martins Madeira. Do Grupo Municipal do PS: falta Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Messias

Matias Coelho. Das Juntas de Freguesia: falta o Presidente de Junta de Freguesia de Santana de Azinha, Edgar José Dias Rodrigues, substituído pelo Tesoureiro, António Lopes da Costa; falta o Presidente de Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Pires Sanches; falta a Presidente de Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires; falta a Presidente de Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina. Estas são as substituições.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “No período de intervenção do público, temos, neste momento, não sabemos se três, se quatro, porque há aqui uma pessoa inscrita que pode não estar presente. Pela ordem de entrada, dava a palavra, por cinco minutos, ao Dr. Aires Antunes Diniz. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia. Bom dia à senhora Câmara, bom dia à senhora Mesa, bom dia a todos os Deputados Municipais, bom dia aos senhores trabalhadores da Câmara, bom dia a todas as pessoas que estão a ouvir, bom dia a todas as pessoas que estão a seguir, esta Assembleia, através da Internet. Eu, hoje, decidi falar sobre Museus. Criemo-los para conservarmos a memória do nosso passado. Daqui a uns poucos dias, íamos comemorar mais um aniversário do nosso Museu da Guarda, com um número da revista Praça Velha, em que celebraríamos mais um pouco o 25 de Abril de 1974. Mas informaram-me há dias que tal não iria acontecer. É pena pois há muito para celebrar, recordar e guardar na nossa memória coletiva. Há poucos dias, um grupo de cidadãos deste concelho reuniu-se para pensar e atuar sobre a forma de preservar o nosso património material e imaterial. Poucos dias depois, a ordem dos médicos da nossa cidade, celebrou, na Guarda, a memória de Carolina Beatriz Ângelo e, na ocasião, o médico Reis Pereira recordou o projeto adormecido de um Museu da Saúde nesta cidade, que foi pensada como cidade da saúde. Congratulou-se, então, não terem devolvido o espólio fornecido há uns anos que enviou ao Museu para uma exposição sobre a saúde. Recordei, então, que fui um dia ao antigo liceu desta cidade, ver se ainda lá havia o microscópio usado pelo Dr. Lopo de Carvalho para fazer a sua investigação. E

estava. Fiquei feliz com isso, claro. Continuava, assim, a minha pesquisa sobre a história da saúde de que resultou há pouco o meu livro: “SNS: Dos médicos de partido aos Centros de Saúde - Anotações sobre uma realidade esquecida” que apresentei no passado dia 4 de maio. Adicionei a esta ideia a de um Museu Pedagógico na Guarda com o espólio das nossas escolas secundárias e primárias. Seria uma forma de preservar a memória da educação feita na Guarda, que nos mostrou como cidade culta por todo o lado, sendo os seus formados o sustentáculo da Universidade da Beira Interior, tal como o sublinhou o professor José Ramos Pires Manso na apresentação do meu livro “Escolarização na Beira Interior e Trás-os-Montes nos anos de 1970” no passado dia 6 de abril. Entretanto, deparei-me com o desaparecimento de alguns fotógrafos da nossa cidade, sem que houvesse qualquer cuidado em preservar o seu espólio fotográfico. Infelizmente, uma desleixada revisão do trabalho anteriormente feito sobre a Guarda, marcou o trabalho “Guarda. Das origens à atualidade”, coordenado pelo Professor Fernando de Sousa e editado pela Câmara Municipal da Guarda, Politécnico da Guarda e CEPESE, que não foi capaz de escolher a fotografia do primeiro diretor do Instituto Politécnico da Guarda, colocando, em vez dela, a fotografia de João Bento Raimundo, ladeado pelo meu antigo aluno Amândio Baía e pelo meu amigo Manuel Prata (isto, na página 1265). Também aí a história da antiga Escola Comercial e Industrial da Guarda, uma ideia da Associação Comercial da Guarda, termina com a sua extinção, na página 12, parecendo que os seus autores nunca estiveram neste país e não assistiram à reforma iniciada por Leite Pinto, continuada por Galvão Teles e Veiga Simão e acelerada em 1 de agosto de 1975, unificando-se então o Ensino Secundário Português, acabando assim o ensino classista que o marcava e ainda cumpria o preconizado por Destutt de Tracy em 1800, de que devia haver dois sistemas completos de instrução (uns para os *savants* que era a aristocracia e outro para os trabalhadores) sem nada em comum entre estes dois sistemas, evidenciando, deste modo, tudo isto, a falta de coordenação entre os autores em contradição com aquilo que escrevem (isto, nas páginas 1246 a 1248). Tudo isto mostra a necessidade de a Câmara criar, pelo menos, estes dois ou três museus com o apoio claro do Estado Central, que não se deve afastar deste apoio, que sabemos, infelizmente, estar apostado em degradar, tanto o nosso acesso à saúde, como à educação. É o que devemos impedir através da memória da luta também

fotográfica pelo seu desenvolvimento e do fim do seu funcionamento discriminatório em relação às classes populares. E disse. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Dr., muito obrigado. Dava agora a palavra a João António Dias Quintela. Se me permite, agradeço-lhe que se chegue tanto quanto possível ao micro, para se poder depois gravar. Muito obrigado.” -----

- **João António Dias Quintela:** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal da cidade dos cinco F’s, os respeitosos cumprimentos. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, bem como todos aqueles que à distância nos possam estar a seguir. *Time is Money* - tempo é dinheiro. Mas também é tempo para ideias e reflexões. Eu confesso-vos que gostaria de ter o talento de Miguel Ângelo ou de Van Gogh para poder pintar, numa tela, este momento. Como não fui dotado pela providência com este dom, limitar-me-ei, através de umas breves pinceladas vocais, dizer-vos o seguinte: não vim aqui para pedir fontanários, não vim aqui para pedir estradas nem novo tapete de alcatrão, também não peço escolas, também não peço saúde, não peço cultura e também não peço festas, mas também não venho pedir subsídios. Eu vim aqui para falar de uma palavra que atemoriza muita gente. Venho aqui para falar da morte. Verifica-se, aqui, na Guarda, pouca qualidade no pós-vida: instalações exíguas, acanhadas, pouco salubres algumas delas. Veja-se, por exemplo, as salas da Igreja da Misericórdia: acanhadíssimas, uma mistura de decomposição corporal juntamente com o cheiro a flores, tosse, choros, sofrimento, aquecimento que debilita o ar. E não só, também a frieza das igrejas compridas, frias, pouco intimistas na dor, algumas delas lúgubres. Apelo, pois, à vossa sensibilidade para a necessidade da construção de um centro funerário com condições, onde o respeito por quem partiu e a dor de quem sofre a perda seja minorada, acarinhada e respeitada. Mas não vou ficar por aqui. Segue-se a cremação. A cremação é uma atitude limpa para quem escolhe este fim corporal. Por que não a colocação deste sistema na Guarda? Evitar-se-iam deslocações para fora da cidade, aumentando ainda mais a penosa dor e sofrimento de familiares e amigos. Esta, meus senhores, não é uma prática incomum, nem com pouca procura. A cremação é uma opção com cada vez mais adesão. Foi-me isto mesmo transcrito por um empresário da área aqui da cidade da Guarda. E se um guardense ou um egitarianense fizer esta escolha, terá que ir, com certeza, para Mangualde ou Viseu porque são as terras mais

próximas. Será que também na morte temos que ir para fora da Guarda? Não deveríamos ter a possibilidade de acabar onde começámos? Em 1755, houve alguém que disse: enterrar os mortos, cuidar dos feridos, mas também dos vivos. Esse alguém chamava-se Sebastião José de Carvalho e Melo. Acaso, porventura, aqui na Guarda, outro Marquês de Pombal tomará a peito esta ambição que a todos diz respeito? Agradeço, senhor Presidente da Assembleia Municipal, o tempo que me concedeu. Ao senhor Presidente da Câmara, a gratidão por me ter permitido exercer o meu direito de cidadania e também a minha liberdade de expressão. Aos senhores Deputados Municipais, um bem-haja à moda da nossa terra, por terem tido a paciência em me ouvir e não terem abandonado os vossos lugares. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se está presente o senhor António Vasco Saraiva da Silva. Presumo que não. Então, tem a palavra a dona Maria do Céu Baía Oliveira Reis, por cinco minutos, se faz favor.” -----

- **Maria do Céu Baía Oliveira Reis:** “Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa, cumprimento os presentes e quem nos segue por outros meios. Afinal, o museu dos Meios produz o cobertor de papa ou não? Depois do grande investimento em seu nome, com publicidade e estilistas, a Escola de Artes e Ofícios encerrou e o cobertor de papa extinguiu-se porque o museu dos Meios, com os apetrechos que tem, não pode fazer cobertores de papa, apenas pode simular parte da produção artesanal, levando os consumidores a comprar gato por lebre. Os pretensos cobertores de papa, exibidos e vendidos no museu, dizendo serem lá tecidos, afinal vinham da fábrica dos Trinta e não passam de uma imitação usurpadora, obtida industrialmente, a seco, contendo fibras sintéticas. Para o provar, comprámos uma imitação no museu e mandámos testá-la no CITEVE. O relatório confirmou a existência de poliéster e polipropileno num produto cuja etiqueta diz 100% lã virgem, incorrendo em crime. Outros dados permitem concluir a ausência de lã churra. Como podem uma autarquia e um museu emprestar, alegadamente, a sua credibilidade e recursos à ocultação de um crime, associando-se a ele? Quem beneficiou realmente do referido investimento, se o cobertor de papa estava extinto? Por isso, em 15 de maio de 2018, criámos a AGCP para o salvar da extinção. Depois, falou-se na candidatura do cobertor de papa à UNESCO. Sendo o único produtor do cobertor de papa verdadeiro, a AGCP

não foi tida nem achada para o caso, portanto, concluímos que era a imitação industrial que queriam candidatar. A ideia foi abandonada. Terá sido pela nossa defesa da autenticidade? Agora a candidatura já não se justifica? Lamentamos os onze meses de espera por uma reunião, onde nos foi prometida uma ajuda de que hoje ainda continuamos à espera. Em vez de mostrarem a origem e o processo do produto industrial que compravam, vendiam e ofereciam, porque recorriam sempre ao cobertor artesanal de Maçainhas? Se o museu dos Meios não faz cobertores de papa, qual é a intenção de o associar e incluir em publicações sobre o genuíno cobertor de papa e de se dizer que “no museu dos Meios nascem cobertores dignos de um Papa”? Os visitantes só têm direito a ver aquilo que o museu pode mostrar e simular? Não podem ver, pelo menos, em Maçainhas, as partes em que o cobertor adquire o aspeto próprio e as marcas de autenticidade? Alguém prometeu: “se for eleito Presidente, acabo com a pouca-vergonha que se passa com o cobertor de papa.” Por que motivo a promessa não foi cumprida? É graças à EDP Tradições que o genuíno cobertor de papa ainda existe. Do Município, recebemos 400 euros, em 2019; 500 euros, em 2020; 500 euros, em 2021; 600 euros, em 2022; 1000 euros, em 2023, e, 500 euros, em 2024. Que conclusões podemos tirar? Se é pública a entrega dos subsídios às associações, por que motivo não se divulgam os montantes? Estamos muito gratos ao senhor Dr. Carlos Monteiro que no início do nosso percurso associativo nos deu preciosa ajuda, demonstrando o seu respeito e carinho pelo património. Quem é responsável pela má informação, incompleta, ridícula e tendenciosa, que verteram em desdobráveis, folhetos e publicações municipais e, pior ainda, em trabalhos académicos pejados dessa mesma má informação, lacunas e oclusões, com os decorrentes prejuízos para o ensino, aprendizagem, ciência, etc.? Foi para terem a desculpa de nós não termos capacidade produtiva que nos encomendaram cobertores a dois dias do prazo de entrega? Recusámos e a encomenda logo foi parar aos Trinta, com uma pequena diferença: o prazo de entrega tinha sido alargado em dois meses. E se não tínhamos capacidade de produção, não deveriam ter-nos ajudado a aumentá-la? O museu não podia tecer, realmente, em vez de simular, e a AGCP fazia o resto do processo? Ou não queriam fazer concorrência à imitação industrial? A AGCP faz serviço público, voluntário, paga 6 mil euros anuais de renda, entre muitas outras despesas. Levamos o nome da Guarda e região a milhares e milhões de pessoas, por isso não compreendemos que o nosso

trabalho não seja reconhecido. Todos os dias, de uma forma ou de outra, trabalhamos para o cobertor de papa, não fazemos apenas uma ou duas atividades anuais. Continuaremos a trabalhar com a mesma dedicação que temos tido nestes seis anos. Estamos no processo de certificação, cujo valor nos foi orçamentado em 30 mil e 100 euros. Já temos o caderno de encargos e não percebemos por que motivo, à semelhança de outros municípios, a nossa autarquia não toma a seu cargo esta forma de defender o nosso património mais identitário. Temos brio e orgulho no que fazemos e gostaríamos que os guardenses e o município mostrassem o mesmo brio e orgulho que nós sentimos e demonstramos com o trabalho e sacrifícios que dedicamos a este produto único, belo, ancestral e símbolo de toda a Serra da Estrela. Contamos com todos. Muito obrigada pelo tempo que me foi concedido. Tenho aqui alguns documentos, não sei se posso deixá-los ao senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não há mais inscrições do público. Passava, então, à discussão e aprovação da ata da última Assembleia do dia 30 de abril. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o teor da ata que foi colocada na plataforma? Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Antes de mais, muito bom dia a todos. É sempre um prazer estar aqui na Guarda, na Assembleia Municipal. Senhor Presidente, em relação à ata, eu não estive cá, não votarei o documento. Queria apenas fazer um pedido aos serviços municipais. Eu li a ata atentamente, portanto, com o dobro até da atenção porque não estive cá e, aqui, na página 105, o senhor Presidente Sérgio Costa fala e cito: “a decisão que a anterior Assembleia Municipal tomou, foi de chumbar o Plano de Urbanização do Cabroeiro” e continua: “chumbou este processo” e repete a terceira vez: “a Assembleia Municipal chumbou este processo”. E, portanto, eu andei a ver as Assembleias Municipais anteriores, andei a ler as atas anteriores e queria pedir aos serviços, tendo em conta este trecho da página 105, as deliberações aprovadas, por minuta, da ata do dia 9 de setembro de 2021, porque eu não sabia que o Plano de Urbanização do Cabroeiro tinha sido chumbado. Portanto, há aqui uma contradição. Aqui na ata vem vertido, diz o senhor Presidente, que o Plano foi chumbado. E eu quero saber se o Plano foi ou não chumbado em 2021. E, portanto, pedia aos serviços se me podem facultar as deliberações, por minuta, da ata do dia 9 de setembro de 2021 e na

próxima Assembleia ou tão breve quanto possível tiraremos conclusões. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, penso eu, colocava a ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia trinta de abril de dois mil e vinte e quatro.** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e três votos a favor e dez abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Passávamos ao período de antes da ordem do dia e inscreveu-se... quer fazer declaração de voto? Faça favor, peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu votei a favor, não tendo tido tempo para ler a ata com a profundidade desejável. No entanto, eu tenho confiança nos serviços da Câmara e tenho a certeza absoluta que, tudo aquilo que aqui foi dito, constará na ata. Soubemos, recentemente, que algumas coisas que são ditas, ao nível do Executivo, depois, a seguir, não constam em atas. E, portanto, queria deixar esta nota, no sentido de confiança nos serviços que nos acompanham enquanto Deputados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Eu tenho repetido, várias vezes, os apelos a que os senhores Deputados que intervêm, o façam, tanto quanto possível, junto ao micro, porque, de vez em quando, os serviços têm dificuldade em perceber as palavras que são pronunciadas. Ouve a Sofia, ouço eu. De vez em quando ficamos na dúvida e é quando aparecem, às vezes, três pontos, porque nós não conseguimos perceber o que é que o senhor Deputado ou a senhora Deputada disse. Portanto, renovo, de novo, esse apelo, para que a ata transmita aquilo que efetivamente aqui foi dito e que se passou, que é aquilo que todos nós, obviamente, pretendemos. Passando ao Ponto 1, dava a palavra ao CDS-PP. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Antes de começar a apresentação da minha recomendação, gostava de elogiar e gostava também de me associar à intervenção anterior em relação ao cobertor de papa. De facto, também gostaria de saber porque é que não foi incluído nos Festivais de Cultura Popular de 2024, sabendo nós que o

património do cobertor de papa é único no mundo e que, de facto, deve ser preservado e valorizado. Neste sentido, também gostava, porque sei que isso aconteceu, por que é que este cobertor não é retirado numa sexta-feira para limpar e regressa, depois, na semana a seguir? Penso que já foi feita essa proposta e, portanto, também penso que deveria ser feita essa limpeza. A minha recomendação tem a ver com a reabertura do Centro de Interpretação ou a adaptação do edifício para outras funções culturais ou educativas. O Centro de Interpretação, junto à Torre de Menagem, foi um posto de informação e de partida para as visitas aos principais locais com interesse cultural do concelho da Guarda. Incluiu um Núcleo Expositivo de Materiais Arqueológicos e nas salas criadas e no auditório podia ser visto um filme sobre a evolução da malha urbana da Guarda ao longo de mais de oitocentos anos. Os utentes podiam usufruir de um sistema de projeção que permitia o conhecimento do Foral da Guarda. A partir deste Centro, os visitantes ficavam com a indicação dos sítios arqueológicos do concelho da Guarda, através de vários suportes informativos. Tive oportunidade de visitar, até com alunos também da minha escola. O Centro encontra-se atualmente fechado. Apesar do investimento significativo na requalificação do espaço e na criação de um centro de interpretação, o edifício mostra sinais de degradação, sem qualquer atividade no interior. A situação atual não só compromete a valorização do nosso património, como também impede que os visitantes tenham acesso a uma experiência educativa e cultural enriquecedora. É imperativo que este espaço seja reaberto ou reutilizado de forma adequada, para que possa cumprir o seu propósito original de acolhimento e informação dos visitantes. Recomendamos a realização das necessárias obras de manutenção e reparação do edifício e a retoma das atividades. Caso a reabertura do Centro não seja viável a curto prazo, recomendamos considerar a adaptação do edifício para outras funções culturais ou educativas, que valorizem o património da Guarda. Recomendamos a criação de parcerias com instituições educativas ou culturais para a utilização digna do referido espaço. A implementação destas ações, não só beneficiará a conservação e valorização do nosso património, como também terá um impacto positivo no turismo e na economia local. A Torre de Menagem e o seu Centro de Interpretação são elementos fundamentais para a compreensão da nossa história e identidade e merecem ser preservados e apreciados por todos. Recomendamos, ainda, que a Torre de Menagem esteja aberta para visitas regulares, não só pela importância que teve, mas também pela

magnífica vista que proporciona. Também porque, para entender o edificado da Guarda, só dali se consegue explicar convenientemente o crescimento da cidade. (“A Torre de Menagem, símbolo máximo de toda a estrutura defensiva, é um sinal da altivez destas gentes que ao longo dos séculos defenderam a fronteira. Uma visita a este espaço, ajudará a compreender a importância que a Guarda teve na consolidação das fronteiras do atual território Português”). Ao lado da Torre de Menagem está um relógio que simboliza e que representa a cápsula do tempo, com cerca de quarenta personalidades, objetos e algumas declarações, que será aberto no dia 1 de julho de 2050. Esperava que, nessa altura em que for aberto, realmente, aquele espaço esteja mais aproveitado. Até porque o edifício está lá, é só mesmo uma questão de o reutilizar. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Deixava à consideração dos senhores Deputados se desejam pronunciar-se sobre o tema desta recomendação. Penso que não. Passava, então, à moção do PG «Pela Linha da Beira Alta».” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Senhores Deputados, Mesa, quem nos ouve, o muito público que hoje aqui está e que também é um sinal de vitalidade. Isto é uma conversa que nós temos tido, várias vezes, nesta Assembleia. É um problema que nos preocupa a todos. Não vou ser exaustivo na história, porque já todos sabemos como é que está. Estamos há demasiado tempo sem a linha da Beira Alta e isso implica consequências graves de transporte, mobilidade também, até em termos ecológicos, quer para as populações quer para mercadorias. A implementação do Porto Seco está adiada em virtude desta mesma situação e, por isso, nós vimos aqui, novamente, salientar este facto. Queremos, primeiramente, lamentar este adiamento. Queremos também exigir ao Governo e também à Infraestruturas de Portugal que garanta a reabertura o mais rapidamente possível e, com o que já aconteceu, demonstrar, antecipadamente, que estamos revoltados e não compreendemos que haja futuros novos adiamentos. E é isso. É sinalizar politicamente esta situação, para que a mesma possa ser alterada o mais rapidamente possível. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Nós acompanhamos esta moção, naturalmente. É uma situação péssima para os guardenses. Dizer só que o PSD defende a responsabilização dos governantes. Não venho aqui fazer um passa-culpas, mas acredito mesmo que isto é uma moção, acima de tudo, sobre o nosso desagrado. E o nosso desagrado deve ser enviado para toda a gente que tenha essas responsabilidades. Não só o Ministro das Infraestruturas atual, mas também aquele Ministro das Infraestruturas que prometeu a obra em nove meses, o atual líder da oposição, Dr. Pedro Nuno Santos; o Ministro das Infraestruturas que lhe sucedeu, o Dr. João Galamba, que prometeu o Porto Seco, na Guarda, dias antes da sua demissão e o Ministro que também lhe sucedeu, em acumulação de funções, e que agora é o Presidente do Conselho Europeu, o Dr. António Costa. ” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Penso que não. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Cumprimento todos os presentes e quem nos ouve fora deste hemiciclo. Estava a cumprimentar toda a gente. Em sequência e sobre o tema, queria... aliás, já fiz uma reflexão sobre a questão da ferrovia em Portugal e, acrescentando a essa reflexão, só queria também refletir uma conclusão que é só minha. Nós temos a segunda melhor rede de autoestradas do mundo, mas estas políticas de mobilidade vão-nos conduzir a termos a pior ferrovia da Europa. Só dou duas justificações. Uma delas, e isto é da responsabilidade do governo Socialista, nomeadamente deste novo comandante das tropas socialistas, que resolveu implementar uma solução de bitola ibérica. Isto traz transtornos decisivos para o que se pretende e que é fundamental que aconteça neste país, principalmente no Interior, que é o desenvolvimento económico. Não há desenvolvimento económico sem uma mobilidade consistente e garantida. Já há algum tempo lembrei. Eu sei que a linha férrea está preparada para a alterar para a bitola ibérica. Mas isto tem custos, como teve custos. E esses custos vão nos impostos dos europeus e dos portugueses. Como tem custos transformar a atual bitola na futura bitola ibérica, que isso é o que vai resultar do que está a ser feito. Resulta também, a título de exemplo, isto é mais demonstrativo do que tudo o que eu possa dizer, é o facto da linha da Beira Alta ser o reflexo do que se

fez na linha da Beira Baixa. Eu só lembro uma coisa: não se faz, em lado nenhum do mundo, vias internacionais, com perfil internacional, têm que ser desniveladas relativamente às rodovias. A linha da Beira Baixa não se encontra desnivelada de tudo o que é vias... aliás, estradas nacionais, de perfil nacional, estradas municipais, funciona tudo na mesma cota. Isto é só para lembrar estes aspetos. Nós estamos aqui a reconstruir, ou melhor, a fazer coisa nenhuma usando as mesmas técnicas do século passado. Devíamos pensar no século futuro, devíamos prever. A linha da Beira Alta vai ser exatamente a mesma coisa. Aquilo poderá, quando muito, ser um comboio turístico, porque não vai comportar as velocidades que se exigem para comunicarmos com a Europa. Se pensarmos na história e porque é que existem as linhas, a ferrovia já tem mais de cem anos neste país. E a ferrovia existe exatamente onde existe, porque é o percurso natural da nossa comunicação com o mundo, com este mundo externo que é a União Europeia a que felizmente todos pertencemos. Nós demitir-mo-nos, enfim, da responsabilidade de chamar à atenção deste Governo que, efetivamente, todo este plano devia ser revisto, porque o que nós vamos ter é uma linha da Beira Alta recauchutada. Não vamos ter mais que isso. Peço desculpa pela minha falta de capacidade de comunicação, mas, como dizia Dostoiévski, a inteligência muitas vezes não se consegue praticar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não haverá mais nenhuma intervenção. Colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela Linha da Beira Alta** -----

- Aprovada, por maioria, com setenta e quatro votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dava agora a palavra ao... Declaração de voto? Peço desculpa.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos estão a acompanhar à distância. Dizer o seguinte: isto é vergonhoso. Aliás, eu concordo plenamente com esta moção, como concordaria com qualquer moção com este teor vinda de qualquer bancada, como é evidente. Por quê? Nós somos um território de baixa

densidade, já pagamos por isso. Não se prevê para a Guarda, sequer, a alta velocidade. Tudo aponta que não vamos ser contemplados também com a alta velocidade. Somos a porta de entrada na Europa, somos um território que precisa de tudo e mais alguma coisa para o seu desenvolvimento. Ainda por cima, não conseguimos fixar pessoas. Já foi dito aqui que a mobilidade é importantíssima e não se compreende que um projeto desta natureza, que não se justifica, de maneira nenhuma, a sua morosidade, ainda por cima que tenha sucessivos adiamentos. Portanto, senhor Presidente da Câmara, aqui o político tem que fazer alguma coisa. Portanto, nós temos que, junto do poder central, do Primeiro-Ministro, do Ministro das Infraestruturas, de quem quiser, das pessoas que têm a competência para resolver este problema, porque isto é mais uma situação, é mais um adiamento em cima de outros. E, portanto, é inadmissível que isto venha a acontecer quando queremos fixar pessoas na Guarda, quando queremos o desenvolvimento do concelho, quando queremos, no fundo, ter qualidade de vida. E precisamos da ferrovia que é o transporte mais importante e é o transporte futuro. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava a palavra ao senhor Deputado Miguel Borges, também para declaração de voto.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O grupo parlamentar do Partido Socialista, como é óbvio, só podia votar favoravelmente esta proposta, da mesma forma que votámos quando lá estava o anterior governo. Instamos o grupo do PG a apresentar mais moções relativamente à questão do Porto Seco, Hotel Turismo e à falta de militares na UEPS, aqueles que ainda faltam vir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Dava agora a palavra à senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Vou apresentar a moção que se intitula «Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+». É de um episódio de violência contra as pessoas que frequentavam o bar de Stonewall Inn, em Nova Iorque, que a resposta coletiva à repressão trouxe as vivências LGBTQI+ para o espaço público e campo político. Este episódio ocorreu a 28 de junho, atualmente e, que é hoje, assinalado como o Dia Internacional do Orgulho. Desde este dia que foram alcançadas

vastas mudanças legislativas e de políticas públicas de reconhecimento de identidade, de expressão e de relações livres. Estes avanços não destruíram a família, não fizeram colapsar a sociedade. Tiveram como consequência torná-la mais inclusiva. Contudo, temos visto uma nova onda internacional de ódio conservador, com raízes nos movimentos de extrema-direita e que reforçam como agenda os anti direitos, neste caso, de pessoas LGBTQI+. A discriminação, que também se faz sentir em raízes materiais que operam na forma como a vida em coletivo está organizada, desde o acesso ao espaço público, aos cuidados de saúde, ao espaço escolar, ao emprego, à habitação, ao trabalho e à proteção social. Faz também hoje um ano desde que na presente Assembleia Municipal se aprovou, por maioria, o hastear da bandeira arco-íris no dia 28 de junho de 2024 no exterior da Câmara Municipal da Guarda. Reforçamos a importância desta ação simbólica como forma do Município da Guarda se evidenciar na luta pelos direitos LGBTQI+, acompanhando iniciativas semelhantes de outros municípios pelo país. Infelizmente, e mais uma vez, a Câmara recusou cumprir a deliberação ou aprovação, como preferirem, que fizemos nesta Assembleia, por maioria, e hasteou a bandeira, que se calhar a maior parte não viu, porque está bastante escondida, no canto esquerdo da entrada do edifício. Assim, espero que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de junho de 2024, aprove: saudar o dia 28 de junho, dia Internacional do Orgulho LGBTQI+ e toda a população que todos os dias luta pela igualdade plena, tanto na lei como na sociedade; saudar e prestar a nossa solidariedade à população da Guarda que diariamente se sente condicionada na sua expressão de identidade, género ou orientação sexual. Reforçar e sublinhar a importância da representação social e política de todas as pessoas, assim como a vivência segura no espaço público e privado; sublinhar a importância do Município da Guarda se evidenciar na luta dos direitos LGBTQI+ ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço desculpa. Senhores Deputados, a senhora Deputada está no exercício da palavra. Por favor, agradeço silêncio. Muito obrigado. Peço-lhe desculpa de a interromper.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Sublinhar a importância do Município da Guarda se evidenciar na luta dos direitos LGBTQI+, através do hastear da bandeira arco-íris todos os anos vindouros, no dia 28 de junho, no exterior da Câmara Municipal da Guarda.

Adicionalmente, eu quero também parabenizar o Coletivo Venham Mais Cinco, pelas ações que têm feito na Guarda, no âmbito do mês do Orgulho. Todos os fins de semana do mês, têm sublinhado a importância da ocupação do espaço público para a reivindicação do direito a ser, gostar e de nos exprimirmos livremente. Adicionalmente, quero também, e de forma muito especial, parabenizá-los por cumprirem a vontade da população da Guarda ao hastear, hoje de manhã, a bandeira no exterior da Câmara, tal como aprovado por esta Assembleia no ano passado e descumprido pela Câmara. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente, bom dia senhores elementos do Executivo, senhores Vereadores, senhor Presidente, senhores Deputados, toda a população que me ouve. Eu, sobre sexualidade, tenho orgulho sobre todas as formas de sexualidade que sejam entre adultos responsáveis, sem submissão, sem qualquer risco de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, de uma forma educada e entre adultos. Não vale a pena, se calhar, andarmos aqui com o orgulho do A, do B. Quer dizer, somos todos adultos e este é um assunto de estrita liberdade. Não devemos pôr qualquer peia contra, nem, de certa maneira, utilizamos isso como arma política a favor. É um exercício de cidadania, de dignidade, de autonomia dos cidadãos. Foi isso que aprendi com a malta de esquerda nos tempos de 1986, quando andámos e quando pagávamos quotas para a Associação de Planeamento da Família.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Muito breve. Eu sou tido por pessoa de direita e comungo também dos ideais de liberdade...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito rápido, porque já esgotou o seu tempo.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pronto. Não acrescento mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Peço-lhe que seja sintético.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Mais sintético do que isto, senhor Presidente? Peço desculpa. Eu, normalmente, sou muito sintético.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Há bocado, quase gastou o tempo.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Era para dizer que comungo a ideia e é extensivo, eu também comungo pelos ideais da liberdade. Desde que essa liberdade não choque com a minha liberdade, está-se bem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+** -----

- Aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, quarenta e quatro abstenções e três votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Muito bom dia a todos e sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Dr. Relva. Já estivemos aqui, o ano passado, a 28 de junho, para votar uma moção semelhante à que hoje foi apresentada pelo Bloco de Esquerda e, na data, também apresentada pelo Bloco de Esquerda. Essa moção foi aprovada, pelo que não surtiu efeito. De qualquer maneira, o meu voto contra, e é isso que eu venho falar, sobre a declaração do meu voto contra, não o voto contra do PSD, porque não foi. Foi apenas o meu. Eu acho que, antes de mais, temos todos que pensar que é muito bom divulgar estas coisas e somos todos a favor da igualdade e dos direitos de cada um. No entanto, hastear a bandeira no edifício da Câmara Municipal, eu sou contra. Sou a favor, sim, e se assim considerarem, colocar a bandeira noutra local da cidade, noutra edifício que possa ser emblemático. Mas não no local onde foi já e é símbolo da Implantação da República. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem a palavra, senhor Deputado. Já lhe dou palavra a seguir, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Declaração de voto para abstenção. Eu percebo a pertinência deste assunto. Aliás, eu sou professor e este é um assunto que também se coloca nas escolas e é um assunto complexo, como é evidente. Não podemos descurar essa situação. Percebo também que determinadas causas, por fatores discriminatórios, como é o caso, e outros, queiram assinalar as suas pretensões. Também entendo isso. Reconheço, também, que há estigmas na sociedade sobre a orientação sexual, de género e identidade. Tudo bem. Mas cada um é como é e devemos, naturalmente, respeitar. Isto já foi dito aqui, há bocado, também pelo Dr. Valbom. E, portanto, a orientação é de cada um, é natural que assim seja. E, portanto, nada a dizer em relação a isso e o caminho faz-se caminhando. Agora, eu, por princípio, não sou muito apologista dos dias internacionais e, no caso em concreto, tenho algumas dúvidas, nomeadamente sobre o conteúdo do texto quando refere a Guarda. Não sei porquê, não sei se isto está bem fundamentado ou não, se houve algum estudo sobre a reação das pessoas da Guarda sobre este tema. Não faço a mais pequena ideia. E a questão da bandeira, que a minha colega aqui levantou, é da maior pertinência também. E eu corroboro o que ela disse, não é? Não podemos brincar com os símbolos, não podemos. E o brincar, aqui, é entre aspas, como é evidente. Ou seja, por estes motivos que eu acabei de dizer e também porque, às vezes, estas causas perdem por excessos que cometem. E confesso-lhe que cometem muitos, no meu entendimento. Eu já assisti a manifestações e a última foi na altura do 25 de Abril, também, num cortejo no Porto, e confesso que não gostei daquilo que vi. E, portanto, em muitos casos, acho que não passam bem a mensagem para a sociedade. E, portanto, por esse motivo, a minha abstenção. Agora, estou de acordo que há aqui um caminho a fazer, como é evidente.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Ricardo.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes, bem como aqueles que nos acompanham nos canais digitais. A bancada municipal do PSD votou em plena

liberdade, de acordo com aquilo que é a sua consciência, pois este tema parece-nos que apenas diz respeito à consciência individual de cada um e não pode ser, de algum modo, forçada por uma imposição partidária ou de grupo político. Por outro lado, também, a mim parece-me, e esta opinião vincula-me apenas a mim, que a bandeira nacional, que é hasteada em todos os edifícios públicos, representa todos os portugueses, independentemente do seu credo, do seu género, da sua filiação política. Portanto, representa-nos a todos. Daí entender que se a bandeira nacional nos representa, não deverá haver outras a representar fações ou grupos minoritários. Para além disso, todos os dias são dias nacionais, regionais e internacionais de qualquer coisa. Então, fazendo fé e mantendo o mesmo princípio, também teremos que hastear a bandeira do dia da árvore, dos bombeiros, do cão, do gato, do comerciante. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “De facto, no PSD houve liberdade de voto para decidirmos como é que haveríamos de votar nesta moção. Daí que, depois, também haja uma série de declarações de voto, todas vindas do PSD. Eu votei a favor. É naturalmente uma luta que pede a igualdade, pede a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a autodeterminação. E, para mim, creio eu, são valores que o meu partido também defende e eu também sou desse partido, do PSD, porque o PSD defende esses princípios. Não vou defender outras coisas porque o PSD defenderia. E, portanto, é um caminho que também o PSD começa a fazer. Estive no último fim de semana no congresso nacional da JSD e vi muitas, muitas intervenções sobre a luta contra a homofobia, contra a xenofobia, contra o racismo também. De maneira que, da minha parte, tudo farei para ver o meu partido ao lado destas iniciativas que defendem o humanismo. O humanismo, acho eu, é o valor essencial, o valor máximo na social democracia. Quanto às duas questões que foram levantadas nomeadamente da bandeira, de facto, tanto a bandeira da Europa como a bandeira de Portugal representam todos os cidadãos da Guarda, como a bandeira da Guarda. Mas também já vi hasteada a bandeira do município amigo da família, das cidades que caminham, acho que do município amigo da juventude. Já vi muitas bandeiras. E quanto à questão do orgulho, acho que sim, que deve haver orgulho. Todos nós, no fundo, fomos criados como católicos e ouvimos dizer que o orgulho é uma

coisa muito má. Mas pode haver, de facto, um orgulho positivo de quem já ultrapassou e esperemos nós que tenhamos ultrapassado essa barreira da discriminação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Presumo que não. Senhora Deputada, faça favor.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Antes de mais, dizer que simples é falar e dizer que somos todos a favor. Ações concretas para os concelhos serem inclusivos é que parece difícil nesta Assembleia e nesta Câmara. Relembrar, também, que a política serve para organizar a sociedade. E nós somos políticos da Guarda, portanto, foi um bocadinho triste ver tanta gente a isentar-se da sua responsabilidade e pela qual foi eleita. Só uma coisa: não foram mexidos símbolos. Ou seja, a bandeira do município continua lá e a bandeira portuguesa também. Exatamente como foi dito, já foram hasteadas várias bandeiras no mesmo local. Desta vez, a população da Guarda mexeu-se e decidiu cumprir a moção que a Assembleia, o ano passado, aprovou. -----

Recomendação de Acessibilidade em Eventos. É uma recomendação para a Câmara Municipal, a acessibilidade continua a ser aqui um dos grandes calcanhares de Aquiles da Guarda. Já foram diversas as vezes, enquanto Bloco de Esquerda, que vim aqui identificar algumas das problemáticas e fizemo-lo na mesma para as propostas de orçamento de 2024: desde ruas e transportes públicos que não estão preparados para promover a mobilidade autónoma, habitações de responsabilidade municipal, até parques infantis que continuam a não estar adaptados. Para nós, é bastante óbvia a transversalidade do tema, mas na Guarda parece que não. Pessoas portadoras de deficiência encontram as mais variadas dificuldades, também no acesso à cultura, à arte e ao entretenimento. Reforçamos que a acessibilidade em eventos municipais além de ser útil para a promoção da cidade é, mais que tudo, uma responsabilidade da mesma. As barreiras com que as pessoas se confrontam e que condicionam a sua participação, advêm apenas da ausência de planeamento e da falta de adequação dos espaços do concelho. Assim, o Bloco de Esquerda da Guarda recomenda que a Câmara Municipal da Guarda adote as seguintes medidas nas atividades e eventos municipais e promova a sua concretização junto das entidades que apoia: lugar de estacionamento reservado, cumprindo as medidas regulamentadas e a proximidade do evento; existência de

instalações sanitárias adaptadas; informação precisa e atualizada sobre a acessibilidade dos locais e dos eventos; bilhete gratuito para assistente pessoal ou acompanhante da pessoa com deficiência; disponibilização de ajudas técnicas e produtos de apoio, garantindo a experiência completa das utilizadoras com diversidade funcional; locais e assentos para descanso; parte dos balcões de atendimento e stands serem rebaixados; elementos táteis que sirvam de referência na orientação, como são os pontos de referência e de reconhecimento; informação escrita em formato ampliado, em Braille ou informação digital acessível para pessoas com dificuldades visuais; possibilidade de solicitação de interpretação para Língua Gestual Portuguesa e, finalmente, bilhete gratuito para usufruto dos Passadiços do Mondego para pessoas com mobilidade reduzida. Relembro aqui que o trajeto geral tem doze quilómetros, o trajeto para a mobilidade reduzida tem dois quilómetros. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Permitam-me referir o seguinte: o técnico da Câmara, Lavajo, que, por regra, é quem controla os tempos, está de férias no estrangeiro. E, portanto, socorremo-nos de uma das senhoras funcionárias que, obviamente, se alguma coisa nos tempos não correr com a certeza como nós desejamos que ocorra, peço-vos que relevem essa falta. Vamos tentar que as coisas corram como deve ser. Mas esta é a palavra que eu entendia que devia dar. Tentámos por tudo, ontem, preparar tudo. Mas pode haver qualquer falha porque não há o hábito de fazer esta função. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação? Tem a palavra, faça favor. Creio que ainda tem tempo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Voto de Solidariedade com o Povo da Palestina.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Tenho? Peço desculpa, não percebi. Tenho 3 minutos e 50...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem uma tolerância de 2 minutos.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Mas não estou a perceber. Tem que me explicar porquê 2 minutos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, por acordo de cavalheiros, extra Regimento, é concedido aos grupos 6 minutos para apresentarem todas as recomendações e moções. Já extravasou esse tempo, estamos a dar-lhe mais algum.” -

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Pronto, era isso que eu queria perceber, passou o tempo. Mas se me explicar eu compreendo. Obviamente, olhando para ali, não tenho essa perceção, porque o que vejo é BE - 3.50. Obrigada pela explicação. Passarei à leitura, então. Voto de Solidariedade com o Povo da Palestina. De Gaza e outros locais da Palestina continuam a chegar-nos imagens brutais. Corpos enterrados ainda vivos em valas comuns. Milhares de pessoas mortas. Crianças, mulheres e homens vítimas de atrocidades. Ataques intencionais das forças armadas de Israel a edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, a hospitais, bem como a pessoal de organizações humanitárias e das agências das Nações Unidas. Assistimos igualmente à privação de bens indispensáveis à sobrevivência da população civil e ao impedimento de envio de socorros. É certo que a 7 de outubro de 2023, o Hamas lançou um ataque contra Israel marcado por uma inqualificável brutalidade, massacrando civis e tomando reféns, atuação que mereceu a mais viva indignação e condenação. Mas a consciência da humanidade não pode aceitar a ação desproporcionada e violadora do direito internacional humanitário que foi posta em marcha pelo governo de Israel. É ainda de salientar que este ataque, apesar de indesculpável, não acontece no vácuo, sendo fruto de setenta e cinco anos de políticas de ocupação, opressão e de violação do direito internacional por parte de Israel e que vimos intensificada por um governo de extrema-direita. O pedido do procurador do Tribunal Penal Internacional para que sejam emitidos mandados de captura para o primeiro-ministro e chefes militares de Israel pela prática de crimes de guerra, como ataques contra a população civil e outras condutas, bem como para dirigentes do Hamas pela prática de crimes de guerra, é a expressão de que os crimes de maior gravidade afetam a comunidade internacional no seu conjunto e não podem ficar impunes. Perante este horror, António Guterres tem apelado ao cessar-fogo e à ajuda humanitária em Gaza. Estes apelos têm mobilizado a comunidade para que o cessar-fogo se concretize imediatamente. E a recente decisão da ONU de incluir o Estado de Israel na lista de países que viola as leis internacionais de proteção às crianças, foi mais uma condenação da política desumana contra o povo da Palestina. Além de

condenar todas as agressões, incluindo o assassinato, o rapto e outras violações de direitos humanos que foram cometidas contra as vítimas inocentes desta guerra, o escalar do conflito exige muito mais do que um apelo humanitário; exige ação política concreta que possa contribuir para uma solução pacífica e negociada e isto só pode passar pela garantia do direito do povo Palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967, capital em Jerusalém Oriental e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, tal como as resoluções da ONU que designavam a criação de dois Estados. Sendo certo que o Estado de Israel existe desde 1948, o Estado da Palestina continua por cumprir. Assim, espero que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de junho, aprove: Expressar a sua solidariedade ao povo da Palestina, alvo de ataques brutais das forças armadas de Israel; Manifestar o seu apoio às posições do Secretário-Geral das Nações Unidas e das organizações internacionais que lutam por uma paz justa; Apelar ao governo português para que se junte aos mais de cento e quarenta países que já reconhecem o Estado da Palestina e, finalmente, enviar este voto de solidariedade e reforço do necessário reconhecimento do Estado da Palestina ao Primeiro Ministro; ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Presidência e Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este voto? Tem a palavra.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Como cidadã, como mãe, professora, mulher, enfim, claro que estou sempre a favor de qualquer voto que faça o repúdio da violência e da injustiça. Gostaria era de ver, de facto, esse voto, não só às vítimas da Palestina, mas também às vítimas de Israel, às vítimas da Ucrânia e a outros... Eu sei, Bárbara, que tu leste algumas coisas. Mas aí dá a impressão que é só as da Palestina e só por isso é que venho fazer este... Claro que estarei a favor, porque estou sempre a favor de alguma coisa que não esteja... aliás, começaste exatamente por mortes, enterrados vivos, como também acontece na Ucrânia. E, portanto, só gostava de ver esse voto de solidariedade abrangente a outras áreas e a outros territórios.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma intervenção?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Quero só relembrar que na última Assembleia Municipal em que aqui estivemos, fizemos um minuto de silêncio pelas vítimas da Ucrânia. Ninguém colocou a situação da Palestina. Só queria reforçar estes duplos padrões. Na moção estava bastante explícito que nós condenamos o ataque do Hamas e condenamos os ataques que têm sido feitos à Palestina, mas também é preciso enquadrar a situação e não esquecer o passado. São setenta e cinco anos de ocupação. E, volto a referir, nunca na nossa moção está referido que defendemos unicamente o estado da Palestina. Muito pelo contrário. No final é referido que falta o estado da Palestina, o estado de Israel foi já consagrado, tem havido uma série de atrocidades que também consideramos que têm que ser... de parte a parte, sem dúvida alguma. Mas, volto a referir, houve um minuto de silêncio pela Ucrânia. Acho interessante que seja colocada aqui esta questão, quando coloco uma moção para a Palestina. Mas, obviamente, cada pessoa tem direito ao seu voto, claro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Colocava, então, o voto à votação.”

----- **Resultado da votação do Voto de Solidariedade** -----
----- **com o Povo da Palestina** -----

- Aprovada, por maioria, com quarenta e sete votos a favor e vinte abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez, a todos. Dizer que, obviamente, o que estão a fazer as elites de Israel é uma selvajaria, clarinha. É uma desumanidade. O que fizeram as elites da Palestina, no dia 7, igual. E obviamente que a única solução que vai resolver isto é: dois Estados. Se todos nós tomarmos, de uma forma encarniçada, o partido A ou o partido B, ficamos sem pessoas para arbitrar. Eu, neste ponto, estou plenamente de acordo com a doutrina, com o que disse o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo atual. Alguém tem que ficar para arbitrar isto, porque é preciso negociar depressa, rápido, dois Estados. O mundo não pode continuar a assistir àquelas atrocidades de uma forma reiterada, continuada. É uma vergonha, como é evidente.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, bom dia, senhor Presidente. O grupo municipal do PSD expressa toda a solidariedade com o povo palestino, assim como expressa por outros povos que estão oprimidos ou em situações negativas como este. No entanto, nós gostávamos de ver o mesmo empenho na defesa do humanismo com outros povos que não só o palestino. Lembramos ao Bloco de Esquerda que, no dia 7 de outubro, o povo Israelita foi vítima de um bárbaro ataque e, desde essa altura, até agora, esta é a quarta Assembleia Municipal e não vimos o mesmo empenho do Bloco de Esquerda em defender a causa de quem foi atacado, de quem viu as suas famílias destruídas. Ainda outro dia, na televisão, via alguém a dizer que as crianças em Gaza não têm água para tomar banho. E lembro uma família Israelita em que uma mãe, chorosa, dizia: pois, nós aqui no Kibutz temos água, mas por causa do ataque do Hamas não temos crianças. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, pediu a palavra? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O grupo parlamentar do Partido Socialista, todo unido, teria que votar favoravelmente uma moção onde se diz que: em 2023, o Hamas lançou um ataque contra Israel, marcado por uma inqualificável brutalidade, massacrando civis e tornando reféns, atuação que mereceu a mais viva indignação e condenação. Por outro lado, manifesta a solidariedade ao povo da Palestina, manifesta o apoio às posições do Secretário-Geral das Nações Unidas e apela ao povo português para que se junte aos mais de cento e quarenta países que já reconhecem o estado da Palestina. E, portanto, o Partido Socialista teria, obviamente, que votar a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Declaração de voto. Dizer que teria votado favoravelmente se esta solidariedade fosse extensiva a todos os familiares que sofreram e sofrem com o resultado do ato praticado em 7 de outubro, como já foi aqui dito. Dizer também que é verdade que vemos muitas atrocidades neste conflito e vemos todos os dias crianças, idosos e toda a gente a sofrer, como vemos também na Ucrânia, não é? Entra-nos pela televisão adentro. Depois, apesar de o dia 7 de outubro ser o dia que foi, eu condeno também, como já foi dito aqui, muitas das atitudes do governo

Israelita e deste Primeiro-Ministro que eu acho que está há muito tempo no governo de Israel. Isso é também um facto. Mas também condeno e acho que devemos condenar todos os movimentos terroristas, a começar pelo Hamas, pelo Hezbollah, pelos Houthis e, sobretudo, pelo estado tirânico que é o estado do Irão, que é a República do Irão, que fomenta muitas destas atitudes, muitas destas atrocidades. É o responsável por muitos dos atos cometidos naquela região. Isso também devia constar aí da moção. Dizer também, para terminar, que estou solidário com a maioria do povo Palestiniano, como estou com a maioria do povo Israelita. E estou convencido que este assunto terá que ser resolvido pela via diplomática, naturalmente, com dois Estados. Não sei se haverá condições, a breve prazo, para isso. Estou muito cético. Mas acho que, no futuro, terá que ser por aí. E também peço que, nas moções, haja imparcialidade. É isso que se pede também.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, antes de mais, pedir alguma tolerância quanto aos dois minutos da declaração de voto, porque, de facto, para falar aqui de quase oitenta anos de história, dois minutos é pouco para conseguir ser respeitoso para com todas as partes. Mas votei favoravelmente, ainda assim...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é uma declaração de voto para explicar por que é que votou num sentido ou noutro. Não é para vir fazer uma intervenção sobre a criação do estado de Israel até agora.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Exatamente. Mas é preciso fundamentar o porquê de ser um voto a favor, não uma abstenção, não um voto contra. Foi, sobretudo, porque é um voto de saudação e acredito eu que devemos, aqui, também, saudar o espírito do Bloco no sentido de tentar ser conciliador nas suas deliberações. Já no conteúdo do voto, não tanto. E está aqui a tentar ser conciliador. Porque eu vi o Bloco de Esquerda ocupar Universidades, a cantar que a Palestina será livre do rio ao mar e que a Palestina vencerá, ainda na noite das eleições europeias. Portanto, de facto, acho que aqui foi bastante moderado o Bloco de Esquerda. Devemos, claro, condenar os ataques aos direitos humanos e vida levados a cabo pelo governo de Israel, porque, quanto aos

ataques do Hamas, do dia 7 de outubro, já nos pronunciámos, e o município também enviou as suas condolências à nossa cidade geminada de Safed. E, portanto, manifestaremos sempre o nosso apoio a quem procura a paz. Já o reconhecimento do estado da Palestina será, de facto, uma realidade no futuro, porque, neste momento, a autoridade palestiniana que detém a legitimidade de governo do povo Palestino, não tem controlo na Faixa de Gaza que é dominada pelo Hamas. Enquanto o Hamas existir, a paz é impossível e o estado palestino também. Portanto, só poderemos reconhecer, como diz a moção, acredito eu, quando palestinos e israelitas o fizerem. Estarmos aqui, do nosso alto, a falar de fronteiras de 1967 e o que devem ser as capitais dos outros estados, acho que não o podemos fazer. Porque falando de fronteiras de 1967, são quais? A Cisjordânia era controlada pelo Reino da Jordânia, a Faixa de Gaza era ocupada pelo Egito... vou já acabar..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, esgotou o seu tempo." ----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** "Dizendo só que, acho eu, o ponto de partida deve ser os acordos de Oslo, os únicos que o rejeitam são, de facto, o Hamas. Portanto, a partir daí é que devia partir a moção. Mas, ainda assim, teve o meu voto favorável, porque acredito que as deliberações não tiveram o mesmo conteúdo da moção. Obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra, senhor Deputado." -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** "Eu também votei a favor e esta declaração de voto é para dizer isso mesmo, que votei a favor, que não alinho com certo tipo de relativismo que aqui foi dito, de que os outros também sofrem. Estamos a falar sobre este ponto em específico. E o que há a destacar é que a moção fala do povo da Palestina. O Hamas é um povo terrorista, Israel faz parte do concerto das Nações e, portanto, o que há aqui a salientar é uma desproporção brutal das forças que foram usadas. E o homem é o homem e o seu contexto, e o contexto é que nós, das nossas diferenças, porque somos humanos. O que está a acontecer, neste momento, na Palestina e para o povo Palestino, é uma barbárie." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais declarações de voto. E, portanto, passava ao PSD, à moção.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Novamente, muito bom dia a todos. A nossa moção é «Pela realização do SIAC em 2024». A governação do município tem falhado nas mais diversas áreas, uma das mais desprezadas e atacadas tem sido a cultura. Podemos ter diversas conceções de arte e até debater o que é a cultura e o que são as políticas culturais acertadas. O que não podemos, de todo, é faltar à palavra às pessoas e manchar constantemente a nossa credibilidade. O Simpósio Internacional de Arte Contemporânea é uma marca da Guarda que este Executivo tem deixado esmorecer ao ponto de a ter mesmo cancelado, alegadamente, por constrangimentos de calendário. É falso. O SIAC estava planeado, devia ter acontecido em novembro passado, estava programado e pronto a executar, mas foi cancelado sem aviso prévio, numa atitude egoísta e de desrespeito para com os técnicos da autarquia, para com os artistas envolvidos (que ainda não sabemos quais são, nem as consequências que daí advirão) e para com a cultura. Como entendemos que a Vereadora da Cultura não tem peso político, o Presidente Sérgio Costa tomou uma decisão injustificada, quiçá irrefletida e desproporcional, e, como tal, esta Assembleia, reunida a 28 de junho de 2024, aprova: instar o Executivo a realizar o SIAC, tal como tinha prometido e planeado (têm a nossa palavra, como costumavam dizer) e pedir desculpas públicas à população, que viu as suas expectativas frustradas, uma vez mais, por uma decisão irrefletida, lesiva dos interesses culturais da cidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava a moção à discussão. Se algum senhor Deputado desejar inscrever-se. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez, a todos. Fico contente que gostem do SIAC. Eu também gosto do SIAC. Agora, todos os eventos têm condições de realização. Todos os eventos têm condições de realização. Estamos sem orçamento, a culpa é de? Bom, não vamos agora, com certeza, com um espetáculo, tentar substituir o SIAC. O SIAC é muito melhor que nós. Não vale a pena. Tem condições de realização? Isto é uma coisa simples. O povo que está a ouvir, entende. Se eu quiser que os meus

filhos vão de carro daqui a Lisboa, tenho que lhes meter x litros de gasóleo no carro. Se não, se lhes tirar, se não lhes der esses meios e se me puser algures, ali em Abrantes, a rir-me com eles porque não conseguem chegar a Lisboa... quem tem razão? É quem omitiu os meios de realização, certo? E para que fique claro e para que não haja aqui mais risos, é muito simples: os senhores Deputados do PSD garantem que o próximo orçamento é aprovado e eu garanto que vai ser feito o SIAC no próximo ano. Conseguem? É difícil, efetivamente, vocês cumprirem a vossa parte. Porque eu dou a minha palavra, já agora, que se vai realizar o próximo SIAC, se houver orçamento. Se não houver orçamento, a culpa é de quem omitiu meios de realização, ou seja, estamos sem orçamento. Isto que fique claro. Por isso, nós vamos votar contra isto, porque, efetivamente, é uma trapa. De certa maneira, é metermo-nos numa cilada, porque depois nós não cumprimos os compromissos orçamentais e depois vocês têm outros meios. Nós não vamos cair nisso. Aproveem vocês o orçamento e eu garanto o SIAC, porque o senhor Presidente gosta tanto do SIAC como vocês. Esteve no primeiro e desde sempre com o SIAC.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimentar todos. Apenas aqui uma pequena questão: a Feira Ibérica de Turismo não foi feita porque nós chumbámos o orçamento?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Uma vez mais, bom dia. É só para esclarecer as pessoas que nos estão a ouvir, porque foram aqui referidas, de que o município tem orçamento. Tem o orçamento que foi aprovado no ano passado e que não foi realizado na sua totalidade. Por isso, tem orçamento. No caso que o meu colega falou sobre a Feira Ibérica de Turismo, que estava num dos orçamentos e que não foi realizada, o dinheiro, se calhar, ainda lá está.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Inicialmente, eu queria perguntar ao senhor Deputado em que qualidade é que faz essa promessa à população da Guarda? E depois,

se quiser, eu agradecia que respondesse, porque prometer, enquanto líder parlamentar, que o SIAC se vai realizar, faz-me questionar aqui uma série de coisas entre: grupo municipal, executivo, como é que funciona o PG? Às vezes, há assim umas afirmações um bocadinho dúbias nesta Assembleia. Felizmente estão gravadas e a população da Guarda há de se exprimir para o ano. É verdade, torna-se aqui um bocadinho estranho. Mas, para além do pedido de desculpas, enquanto Bloco de Esquerda, nós achamos também importante clarificar as razões pelas quais o SIAC não foi realizado. A expressão que estamos a ouvir sempre é “constrangimentos de calendário”. Falou aqui de orçamento. Se calhar foi o orçamento. Se calhar, pode vir você responder em vez do Presidente da Câmara, se tiver mais informação, não sei. Mas alguém que responda, na verdade, porque, oficialmente, temos ouvido “constrangimento de calendário”. Mas, se calhar, não é isso. Tem mais informação do que têm o resto dos Deputados e a cidade da Guarda. Portanto, a expressão de “constrangimentos de calendário” para nós é muito pobre, para a importância do simpósio e das artistas. Achamos que é uma grande falta de respeito não ser mais esclarecedora. Toda a população tem que saber por que é que o SIAC não se realizou, têm que ser transparentes quanto a isso. E é uma questão, sim, de ser verdadeiro com a cidade que o elegeu. Novamente, obviamente apreciamos que tenham colocado esta moção. Acrescentávamos só que é necessário também um esclarecimento, além do pedido de desculpas. Mas, senhor Deputado Valbom, se quiser vir responder em vez do Presidente da Câmara, já demos conta que tem informações. Esteja à vontade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito bom dia. Cumprimento o senhor Presidente e peço que, na sua pessoa, se sintam todos cumprimentados. Eu quero só dizer que no orçamento de 2023 estava previsto o SIAC, pelo que, este ano, também está previsto. O vir dizer que não há dinheiro, é mentira. É uma inverdade. Por outro lado, Dr. Valbom, se der 100 euros ao seu filho para atestar o carro para ir daqui a Lisboa, se ele gastar 90 euros em cerveja, é capaz de não chegar lá.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Em jeito de conclusão, também já não vou intervir mais, eu queria só dizer que o grande problema aqui é o problema de sempre. Ou seja, nós temos uma visão para a cidade e para o concelho, nós temos que olhar as pessoas na cara e temos que dizer: nós queremos fazer isto, aquilo, o outro. Portanto, temos que ter precisão, temos que dizer ao que vimos. E o senhor Presidente aqui só tem que dizer: eu não gosto do SIAC. Desde 2021, dizia: eu não gosto do SIAC, isto não serve (como se falou da FIT e de outras coisas). Mas todos nós, em democracia, respeitamos e vamos, no fim, avaliar. Agora, o que está aqui em causa, nesta moção, é uma questão diferente. É que o senhor Presidente diz que vamos fazer o SIAC, vamos fazer o que quer que seja e, depois, do dia para a noite, neste caso foi do dia para a noite... segundo consta, houve gente dentro da Câmara surpreendida com esta decisão que soube pelo Facebook. E, aliás, Facebook esse, cuja publicação não foi aberta às pessoas para poderem comentar com o seu desagrado. Portanto, o que está aqui em causa, nesta moção, muito para lá da cultura, até muito para lá do SIAC, é uma forma de governar. Porque, é assim, nós podemos discordar da opção política, nós gostamos do SIAC e o senhor Presidente não gosta. O senhor Presidente retira, nós temos que respeitar democraticamente e avaliamos nas urnas. O que o senhor Presidente não pode fazer é dizer que vai fazer no dia 1 e, no dia 2, cancela. E depois não dá justificação cabal ou pelo menos detalhada desse cancelamento. E, portanto, senhor Presidente, esta Assembleia hoje vai votar, e espero que vote e que lhe passe aqui, em jeito de reprimenda, para o obrigar a cumprir com aquilo que prometeu. Pelo menos que cumpra com isto, porque tudo o resto já não vamos poder exigir e muito menos no plano cultural. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. O SIAC e todas as realizações têm condições de realização, passe a redundância. Ou seja, para se fazer, precisa de meios. Estamos condicionados na nossa ação. E essa condição é um direito da oposição, porque tem a maioria e condiciona-nos porque não temos orçamento. E esse assunto vai ser resolvido nas próximas eleições, não tenham dúvidas disso. Quer dizer, se o problema é as nossas opções versus as dos outros, não tem problema nenhum. Nós temos condições de, em campanha e em próximas eleições, defender o que fizemos e o

que não fizemos. Assim esteja em condições o PSD de nos dizer, aqui e agora, duas coisas muito simples: a primeira, revê-se ou não se revê no PSD nacional, quando diz que o orçamento é uma condição fundamental e que está contra as coligações negativas e que quem ganha governa? Um conjunto de coisas com as quais nós concordamos. Aliás, temos que concordar, é um partido democrático, fundador da democracia, neste momento está no poder. É essa a opção do PSD nacional. E o PSD local está em condições de dizer assim: nós rasgamos esse compromisso, maiorias negativas, nós fazemos ao contrário do que faz a nível nacional. Nós, PSD local, estamos com tanta certeza no que estamos a fazer que, dentro de todos os que aqui estão, vai sair o próximo candidato a Presidente da Câmara da Guarda. É isso que me garantem hoje, aqui e agora? Ou andam a queimar-nos em lume brando para depois apresentarem um outro salvador qualquer? É isso que tem que se discutir. Os senhores Presidentes da Junta têm que saber com quem contam. Da nossa parte, contam com quem estamos. Vocês garantem-me aqui que são vocês que vão à luta? Cá estaremos. O povo decide. O povo é o juiz, é o juiz supremo. Eu confio no povo, eu sou democrata. Agora, não confio que, pelo facto de uma maioria transitória de oposição, de coligação negativa, como eu digo, nos infernizem a vida, não nos deem condições de governabilidade e depois vêm aqui dizer que nós não conseguimos fazer. Se não tivermos orçamento, não conseguimos fazer isto e outras coisas. Porque, já agora, caro amigo, as opções se é FIT ou se é outra coisa qualquer são de quem ganhou as eleições. Temos que nos convencer disso. Exatamente, então, nós ganhámos as eleições, nós fazemos o nosso programa. E a gente vê-se, caro amigo Robalo, caro Júlio, estão convidados a apresentar um projeto alternativo ao nosso, mas que surja de vocês. Porque eu quero saber, interessa-me muito saber se, por exemplo, o senhor Presidente da Junta da minha terra concorda com o que vocês fizeram, que chumbaram a Alameda dos F's. Concordam? O senhor Presidente da Junta concorda? Porque não está aqui na Assembleia a dizer que concorda? Está cá? Então, andamos aqui a fazer um jogo de sombras? A Alameda dos F's não foi chumbada? O senhor votou a favor? Foi aprovada, foi. Eu vejo! O empréstimo. Vou fazê-la com o quê, com o meu dinheiro? Quanto é que dá o amigo? Quanto é que o meu amigo dá ao PG para a fazer? Tem (...)” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhores Deputados, peço...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Então, votamos contra as aldeias, votamos contra as realizações nas aldeias e depois vamos fazer o quê? Não é o que se está a dizer? Não estão a querer criar um impasse? É isso que temos que dizer à população. Não é um impasse? Então é o quê? É um obstáculo? É uma rasteira, é brincarem com a tropa.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, o senhor Deputado está no usa da palavra.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “É até brincar com os resultados eleitorais. Quem ganhou as eleições? Eu estou esquecido? Estou num ataque de demência? Não ganhámos nós? Então, fazem uma coisa e depois dizem outra? É isso que nós temos que ver, meus amigos, se o PSD tem a coragem de apresentar, de entre vocês todos os que aqui estão, a solução alternativa à cidade. Vamos a isso! E, já agora, o PS também precisava de umas coisas. Mas fica para logo.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia, uma vez mais. Senhor Deputado José Valbom, falou aqui em movimentos transitórios de oposição. Nós aqui não somos transitórios. Fomos sempre fiéis ao nosso partido, não como muitos que fizeram o oposto. O que nós estamos aqui a falar é de projetos que eram vencedores e que foram esquecidos, por uns motivos ou outros, e nós queríamos saber explicações do porquê de não serem feitos. Apenas isso.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente a isto, é assim: senhores Presidentes de Junta, guardenses, aquilo que estamos aqui a assistir é àquilo que temos assistido nestes últimos tempos, que é vitimização. Vitimização. Hoje, nesta Assembleia, nós vamos aprovar mais um reforço extraordinário para não sei quantas Juntas de Freguesia. O senhor Presidente de Câmara, quando foi do chumbo do orçamento, disse: se calhar não haverá dinheiro para essas Juntas. A verdade é que existe. Relativamente ao SIAC, isto não foi nada falta de orçamento. Quer dizer, isto foi esquecimento. Ou seja, nós temos, neste momento, à frente da Câmara, alguém que não planeia, mas quando planeia nem isso cumpre. Porque a verdade, a verdade é que os guardenses tiveram acesso a um anterior plano onde o SIAC constava. E, já agora, porque não fica bem estarmos sempre a chatear os mesmos, ó senhora Vereadora da Cultura, não tem nada

a dizer? A senhora Vereadora da Cultura não terá nada a dizer aos guardenses, relativamente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. A única pessoa do Executivo que aqui pode falar, nos termos regimentais, é o senhor Presidente da Câmara. Peço imensa desculpa, não pode invetivar mais ninguém.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou reformular. Peço imensa desculpa. Senhor Presidente de Câmara, deixe falar a senhora Vereadora da Cultura. Por favor, senhor Presidente de Câmara, deixe falar a senhora Vereadora da Cultura e que a senhora Vereadora da Cultura nos explique se a culpa foi dela, se a culpa foi dos serviços. De quem foi a culpa de não haver SIAC? E, agora, ó Dr. Valbom, deixe-me dizer-lhe uma coisa. O Dr. Valbom fala muito da questão do filho. Olhe, imagine a hipótese do seu filho lhe pedir para ir para Lisboa estudar e o senhor Deputado permitir mas não lhe pagar o bilhete de comboio ou emprestar o carro. Gostei, gostei daquilo que disse. Vamos imaginar um filho hipotético do Dr. Valbom. Um filho hipotético. Um filho qualquer que se poderia até chamar Sérgio. E imagine que o Sérgio não se esforça para ser um bom exemplo, não tem ambição, não é flexível, não tem estratégia de presente e futuro e vive apenas a pensar em si. Agora, no quarto ano, o seu filho Sérgio vinha-lhe dizer que ia casar e que queria ter direito a uma boa despedida de solteiro, lua-de-mel inesquecível e quinhentos convidados, que ia ter um filho com a sua mulher, que para poder ter uma boa vida familiar ia comprar uma moradia com piscina, que também ia comprar um carro topo de gama com zero quilómetros e com todos os extras e, ainda, ia abrir o seu negócio. No fim, e mesmo não tendo feito nada nos últimos três anos da sua vida, o Sérgio, seu filho, queria que acreditasse que ele ia realizar todos estes sonhos em apenas um ano. E mais, queria que fosse o senhor Deputado Valbom a contrair um empréstimo. Dr. Valbom, faria o empréstimo para o seu filho Sérgio? Mesmo ainda não tendo dado provas de nada?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Valbom, tinha pedido a palavra? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, mais uma vez, bom dia. Em relação ao senhor Deputado, perguntou-me se, efetivamente, seria um movimento transitório. O que eu

estava a dizer e vou reformular, como diz o meu amigo Borges, para que se entenda bem, é que eu pensava que o PSD e o PS, esta coligação negativa, era um movimento transitório. Que era qualquer coisa por pouco tempo e depois vocês iriam ter outra atitude. É isso que eu pergunto. Se, efetivamente, não é este movimento transitório, se esta associação, se esta coligação negativa, esta associação de interesses contra o Sérgio (que é, de certa maneira, isso que está aqui em causa), se esta coligação negativa não é um assunto definitivo, essa é outra coisa. Então, ainda temos alguma esperança. Se é uma associação negativa, só tem que me dizer qual é o presidente da candidatura, se é efetivamente o PS, como na Madeira, que perdeu as eleições de uma forma clara, perdeu nove mil votos em relação ao outro e quer efetivamente governar a Madeira. O PS, aqui na Guarda, até pode fazer o mesmo e vocês deem-lhe a mão. Foi isso que eu disse. Em relação ao nosso amigo Borges, a coisa é clara. Não vale a pena falar para os Presidentes de Junta porque são mais inteligentes do que eu. Efetivamente, esta coligação negativa, PS e PSD, tem estado a fazer obstáculo a que se façam realizações nas aldeias e agora também na cidade. E isto tem que ser claro e nem sequer digo que os senhores Presidentes de Junta já o entenderam. Penso que a população toda já o entendeu. E se vocês estão todos conscientes de que estão a fazer bem, que não venha o PS, depois, socorrer-se de uma Ministra, ou Ex. Que venham à luta os que cá estão. E vocês a mesma coisa. Porque eu tenho a certeza que o Dr. Virgílio Bento, o Abílio Curto, o meu amigo Brito, até a Ana Mendes Godinho querem, obviamente, que se faça a Alameda. Não querem votar contra. E eu tenho também a certeza que o Presidente da Junta da Guarda e outros PSD's que eu conheço também estão contra o obstáculo que vocês estão a fazer. O povo vai julgar isso. Todos nós vamos estar sujeitos a julgamento. E eu também, pelo que disse e pelo que não disse, se o omiti. Por isso é que estou a falar hoje, não quero que me julguem por isso. Por aquilo que prometi, por aquilo que não consigo realizar. Nunca irei conseguir fazer tudo o que digo, mas uma coisa fica clara: quando viram a minha fotografia, não é um movimento transitório de fuga. Eu quero que isto fique claro alguma vez. As eleições vão clarificar, assim tenhamos todos coerência de apresentar os atores em confronto, porque estes atores têm que se confrontar para que o povo decida quem ganha." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já lhe dou a palavra. Eu queria explicar aqui a contagem do tempo ao PG. Os independentes cederam 6 minutos e, portanto, dos 9 que tinham, o PG já esgotou um 1.43 dos 6 minutos cedidos. Esta explicação para nos entendermos. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja falar? Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente... é um pedido de esclarecimento e veja isto como algo de construtivo para esta e para próximas Assembleias. Eu também gostava de ser esclarecido em relação àquilo que nos diz, eu tenho esta dúvida já de há muito, a lei 169/99, de 18 de setembro, que muitas vezes é esquecida. Porque, às vezes, nós criamos aqui... na prática política, as coisas que são feitas reiteradamente, de forma continuada, ao longo dos anos, deixam escapar algumas coisas que estão na lei. E o artigo 48º desta Lei, que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico e o funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, diz, no seu artigo 3º, que os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates em duas situações: ou com a anuência do Presidente de Câmara ou, e isto é muito importante, a solicitação do plenário. Portanto, se alguém aqui solicitar a intervenção de qualquer um destes Vereadores, que não tem direito a voto, logicamente, o Vereador pode intervir ao abrigo desta Lei. E eu queria saber, senhor Presidente, de que forma é que nós podemos articular esta Lei com o Regimento, porque nós não podemos... Eu também não sabia e disseram-me. Há um ano, um ano e meio, disseram-me isto. Os Vereadores podem, de facto, intervir em duas situações: ou com a anuência do Presidente de Câmara ou a solicitação do plenário. E, portanto, se alguém do plenário solicitar a intervenção da Vereadora ou do Vereador, eu julgo que pode. E gostava de ter o seu esclarecimento nessa matéria. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, hoje... e fico-me por aqui para não dizer outras coisas. Desconheço essa lei, não conheço a lei. É óbvio que a vamos ler. De qualquer maneira, há um pormenor que é um pormenor. Não é porque vem cá o deputado A ou o deputado B pedir para o vereador A ou B falar, é o plenário. Eu vou estudar isso. E o que me parece, se estiver em vigor essa lei, não sei, confesso, para a próxima Assembleia estudarei isso e transmitir-vos-ei. Mas assim, à priori, parece-me

que terá que ser o plenário a decidir. Mas vou estudar o assunto. Sim senhor, nós agradecemos todas as colaborações. Não temos a pretensão de sabermos tudo, por amor de Deus! Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Fazemos aqui só uma trégua na discussão do ponto para um pedido de esclarecimento. Também gostaria de perguntar ao senhor Presidente se acha normal haver retirada de pontos ou de documentos apresentados por grupos parlamentares e que isso não seja feito aqui. Quer dizer, esses grupos parlamentares, se queriam retirar pontos, deviam-no ter feito aqui. E não era a pedido do senhor Presidente e nem o senhor Presidente devia ter informado os Deputados, até porque tem que ser o plenário também. Nós quando estamos a pôr esses documentos, estes documentos constam de pontos. É a discussão de um ponto, por isso é que nós temos tempo para os lá colocar. E não os podemos retirar assim de qualquer maneira. E, portanto, eu vinha preparadíssimo para falar de Bairros Digitais. E até acho que o senhor Presidente da Câmara nos devia informar acerca disso. Mas, já agora, queria deixar esta questão. E, depois, também dizer outra coisa: com que legitimidade é que também nos é enviado um parecer jurídico de um advogado qualquer, quando, entretanto, os documentos para a ordem do dia tinham que ser enviados com não sei quanto de antecedência? Foi só agora aqui um breve... podemos, já agora, continuar a discutir o resto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, um esclarecimento muito rápido. Nós recebemos ontem, a Mesa recebeu, à tarde, um pedido do PSD para retirar uma moção, creio que era uma moção, das que tinha apresentado... um voto de repúdio. Tinham apresentado como voto de repúdio. E o pedido dizia que o Regimento não prevê votos de repúdio. E era nessa perspetiva, de não estar aqui escrito votos de repúdio, que retirava, porque não teria a forma legal. Os senhores Deputados receberam o email ao fim da tarde. E eu aqui publicamente tenho que agradecer, porque muitas vezes os funcionários da Câmara são injustamente atacados, eu tenho que aqui publicamente agradecer o trabalho de três pessoas que estão ali sentadas, porque, com prejuízo familiar, saímos daqui às 8h30 da noite. Colocou-se-me o problema que o senhor Deputado levantou, mas como a invocação era de que não estava previsto, e consultada a Mesa, foi essa a razão. Pronto. É esta a explicação. Pode, pode.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Eu percebo a pergunta do Deputado Miguel e nós também a tivemos. Mas começar a discutir isto agora... Estamos a falar do SIAC, vamos votar esta moção do SIAC e depois já discutimos esse assunto, porque, senão, isto vai ficar aqui uma confusão enorme.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Sobre a moção em causa do SIAC, mais alguma intervenção?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente a esta questão do SIAC, acho que já ficámos mais ou menos esclarecidos. O Dr. Valbom veio cá, mais uma vez, tornar a vitimizar-se. Tornar a dizer que não podemos fazer porque não temos dinheiro, aquilo que já toda a gente ouviu. Mas a verdade é que, depois, a seguir, nós vamos assistindo a eventos todos os dias nesta cidade e sabemos que são gastos milhares e milhares por esses eventos. E, portanto, afinal há dinheiro. Se calhar não é gasto é com aquilo que deveria ser gasto. E quanto ao SIAC, mais uma vez, pedimos ao senhor Presidente no sentido de deixar falar a senhora Vereadora da Cultura, que há de ter algumas coisas para dizer. Há de ter algumas coisas para dizer acerca desta questão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não haverá mais intervenções. Colocava, então, a moção, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela realização do SIAC em 2024** -----

- Rejeitada, por maioria, com vinte e três votos a favor, nove abstenções e trinta e nove votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há declarações de voto. Faça favor.”

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O grupo municipal do PSD congratula-se pelo facto de uma atividade pensada, desenhada, criada e implementada pelo PSD, ter dado tanta celeuma e tanta participação por parte do PG, que ainda bem que a adotou. Pena é que não a implementou. E houvesse tanto empenho e dedicação, por parte do PG, em prosseguir o SIAC, como houve em questões laterais a esta moção, garanto-vos que hoje o SIAC era uma realidade. Sejam francos, a não realização do SIAC ou a sua protelação para as calendas, é uma pura medida política. É uma opção política. É legítima, com certeza. Podemos concordar ou discordar.

Mas o PG tem que dizer aos guardenses que prefere outras atividades em detrimento da cultura. É legítimo. E os guardenses julgarão. Por isso, a não realização do SIAC, que hoje, seguindo a tradição, devia estar a acontecer, é uma pura opção política do PG, que desvaloriza a cultura em detrimento de outras atividades que provavelmente lhe renderão mais votos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora bom dia, uma vez mais. Como disse há pouco, não poderia deixar de votar favoravelmente nesta noção, por esta iniciativa se ter tornado, em anos transatos, um projeto vencedor. Tal como o meu colega de bancada disse, e eu dizendo mais acerrimamente, espero que este Simpósio não tenha sido feito em detrimento de outras festividades/ajustes diretos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Declaração de voto. O senhor Ministro aqui de Viseu, Ministro dos Assuntos Parlamentares, pergunta qual é a ética, qual é o fundamento (tenho aqui a citação, se quiserem) para as coligações negativas. Pergunta ele: porque não nos deixam governar? Pergunto eu, e agora de uma forma simples, porque nenhum de vocês assumiu o compromisso de deixar passar o orçamento e nós deixamos, fazemos, realizamos o SIAC? E até vocês podem fazer metade das propostas que quiserem para o SIAC. Podem convidar os artistas que quiserem e o meu amigo Borges também. Podem. Vamos, então, fazer o SIAC para o ano? Cá estamos para fazer o SIAC.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhores Deputados, há uma frase do Evangelho, com todo o respeito por todos, que diz que é mais fácil ver uma palha no olho do vizinho do que o argueiro no próprio olho. A declaração anterior também foi, relevada a rigor, declaração de voto? Ou então, se me permitem, se autorizam a Mesa, aquilo que a Mesa entenda que sai da declaração de voto, nós mandamos desligar o som. Se é assim que querem, é assim que se fará. Já lhe dou palavra, senhor Deputado. Faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Votei a favor por diversos motivos. Mas eu acho que o principal ou um dos principais é mesmo o respeito por quem trabalha. No outro dia estava a ler uma reunião de Câmara, uma ata de uma reunião, e acho que era a Vereadora Adelaide que dizia que isto é gozar com quem trabalha. Isto é mesmo gozar com quem trabalha. E aos técnicos do município que trabalharam e que se dedicaram e se esforçaram para que o SIAC acontecesse, portanto, não vai acontecer e isso lesa as expectativas deles e o trabalho deles e por isso o meu voto a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos favoravelmente porque sabemos que isto foi uma inabilidade da Câmara e, portanto, tínhamos que votar favoravelmente. Por outro lado, neste momento não há orçamento na Câmara Municipal da Guarda porque o Executivo não quis. Não há orçamento na Câmara Municipal da Guarda porque o PG não quis. O PG anda desde janeiro para fazer um orçamento. Mas, se calhar, o senhor Presidente da Câmara tinha pensado assim: vou planejar entregar o orçamento em abril. Mas depois, a seguir, aconteceu como o SIAC - chegou a abril, esqueceu-se. E provavelmente pensou: não, se calhar vou entregar em junho. E chegou a junho, esqueceu-se. E, portanto, nós não temos orçamento porque o senhor Presidente de Câmara não apresenta orçamento. É isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que está encerrado este tema. Antes de passar aos documentos apresentados pelo Partido Socialista, o PSD apresentou um voto de louvor. O PSD apresentou agora um voto de louvor. O que o Regimento diz é que os votos de louvor têm que ser apresentados nos termos do artigo 54º com os tais dois dias úteis de antecedência. No entanto, o artigo 54º diz, no número 6, que em casos excecionais poderá Mesa aceitar após consulta e autorização do plenário. E, portanto, o que eu vou pôr é à consideração do plenário. Mas terei que, obviamente, para os senhores Deputados decidirem se aceitam ou não... «Voto de Louvor à Freguesia de Valhelhas e sua Praia Fluvial. À Freguesia de Valhelhas e sua praia fluvial que, pelo 17º ano consecutivo, é a Praia de Bandeira Azul. É de louvar que, por muito que aconteça, pandemias, incêndios e enxurradas várias, a Praia Fluvial consiga mostrar a excelência...» Pronto. Estão suficientemente esclarecidos quanto ao

título? Punha à consideração se se admite este Voto de Louvor. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado, por unanimidade. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bem, é que já ia o Presidente apresentar o Voto todo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Longe de mim querer tirar-lhe esse prazer. Muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Portanto, o voto de louvor é à Freguesia de Valhelhas e à sua Praia Fluvial que, pelo décimo sétimo ano consecutivo, é Praia de Bandeira Azul. É de louvar que, por muito que aconteça... Esta parte já ouviram do Presidente. É de louvar que, por muito que aconteça, pandemias, incêndios e enxurradas várias, a Praia Fluvial consiga mostrar excelência já desde 2008. Eu já a conheço, pelo menos, desde 1998. Tenho fotos, ainda na barriga da minha mãe, já naquela praia e ali aprendi a nadar. Lembro-me de lá não haver um relvado, lembro-me de não haver os acessos à água, lembro-me de não haver uma ponte para a outra margem. Lembro-me também de não ter pé naquela água. Já passou muito tempo, há sempre mais e mais a fazer, há sempre muito para crescer, mas hoje louvamos o trabalho da única Praia de Bandeira Azul no distrito. É a nossa jóia da coroa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava à discussão, se alguma senhora... Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Hélder Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas, (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Cumprimentar todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e quem nos ouve em casa. Obviamente, agradecer este louvor da bancada do PSD à Freguesia de Valhelhas e essencialmente à nossa praia. Realmente, são quase duas décadas de bandeira azul. Somos a única praia do concelho e distrito que mantém a bandeira azul. Privilegia critérios como o ordenamento, segurança, serviços, qualidade da água e sensibilização das pessoas no sentido da educação ambiental. É um trabalho árduo, é um trabalho que vem sendo feito por toda a população ao longo destes anos. Não tem sido fácil. Como dizia na atribuição das bandeiras azuis, o diretor José Archer dizia que são naturalmente muito mais sensíveis e mais difíceis de atingir e manter as praias do interior. E é por isso e por estas situações que a Freguesia de Valhelhas deverá

estar de parabéns. O Concelho e o Distrito da Guarda estarão de parabéns porque, neste momento, a praia fluvial de Valhelhas é um património quase ambiental e é um dos sítios turísticos mais visitados ao longo de toda a época balnear. É por estas situações que se tem tornado uma referência ao longo dos anos e queremos continuar a trabalhar, queremos continuar a lutar para que esta bandeira seja mantida para bem de Valhelhas, para bem do Concelho e Distrito da Guarda. Desde já, se me permite, senhor Presidente, convidar toda a gente para o próximo hastear de bandeira, que se irá realizar no dia 8 de julho, na praia fluvial de Valhelhas, e também dar os meus apreços e desejar aos meus outros colegas que têm praias fluviais, que seja uma época balnear sem sobressaltos e que tudo corra bem. Desde já, o meu muito obrigado a toda a gente.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Se não houver mais nenhuma intervenção, colocava... Mas é sobre este tema? É que, senão, colocava este voto à votação. Então, mas deixe colocar o voto à votação. Então, colocava o voto de louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
----- **à Freguesia de Valhelhas e a sua Praia Fluvial** -----
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e oito votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Queria pedir um esclarecimento à Mesa, senhora Deputada? Faça favor. Há declarações de voto? Então, já lhe dou a palavra. Senhor deputado, faz favor, para declaração de voto” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Congratular-me com o voto de louvor à Freguesia de Valhelhas por parte do PSD. Aquilo que é bem feito, é sempre bem feito. E eu penso que até vem numa altura oportuna, na Assembleia a seguir àquela em que, quando estava a falar o senhor Presidente de Valhelhas, o PSD lhe virou as costas. Efetivamente, ainda bem, e todos nós podemos errar, que efetivamente vocês corrigiram essa deselegância para com um amigo meu que muito tem trabalhado para que a qualidade daquela praia, sou testemunha disto do tempo em que era autoridade de saúde, desculpem lá, só agora, sai um bocadinho do tema, mas sempre vi, no senhor Presidente, uma pessoa empenhada, dedicada e com profissionalismo, com abrangência, com colaboração com todos, levar a bom porto o desiderato que é manter

pontos de excelência no interior. Todos os pontos de excelência do interior são necessários. Nenhum, nenhum, nenhum investimento no interior, caro amigo Né, é um desperdício.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos favoravelmente. Dar os parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas e a todos quanto, não só ao Presidente de Junta, ele sabe, não só ao Presidente de Junta, mas a todas as entidades que fazem com que essa praia tenha as qualidades que tem. Por outro lado, também dar os parabéns aos outros Presidentes de Junta que têm praias fluviais e esperar que o ano corra bem, sem incidentes nenhuns e tudo pelo melhor a todas as Juntas de Freguesia que são abrangidas pelas praias fluviais.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto, presumo que não. Senhora Deputada, quer pedir um esclarecimento à Mesa? Faça favor.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Cumprimentos e, na sua pessoa, cumprimento todos os que estão na sala e também a assistir à distância. É apenas uma questão do funcionamento da Assembleia e da Mesa, portanto, de ordem legal. É que eu sei que o período se chama antes da ordem do dia, mas nós temos de apresentar os documentos nos dois dias anteriores. Portanto, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo, antes de haver uma alteração da ordem de trabalhos, antes de começar a reunião é que há alterações à ordem de trabalhos. É só para aclararem esta questão, não é nada de especial. Era só para aclararem esta questão. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada, não pretendo, obviamente, dar nenhuma lição de direito, mas eu creio que não há nenhuma alteração à ordem de trabalhos, aquilo que está definido na lei do que é a ordem de trabalhos. O que há é retirada de um ponto, de um documento. É só isto.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Ó senhor Presidente, eu não estava a referir-me à retirada do ponto. Estava a referir-me, concretamente, à entrada de um novo ponto, de

um novo documento, de uma nova moção, que deveria ter sido no início, antes de começarmos a discussão, colocada à Assembleia a possibilidade de introdução ou não, e a votação. É só isso, senhor Presidente. Não é nada de especial, mas acho que a legalidade deve ser acautelada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, há um dom que eu não tenho, é o de adivinhar as coisas. A Mesa colocou o ponto aqui quando ele acabou de lhe ser entregue. Portanto, antes de ser entregue, nenhum de nós tem poderes de adivinho. Muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Pronto, é realmente para ficarmos esclarecidos. Eu apresentei este voto de louvor à última da hora mesmo, é verdade, porque, no meu entender, ao ler o Regimento, entre votos ou moções ou recomendações, há uma diferença no sentido do que é que deve ser apresentado tempestivamente. Moções e recomendações, dois dias antes. Para mim, ao ler o Regimento, acredito eu que não há esse pedido dos dois dias. Foi entendimento da Mesa, mas não houve qualquer tipo de entrave, por parte do plenário, este voto de louvor ser incluído. Mas fica só o esclarecimento para todos. Foi uma ideia minha que não seria preciso para os votos. Porque é aquelas coisas que, no direito, às vezes, aparece “e” e “ou” e muda completamente o sentido da frase. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ficou resolvido o problema. Dava agora a palavra ao Partido Socialista, para os documentos que entregou.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Ora, bom dia a todos e bom dia também lá para casa, para quem nos acompanha. Antes de mais, deixem-me também associar aqui à intervenção que foi feita relativamente ao cobertor de Papa, porque é aqui, nesta casa, que também podemos defender o nosso povo, as nossas tradições, a nossa cultura, enfim, a Guarda. Relativamente ao ponto que trago aqui, que é uma recomendação que é «A Minha Rua», que é uma plataforma que existe e está disponível no portal do eportugal.gov, que permite aos cidadãos, de certa forma, reportar problemas e dar sugestões sobre aquilo que se passa nas cidades, nas juntas de freguesia. Aliás, para os próprios presidentes de junta de freguesia também podem aderir a esta plataforma. É gratuita, não é preciso orçamento para isto. E, por isso, deixamos aqui esta sugestão e

de certa forma que as entidades criam uma proximidade bem melhor com os seus cidadãos. Era só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. É a recomendação «A Minha Rua», certo? Há algum senhor Deputado que deseja pronunciar-se sobre este tema? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Para referir que gostamos muito da ideia da recomendação do PS. Nós, nas propostas de orçamento, já tínhamos proposto ao Executivo que criasse uma aplicação ou uma plataforma digital, que servisse não só para identificar as ocorrências e as situações que a população ia reparando, mas também que permitisse uma série de outros serviços que nós consideramos que no *Site* são muito difíceis de encontrar. O que sugerimos foi que esta plataforma digital concentrasse a possibilidade de identificar ocorrências e sugestões, consultar informação autárquica, pedir audiências ao município, que tivesse um acesso à agenda municipal atualizada, informação sobre a proteção civil, pedido para solicitar inclusivamente a parte dos monos, comunicar as contagens de água, consultas de candidaturas, aceder a requerimentos e a candidaturas para apoios municipais. Queríamos só dar esse acrescento que achamos que é muito porreiro existir o projeto A Minha Rua, mas achamos que pode ser um bocadinho mais completado, de forma a que também seja mais simples aceder à informação do próprio município que, neste momento, não consideramos que seja assim tão simples de encontrar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir sobre esta recomendação? Penso que não. Passava à recomendação seguinte ou à moção.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, na sua pessoa, cumprimentar todos. «Voto de Saudação. Foi aprovada na Assembleia da República, no passado dia 21 de junho, a proposta de abolição das portagens nas ex-SCUT. Esta é uma grande conquista para a Guarda, para os cidadãos e para as empresas. A eliminação destas taxas é uma medida justa e garante uma discriminação positiva justificada para promover equidade e coesão territorial, decisiva para o desenvolvimento do Distrito da Guarda. Assim, ao abrigo das disposições

regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PS propõe à Assembleia Municipal da Guarda que, reunida na sua sessão ordinária de 28 de junho, aprove: saudar a abolição das portagens nas ex-SCUT, aprovada na Assembleia da República no passado dia 21; saudar todos os cidadãos e organizações que lutaram sempre para que esta eliminação acontecesse, fazendo desaparecer um custo de contexto que penaliza os distritos do interior, que não têm alternativas de mobilidade, em segurança. Enviar este voto a todos os grupos parlamentares e ao Presidente da Assembleia da República.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este voto de saudação? Penso que não. Colocava, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Saudação** -----
----- **Abolição das portagens nas Ex-SCUT** -----
- Aprovado, por maioria, com sessenta e sete votos a favor e quatro abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma declaração de voto? Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O Partido Socialista na Guarda estará sempre, sempre a favor de tudo o que sejam discriminações positivas para o interior. Temos votado nesta Assembleia propostas, quer do grupo parlamentar do PSD, quer do grupo parlamentar do PG, quer do Bloco, em tudo o que sejam medidas que, de alguma forma, façam discriminação positiva para as nossas regiões. Mais foi aprovada também na Assembleia da República, há bem pouco tempo também, a questão da diminuição da taxa de eletricidade para grandes consumidores. Nós próprios, Partido Socialista, tínhamos trazido aqui, quando foi por causa da questão dos pellets... não, foi um senhor do PSD, penso eu. O senhor do PSD trouxe aqui uma questão relativamente à questão de diminuição dos custos de eletricidade. Esperemos que a próxima vez que trouxermos aqui essa questão, esse voto de louvor pelo facto de a Assembleia da República ter aprovado a diminuição das taxas para os grandes consumidores de energia, que o grupo parlamentar do PSD, todo unido, vote connosco.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Um bom dia, mais uma vez, senhor Presidente e todos os que me ouvem. Só dizer uma coisa. A minha mãe ensinou-me que tarde é o que nunca vem. Efetivamente, vem tarde, mas tarde é o que nunca vem. Uma segunda coisa, que isso ainda não está para vir, é quando teremos uma lei eleitoral que diga que os Deputados da Guarda dependem da escolha e da decisão da população do interior e não tanto da escolha das cúpulas partidárias. De todas. Porque isto é um problema do voto nestes assuntos. É: o meu lugar de deputado, depende essencialmente de quem? Essa é a pergunta. Se depende das cúpulas, eu... E esse é um problema da lei eleitoral, nem é um problema de nenhum deputado em concreto. É um problema da lei eleitoral. O interior não consegue ter força para, de uma forma clara, escolher quais são os seus deputados, quais são os seus representantes. É um problema de lei eleitoral, de democraticidade...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Eu tenho fé... Desculpe, tem razão. Tem razão. Desculpe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Declaração de voto. Da mesma forma, portanto, eu expresso o mesmo sentido de voto na sequência da declaração que fiz na última sessão desta Assembleia, que foi a abstenção. E reiterando o que disse na altura, não há ninguém que seja a favor de portagens, como é evidente. E eu que faço regularmente Porto/Guarda e Guarda/Porto, naturalmente que também não estou. Como é evidente. Tenho a certeza, aliás, que a ex-Ministra Ana Abrunhosa, que disse na altura o que disse, em finais do Ano de 23, na Covilhã, que não era possível descer o tarifário, quanto mais a abolição do mesmo. Mas na altura tinha responsabilidades políticas, naturalmente. E, portanto, estava condicionada pela lógica partidária, como já foi falado aqui. Agora, como não tem responsabilidade, naturalmente que votou. Foi ela uma das promotoras da abolição de portagens. E muito bem, fê-lo agora. Tudo muito bem. Portanto, da mesma forma que este governo que agora chegou, está há dois meses a governar, também não tem ainda motivos orçamentais, neste momento, para abolir as portagens. Fê-lo em resultado de uma coligação, como sabemos, que houve na

Assembleia da República. E, portanto, compreender, e peço-vos que compreendam também a minha abstenção. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Para o Bloco este era um voto muito fácil, obviamente, tanto enquanto grupo... grupo, pessoa única, deputada municipal do partido, como a nível do partido a nível nacional, fizemos muitas reuniões, falámos com as pessoas interessadas, fizemos propostas. Portanto, para o Bloco, é óbvio que este voto era favorável. Gostávamos que na Assembleia da República toda a gente tivesse votado a favor, sendo da Guarda. Mas foi aprovado e ainda bem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não há mais nenhuma... há?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Claro que o meu voto tinha que ser sim, porque, como aqui já foi dito, isto significa coesão territorial, significa uma variável muito importante naquilo que todos nós nos devíamos mais concentrar, que é desenvolvimento económico. E isso é uma variável muito importante na promoção do desenvolvimento económico. É pena é que o Partido Socialista só depois de deixar de ser governo, porque já o podia ter feito há muito mais tempo e há muito mais tempo estávamos mais avançados no processo de desenvolvimento do nosso território.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pediu a palavra o senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bem, venho fazer a declaração de voto porque votei a favor. E votei a favor porque concordo que as portagens nas ex-SCUT são um castigo às nossas populações. Um castigo que também eu sinto na pele cada vez que escolho vir de autocarro ou de comboio, quando faço Guarda/Lisboa ou Lisboa/Guarda ou quando vejo familiares e amigos a escolherem passar mais uma semana, mais um mês sem vir à nossa terra. E votei a favor porque, como diz a moção, é para saudar todos os cidadãos e organizações que lutaram pela abolição das portagens e vejo a JSD representada nisso, porque a JSD esteve sempre, sempre, sempre contra quem não queria fazer a abolição das portagens. Portanto, quando fazíamos aqueles cartunes da

Ana Abrunhosa ou do Engenheiro Monteirinho, estamos a ver que hoje em dia o PS já nos saúda por essas nossas intervenções. A JSD da Guarda estará sempre contra quem impedir a abolição das portagens.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto?” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Muito obrigada. Gostaria de dizer que é claro que nós teríamos que votar favoravelmente este voto de louvor, de saudação. Foi uma luta longa de todo o interior, de um custo que sobrecarregava os orçamentos das famílias, das empresas. É pena é que, nesta luta, não nos tenham acompanhado os deputados do PSD, o que, no meu entender, é lamentável que não tenham defendido os interesses das pessoas que os elegeram, quer aqui nesta Assembleia Municipal, quer na Assembleia da República. Deviam refletir bem sobre quais são os vossos objetivos perante os eleitores que vos elegeram aqui na zona do interior, aqui pelos guardenses. Reflitam bem. E, em nome do PS, lamentamos que tenha sido essa a vossa posição. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Senhor Deputado, declaração voto?” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Declaração de voto, sim. Bom, isto é um assunto que já muita tinta fez correr e, portanto, também não vou estar aqui a discorrer sobre o que aconteceu. Tenho a minha opinião. Pouco me importa o que se falou aqui da questão da lógica partidária. Isto é uma medida de discriminação positiva. Mas o que eu queria dizer aqui hoje, eu, em 2016, com o meu amigo... por acaso o José Rodrigues já não estava lá connosco, já tinha ido para a faculdade, acho eu. Mas, em 2016, com o Diogo Borges e com a Mariana Cariano e até com o Professor Fernando Cabral, nós estivemos na Assembleia da República. Julgo que o grupo do José, o grupo de 2015/16 foi o primeiro a ir ao Parlamento dos Jovens, assim uma organização mais musculada da iniciativa do Parlamento. Depois nós fomos a seguir e até hoje nós temos vindo a ser representados no Parlamento dos Jovens, umas vezes mais, outras vezes menos. Mas isto para dizer o quê? Que nessa segunda edição, de facto, nós tivemos oportunidade de discutir no Parlamento, quando éramos adolescentes, assimetrias litoral/interior e as

medidas, neste caso, decisivas, disruptivas para a beneficiação dos territórios de baixa densidade. E, portanto, eu julgo que, da parte do interior, dos rapazes e das raparigas que estavam ali representados, dos grupos de trabalho que foram constituídos, esse foi o foco da sessão. Lembro-me perfeitamente do que falámos com os Deputados eleitos pelo círculo da Guarda, da necessidade da abolição das portagens. Portanto, Deputados sempre em unísono e principalmente no PSD. Cresci, deixei o Parlamento dos Jovens, deixei o secundário, já deixei a faculdade, estou nestas lides da JSD. E, portanto, se a defendia lá atrás, com imaturidade, e quando de facto ainda não sabia... ou verdadeiramente pensava que sabia o peso que uma medida destas pode trazer para o território, é óbvio que a tenho que defender hoje, oito, nove anos mais tarde. E, portanto, apesar de ser do PSD e apesar daquilo que aconteceu na Assembleia da República, que eu também já falei, e eu falo disso livremente porque acredito que as pessoas percebem verdadeiramente aquilo que é importante...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já esgotou o tempo e agradeço-lhe síntese.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “... e aquilo que não é importante. Mas eu gostaria de dizer que o voto a favor é porque é uma medida de discriminação positiva. Tratar de forma desigual aquilo que de facto é diferente. E, portanto, aqui, para mim, não pode haver questão e temos que estar unidos, todos nós, pelo distrito da Guarda e pelo Interior. E, neste aspeto, eu gostava de reiterar aquilo que disse o Rodrigo Besteiro. Tenho muito orgulho em pertencer à JSD...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “...e tenho muito orgulho em pertencer a uma estrutura que tomou de pronto uma posição firme em relação a esta matéria. Muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Na forma de declaração de voto, é um aparte rápido. Só para dizer aqui que o Francisco falou da questão do Parlamento dos Jovens e, agora, foi assim uma nostalgia, só foi possível porque o Professor Virgílio Bento, que também está aqui, foi o Professor que se associou connosco para fazermos isso na altura, a Diretora da Escola que também apoiou era a Professora Amélia. Portanto, é bom que,

passados tantos anos, tanta gente, em bancadas diferentes, esteja aqui. É uma coisa que, da espuma dos dias, é bonito. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O grupo municipal do PSD absteve-se porque manteve a coerência com a votação relativamente ao mesmo tema que tinha tido na anterior Assembleia. Em todo o caso, o PSD é um partido plural e a prova está em que a JSD entendeu votar a favor, o PSD entendeu abster-se. Portanto, vivemos nesta pluralidade, mantendo sempre a mesma coerência. Já me custa entender é a coerência manifestada pelo Partido Socialista que, na última legislatura, em mais de trinta e seis iniciativas parlamentares para abolir ou reduzir as portagens, sempre votou contra. E, agora, vem, do alto da sua arrogância, a propor e a sufragar, com um voto de saudação, esta medida, que é bem-vinda, sublinho, é bem-vinda para todos nós e para as empresas daqui, mas que não deixa de constituir um exercício de hipocrisia por parte do Partido Socialista. O PSD manteve-se coerente. O PS não. É isto que nos distingue e é isto que nos caracteriza. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haverá mais declarações de voto...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PSD):** “Ó senhor Deputado, quem diz que a medida é bem-vinda e a seguir se abstém... Quer dizer, nós assistimos a isso ainda agora. Falar de hipocrisia a seguir? Bem, é assim. Não estavam reunidas, anteriormente, as condições para que isso fosse votado. Neste momento, reunidas as condições para que isso fosse votado; temos, neste momento, um excesso orçamental, não temos um défice orçamental; estavam reunidas as condições, o Partido Socialista assim fez. Apresentou duas medidas de discriminação positiva para os territórios do Interior. O nosso Secretário-Geral, em campanha, disse que seriam as primeiras medidas a apresentar. Cumprimos apenas com aquilo que nós nos comprometemos com os portugueses e, principalmente, com os portugueses do Interior.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Penso que declarações de voto e defesas da honra que estão... No tempo do debate político, penso

que tem tempo. E acho que também não podemos alargar isto demasiado. Continua o Partido Socialista com os outros documentos que entregou. Faça favor.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Começar por endereçar os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e aos que nos acompanham através dos meios de comunicação social. As dificuldades sentidas ao nível do estacionamento no centro da cidade da Guarda são sobejamente conhecidas por quem se desloca no seu veículo para essa zona durante a semana. No Regulamento Municipal de trânsito está prevista a possibilidade de celebração de avenças semestrais para residentes com a atribuição de um cartão de residente que confere um título de estacionamento para zonas de estacionamento de duração limitada. No entanto, essa avença está limitada a um veículo por habitação e não está disponível para as pessoas que não residem nestas áreas, que têm que se sujeitar ao pagamento do estacionamento através de parquímetros que apenas permitem um limite máximo de estacionamento de duzentos minutos, aproximadamente três horas e vinte. Com vista a dar resposta a estas lacunas, propugnamos, assim, alteração do Regulamento Municipal de trânsito, de modo a prever a possibilidade de obtenção de um título de estacionamento sem limite de tempo nessas zonas, com a criação de um cartão de estacionamento, uma espécie de passe que permita o estacionamento nos lugares tarifados existentes na cidade, durante um período que possa variar entre um dia a um mês, consoante o preço pago. Pode ainda o Município da Guarda ir mais longe, concebendo a possibilidade de pagamento do estacionamento através de uma aplicação para smartphone, definindo-se o pagamento por zonas de estacionamento. A App indica em que zona está e o condutor identifica a viatura através da matrícula e procede ao pagamento de forma simples. A par destas medidas, urge também modernizar os parquímetros existentes, obsoletos e antiquados, de modo a permitirem a opção de pagamento eletrónico à distância, que é um equipamento essencial numa cidade que se pretende modernizar e adaptar ao Século XXI, em que a maioria da população tem acesso a meios de pagamento eletrónicos que facilitariam a prorrogação do pagamento do estacionamento sem necessidade de deslocação física do utilizador. A nossa moção pretende assim que seja instada a Câmara Municipal da Guarda a implementar as medidas ora propugnadas e a revisão do

Regulamento Municipal de Trânsito, em conformidade com o que aqui se propõe. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Está a moção aberta à discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Não havendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito:** -----

----- **Criação de um Cartão de Estacionamento ou de uma Aplicação para** -----

----- **Smartphone para Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração** -----

----- **Limitada da Cidade da Guarda e Modernização dos Parquímetros** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e seis votos a favor, três abstenções e um voto contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Sores, Deputado (CHEGA):** “Eu queria dizer, relativamente a este tema, que tenho que votar contra e só dou a seguinte explicação. Pelo que eu percebi, os residentes ficam com a possibilidade de ficar com estacionamento reservado. Nas zonas comerciais, que se quer promover o comércio, a mobilidade das pessoas, porque a mobilidade é também estacionamento, fica condicionada a essa possibilidade, ficando o estacionamento reservado. Por isso é que normalmente os regulamentos nesta matéria verificam a temporização deste tempo até ao máximo de quatro horas, exatamente para promover esta rotatividade para quem precisa de ir às compras poder estacionar na proximidade a que se destina. Se nós vamos dar a possibilidade a todos os residentes poderem reservar o local junto do seu local de residência, podemos condicionar inclusivamente a atividade comercial das zonas onde exista concentração comercial. É preciso ter algum cuidado nestas matérias, parece-me a mim. Já sabem que eu não sou grande comunicador, não sei se perceberam a minha mensagem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor. Declaração de voto, certo?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei favoravelmente, tanto esta moção como a outra moção que falava sobre A Minha Rua, até porque estas moções não são nada de novo.

Isto faz parte de uma candidatura que a Câmara fez a uma coisa que chamava Bairros Digitais, onde estavam previstos alguns destes mecanismos. E com a polémica existente acerca da questão dos Bairros Digitais e coisas deste género, a nós, Partido Socialista, mais do que nos importar quem quer que seja que esteja à frente desse programa, aquilo que nós queremos é que o senhor Presidente nos explique exatamente, estamos a falar de um programa de quase 1 milhão de euros, em que consiste. Porque grande parte destas medidas que nós apresentámos consta desse programa. E, portanto, sabíamos que iria ter a unanimidade da vossa aceitação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não há mais declarações de voto. Há uma?” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Achamos importante votar a favor desta moção. Obviamente foi apresentada por nós porque entendemos ser importante para a cidade. É uma declaração de voto, se me permite. Estou a explicar porque é que votamos favoravelmente... Permitem-me?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada...” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “... e prestar um esclarecimento...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputada, eu peço-lhe imensa desculpa, se me permite. Procuro ter o mesmo tratamento com todas as senhoras e com todos senhores Deputados. Na última Assembleia, retirei a palavra à senhora Deputada Bárbara porque foi ela que apresentou uma proposta e de seguida veio dizer porque é que vinha o sentido de voto. A si, peço-lhe imensa desculpa, se é uma declaração de voto, vou-lhe retirar a palavra porque foi a senhora Deputada que apresentou esta moção.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Certo. Mas foi em nome de um grupo municipal...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada, peço-lhe imensa desculpa. Tenho o mesmo tratamento que tive para a senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Portanto, declarações de voto, da sua parte, não. Muito obrigado.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Então, não sei para que é que me deu a palavra para vir aqui.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sabia o que vinha fazer. Se é para declaração de voto, não pode ser. Senhora Deputada, se eu levar o Regimento a rigor, nenhum senhor Deputado sai do lugar sem dizer à Mesa o que é que pretende aqui vir dizer. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Penso que não. Senhor líder do Partido Socialista, ainda tem tempo e ainda tem aqui duas recomendações. Deseja? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Recomendação, Educação com Futuro. E eu vou tentar ser muito breve. A verdade é que nas Escolas Básicas do Bairro da Luz, Alfarazes, Centro Escolar da Sequeira e outras, os alunos de qualquer escalão do IRS têm direito a almoço com um valor máximo de 30 euros por mês. Já os alunos que frequentam as Escolas Básicas da cidade, Adões Bermudes, Augusto Gil, Bonfim, Santa Zita, Espírito Santo, só têm acesso a esta opção se estiverem enquadrados no primeiro ou segundo escalões, indo almoçar ao refeitório da Câmara. Como é óbvio, isto é claramente injusto. Assim, o grupo municipal do Partido Socialista recomenda que seja cumprida a Lei e que se garanta a possibilidade a todos os alunos poderem usufruir de almoço na respetiva escola, que se garanta a atempada implementação das AEC's e a possibilidade de inscrição nestas atividades no momento da matrícula, possibilitando uma melhor organização e familiar, uma alocação justa dos novos trabalhadores de cozinha que permita ajudar a colmatar as dificuldades sentidas nas cantinas das escolas e evitar a concentração destes profissionais unicamente na cozinha do município. Entretanto, já estava eu aqui, e algumas pessoas sabendo que o grupo parlamentar do Partido Socialista vinha aqui apresentar isto, disseram-me que, neste momento, a informação que os pais têm cada vez que se dirigem à Câmara, é que a Câmara diz que ainda não sabe como é que vai começar o próximo ano relativamente a esta questão da cozinha e do fornecimento de alimentação e como é que esta desigualdade deixa de existir. Por outro lado, os pais também estão preocupados porque gostariam de ver os centros escolares abrir desde as 7h30 às 18h30, de forma a que se cumpra aquilo que é normal numa cidade normal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Sobre a Recomendação Educação com Futuro, se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar pronunciar-se sobre o tema, tem a palavra. Não havendo, senhor Deputado Miguel Borges, a Recomendação, ainda, A Cidade Olha por Todos. Faça favor, não sei se é o senhor Deputado. Senhora Deputada, está-me o apoio a dizer que em vez de 4 segundos, que já estava a contar indevidamente, tem à volta aqui de 1 minuto e depois tem o tempo normal do Partido Socialista que, neste momento, o disponível, para o resto do período de antes da ordem do dia, são 3 minutos e 4 segundos. Resumidamente, arredondando, 4 minutos que é quanto o Partido Socialista tem.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os que me estão a ouvir. De facto, acerca do tempo, a voz dos idosos, e é disso que eu vou falar, é a mais difícil de se fazer ouvir. E tive que pedir tempo ao CDS que me concedeu mais algum tempo. Se não for necessário, tudo bem. A cidade da Guarda tem, como sabemos, uma grande prevalência de cidadãos com idade acima dos 65 anos. A fim de a Câmara permitir aos membros deste grupo iguais oportunidades na fruição da cidade, proporcionando equidade, é necessário que tenha em consideração as diferenças que o grupo apresenta em relação a outras faixas etárias e que dê respostas adequadas. Chama-se a essa desejada atitude, saber cuidar. Cuidar para que, o movimentarem-se pela cidade, os mais velhos não corram potencialmente mais riscos que a restante população. Nesse sentido, o grupo do PS da Assembleia Municipal da Guarda recomenda que a Câmara Municipal proceda ao seguinte: 1 - Reintroduzir bancos ergonómicos de madeira nos espaços públicos. Isto é necessário para que, sentados e procurando repouso, o seu corpo não lhes doa. 2 - Recolocar as pedras e outros elementos soltos ou em falta nos passeios. Isto é premente porque é difícil eles verem os desníveis e facilmente se desequilibram. 3 – Pintar, com a frequência necessária, as linhas de demarcação nas ruas e estradas. Isto é necessário porque os seus olhos não têm a acuidade suficiente que lhes permita, quando utilizam o automóvel, ver o contraste entre um branco já acinzentado e o cinzento do próprio alcatrão. Finalmente, 4 - Transformar o chão da Praça Velha. Isto é necessário para todos os que por ali passam, mas, em particular, para os cidadãos da terceira idade, para quem é difícil ver e acautelar-se da existência dos sucessíveis desníveis. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Sobre esta recomendação, A Cidade Olha por Todos, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Peço desculpa, senhora Deputada? Sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Eu só queria dar os parabéns a esta recomendação. Eu acho que, de facto, a cidade é para todos. Nós já falamos aqui na Assembleia de vários grupos, é com alguma alegria que vejo também lembrar alguém dos idosos. Era só o que eu tinha para dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Entramos, então, no denominado tempo político e gostaria de fazer a leitura dos tempos. O PSD tem 4 minutos e 16 segundos. O PG, tendo-lhe sido dados 6 dos 9, terá 4 minutos e 17. O Partido Socialista terá 3 minutos e 4, compondo o tempo, à volta de 3 minutos. O Bloco de Esquerda, 1 minuto. E o CDS 3 minutos e 20 segundos. Será este o tempo que agora tentamos controlar. Inscrições para este tempo... Ó senhor Deputado, eu acho que já foi esclarecido. Ai foi, foi. Foi! Obrigado. Para este tempo tenho um requerimento do Partido Social Democrata e do PG também, José Valbom. Do PSD, Ricardo Neves Sousa, Júlio Pereira dos Santos e Luciano Calheiros. Distribuam o tempo do modo que entenderem que vos seja mais benéfico, é óbvio.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os guardenses e, por inerência, todos os presentes nas suas mais diversas funções e atribuições. Estamos muito perto de atingir os três anos deste mandato, ou seja, 75% do tempo disponível para concretizar todo o conjunto de propostas elencado no programa eleitoral do Movimento pela Guarda, sufragado pela maioria relativa do eleitorado. Como tal, há uma questão que cada um dos guardenses, em particular, e a própria sociedade, em geral, devem fazer a si próprios. Estará a Guarda melhor em junho de 2024 ou em junho de 2021? Façamos, então, uma sucinta resenha do passado recente e do presente. Há três anos, estávamos em pleno período pré-eleitoral, debaixo do fogo cruzado de promessas que caracterizam esta etapa política. No entanto, promessas à parte, e não obstante ainda se estar a viver um período conturbado por causa da pandemia COVID-19, à data, a Câmara, gerida pelo PSD, já tinha avançado com uma candidatura à

Capital Europeia da Cultura e estávamos em plena 5ª Edição do SIAC. Os Passadiços do Mondego estavam quase concluídos. A SODECIA pretendia expandir as suas instalações no parque industrial e aumentar a sua força laboral em algumas centenas de pessoas. O processo da Alameda dos F's, vulgo "Ti Joaquina" estava praticamente concluída e aguardava o voto favorável na Assembleia Municipal de setembro. Para além disto, tinham sido iniciados contactos com o Arquiteto Souto Moura, no sentido de transformar a degradada Casa da Legião numa espécie de Guggenheim que albergasse a Coleção Piné e o TMG continuava a ser uma referência cultural da região centro. Paralelamente, falava-se na provável transformação do ex-matadouro numa Unidade de Saúde Privada e, para além disso, tinham sido adquiridos dois imóveis em avançado estado de deterioração, na plena Praça Velha, com o objetivo de os recuperar e ajudar a promover uma dinâmica cosmopolita naquela área nobre da cidade. Estas são apenas algumas das referências do estado da arte em que vivíamos há 3 anos. E hoje, como estamos? Enquanto cidadãos preocupados com a nossa cidade e concelho, devemos questionar-nos: estamos melhor? A Guarda está melhor hoje do que no passado recente? Pergunto. Após a vitória do Movimento PG nas eleições de setembro de 2021, o atual Executivo cortou a fita dos Passadiços, mas as mais-valias económicas decorrentes de uma oferta turística integrada são poucas e de reduzido valor. Não soube criar um pacote turístico que explorasse a vertente cultural, gastronómica, paisagística e de promoção da saúde, que esta obra, lançada pelo antigo Executivo PSD, poderia trazer à comunidade. A candidatura à Capital Europeia da Cultura foi completamente deixada ao abandono e o resultado é o que todos sabemos. A SODECIA rumou a outras paragens para aumentar a sua oferta produtiva, pois a preocupação do Executivo com os empresários é virtual, tal como aquelas fábricas de cerveja de capital espanhol que, supostamente, estavam para se instalar na PLIE. O processo da Alameda dos F's e terrenos do Vale do Cabroeiro está praticamente na mesma, ou seja, perderam-se três preciosos anos para nada. Na altura, o atual Presidente e outros destacados elementos do PG, criticaram o anterior Executivo por equacionar avançar para a expropriação de terrenos nos casos em que o diálogo foi esgotado. Três anos volvidos, pasmem-se, a expropriação dos terrenos é um dos pontos da ordem do dia de hoje. A Casa da Legião, em vez de ser um museu emblemático, à semelhança daquilo que acontece em Bilbao, continua a sua decadente ruína e, provavelmente, será um parque de estacionamento.

Com isto, a Coleção Piné continua longe da Guarda e à responsabilidade da Associação Nacional de Farmácias. Que grande visão de futuro, trocar cultura por alcatrão. No TMG, prescindiram-se de mais de 800 mil euros de financiamento da Direção-Geral das Artes e atualmente aquele espaço pouco mais é do que um salão de eventos onde ocasionalmente ocorre uma atividade cultural de relevo. E continuamos. Na Praça Velha, as casas adquiridas continuam o seu galopante processo de degradação, sem se perspetivar um fim à vista, às quais se adicionam mais de uma dezena de imóveis entretanto adquiridos e que alegadamente transacionados acima do preço de mercado e para os quais não existe um destino que justifique a sua reabilitação. A construção de um Hospital Privado foi chumbada. Valha-nos, ao menos, a vizinha Covilhã, que já vai a caminho do terceiro. E por falar em Covilhã, vai ser construído um Hotel 5 Estrelas na cidade e outro, de Charme, no Tortosendo. Aqui, na Guarda, o Executivo, em vez de premiar o melhor assador de carne entremeada, devia sim era preocupar-se em andar em cima do Grupo Pestana ou então arranjar alternativos, se for esse o caso. Muito mais haveria por dizer, mas fiquemos por aqui. E, já agora, gostaríamos de saber o paradeiro do SIAC, pois tem andado desaparecido e as pessoas que amam verdadeiramente a Guarda estarão preocupadas com a sua ausência. Posto isto, questiono: estamos melhor? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O grupo municipal do PSD esgotou o tempo. Não tenho hipóteses... Sobre esta intervenção do senhor Deputado Ricardo Neves Sousa, algum senhor Deputado quer intervir? Penso que não. Agora, se não tiverem cedência de tempo, não tenho mais tempo para dar. O CDS cede o tempo? Então, 3 minutos e 20 segundos. Está? Cede 3 minutos e 20? Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, mais uma vez, os meus cumprimentos. Agradeço à Dra. Cláudia a cedência do tempo. Face a rumores de má gestão por parte do Executivo municipal e com o objetivo de clarificar, de forma cabal, esta questão, evocando o artigo 268º n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, a Lei n.º 104/97 de 13 de setembro, modificada pela Lei n.º 64/2013 de 28 de Agosto, a Lei 26/2016 de 22 de Agosto e o Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro, vem o grupo municipal do Partido Social Democrata da Guarda requerer ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que inste, junto do Executivo Municipal, para que seja facultada a todos os grupos municipais uma listagem

exaustiva, discriminada, em formato eletrónico, Excel, relativa a todas as despesas deste Executivo, desde a sua tomada de posse até à data de hoje, onde deverão constar os seguintes dados: data da despesa, denominação social dos destinatários das verbas, número de identificação fiscal dos destinatários, montante e justificação e/ou enquadramento. Sendo reconhecida a excelência técnica dos funcionários do município, bem como a extrema simplicidade na execução da tarefa de exportação de dados informáticos, afiançamos que o Executivo consiga respeitar o prazo de resposta estipulado na Lei. Os dados solicitados respeitam todas as situações salvaguardadas, quer nestas leis aqui mencionadas, bem como as previstas no RGPD. O interlocutor para este requerimento, a nível do PPD/PSD, serei eu e têm os meus dados. Pedimos, também, e entregando agora este requerimento ao senhor Presidente da Mesa, que faça chegar, aos outros grupos parlamentares, uma cópia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Luciano Calheiros, consegue num minuto e vinte e dois, mais ou menos? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom, é evidente que não consigo. Mas o assunto também não perde a qualidade. Isto que eu tenho aqui é uma pequena reflexão sobre criminalidade na Guarda, com base em dados que são publicados e que são públicos. Portanto, um minuto é impossível. Nós temos aqui uma bancada dos senhores independentes, dos senhores Presidentes de Junta. Não sei... isto é um tema que não é partidário, é um tema apenas para reflexão. Não sei se haveria alguma possibilidade de ceder em tempo. Têm sete minutos e qualquer coisa e eu não preciso daquele tempo todo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Cederam seis. Têm três disponíveis.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Três? Pronto... Há possibilidades de me cederem três minutos, ou precisam? Senhor Presidente, é só isso. Senão, eu falo noutra altura, numa próxima sessão. Há possibilidade? Ok. Senhores Presidentes, então, posso? Está? Ok.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Consentimento tácito. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bem. Dizer o seguinte, criminalidade na Guarda. Eu vou falar de uma notícia que há uns tempos a esta parte saiu e que nos dizia que, no ano de 2023, o distrito da Guarda teve um aumento de criminalidade violenta e grave na ordem dos 68,3%. É evidente que estamos a falar de crimes que são tipificados, como violência física e psicológica e por aí fora. Ora bem, eu, mediante tal facto, resolvi fazer aqui uma pequena indagação e uma pequena reflexão, porque me pareceu, em termos percentuais, muita coisa. Ou seja, há um aumento de 63%. Isto é dramático, crimes graves. É evidente que fiz, então, uma pequena indagação. E com base no relatório anual de segurança interna, que foi publicado agora há dois meses atrás, tive oportunidade de ler os dados que são publicados com base na informação dos órgãos de polícia criminal. Verifica-se, então, que o distrito da Guarda, relativamente à criminalidade violenta e grave, teve uma subida acentuada, passando de 60 participações em 2022 para 101 em 2023, seguindo naturalmente também a tendência nacional. Ora bem, é de realçar que a criminalidade violenta e grave no distrito tem variado entre 108 participações em 2006, depois houve uma média quase de 70 casos até 2011 e, no ano passado, então, deu-se este aumento. É evidente que, aparentemente, parece uma coisa grave, 68% de aumento. Ora bem, estamos a falar de um território de baixa densidade, em que a média de crime, a média de participações - e estamos a falar do crime que é participado - andarà ali pelas vinte participações/ano. Ou seja, a questão é assim: será tão preocupante o aumento de 68% na Guarda? Passar de 60 para 101, num território de 143 ou 145 mil habitantes? Bom, esta questão coloca-se. Mas, eu diria assim, a título de brincadeira, se o Chega ou o CDS ou o Bloco aumentarem para um deputado mais, aumentam 100%. Isto é tudo muito relativo. E, portanto, se formos ao histórico, eu não fico assim tão preocupado. Eu gostaria apenas de salientar que a criminalidade violenta e grave no país tem vindo a baixar. Tem vindo a baixar, representando hoje 3,8%. Este aumento na Guarda não é considerável, é conjuntural. Eu não considero grave. Há aqui uma outra situação que eu já falo a seguir, essa sim, eu considero grave. Portanto, eu gostava de me concentrar agora aqui no concelho. No concelho da Guarda, vemos que a criminalidade geral, nos últimos cinco anos, tem oscilado entre as 967 participações em 2019, 1027 em 2022 e 1006 em 2023. Referir que o índice de participações, nas diversas tipologias, segue a lógica demográfica. A Guarda tem mais participações, Seia, Gouveia e depois Manteigas em

último lugar. Também não é grave este número de participações. Há uma que é, é a violência doméstica. Hoje foi apresentada aqui uma situação que nós falámos e que votámos a moção do Bloco de Esquerda sobre uma determinada realidade. Senhora Deputada e Senhores Deputados, esta é uma situação grave, a violência doméstica no nosso distrito e no nosso concelho. É grave e continua a ser grave. Nos últimos anos, a violência doméstica, a nível nacional, tem oscilado em mais de 30 mil participações e estamos a falar de um crime cuja maioria dos casos não é participado. Cujas maioria dos casos não é participado, porque ainda há um estigma, como sabemos. Portanto, na Guarda, nós falamos aqui de uma violência normalmente entre cônjuges, entre cônjuges e análogos, e também com crianças, com jovens, onde as mulheres são as principais vítimas ainda. São as principais vítimas. Eu diria mesmo que é uma situação dramática. É preciso refletir no caso da Guarda, em que, nos últimos anos, nos últimos seis anos, no distrito da Guarda, há uma média, nesta tipologia de participações, de 408 participações por ano. É uma realidade chocante no distrito. Reparem bem, isto é uma pequena parte que é participada. Lisboa, Porto, as Áreas Metropolitanas e Braga também, tanto quanto sei, já têm locais próprios, as pessoas já não se deslocam a uma esquadra para participar. Têm locais específicos onde as pessoas estão mais à vontade, têm um técnico à frente para falar. Nós ainda não temos isso. E, portanto, quando falamos aqui em 408 participações, eu diria que há duas vezes mais, em média, no distrito da Guarda. Não é no concelho, é no distrito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe poder síntese, que já ultrapassou em meio minuto. Muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Vou terminar já. E, portanto, esta é uma situação de criminalidade. A outra criminal grave, como vinha no título no jornal, nós olhamos para aquilo, eu olhei, vi nas redes sociais também, um aumento de 68%... Não! Vou ver e é uma situação conjuntural. Mas deixa-me ver o resto. E o resto, meus amigos, ressalta aqui a violência doméstica. É grave no distrito da Guarda e é sobre isso que temos que fazer uma reflexão. Muito obrigado e agradeço também o facto de me terem facultado tempo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, agradeço-lhe. Eu também, quando vi o dado, também pensei que, se eu tenho um crime este ano e tenho dois para

o ano, é um aumento de 100%. Estas coisas são sempre relativas. Senhor Deputado José Valbom, faça favor, no tempo do PG que são 4 minutos e 17 segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa noite. Quase boa noite. Estamos quase a chegar ao fim disto, quer dizer. Desculpem lá o tempo que vos faço perder, mas queria dizer duas ou três coisas. A primeira é que há momentos positivos também aqui. Gostei, estou de acordo e vou ajudar a fazer o que for possível no seguimento da recomendação do senhor Professor João Quintela. A forma como nós tratamos os idosos e os mais vulneráveis, é a medida da nossa dignidade. Ele tem razão. Como tem razão o meu amigo Calheiros quando fala na violência doméstica. Temos que ser dignos na nossa vida. Isto é fundamental. Da dignidade passo à verdade. Queria aqui, também, só num instantinho, sublinhar o papel positivo do Centro de Economia e Inovação Social, que já tem cerca de quinze elementos, fez mais de sessenta formações, tem instalações próprias, é previsto que venham a ter trinta, no futuro. O que é positivo deve ser dito como positivo, não consigo dizer de outra maneira. Dizer, também, que nesta parte da Assembleia, nesta meia metade, se falou muito de cultura. E falou-se tanto que o meu amigo Né até se inspirou e esteve a dizer e esteve a cantar, mais ou menos, uma cantiga, que é mais ou menos: “ó tempo volta para trás”. Eu gosto, eu gosto e é bonito. Mas se nós nos ativermos ao tempo de hoje, saiu agora há pouco tempo, está em todas as lojas um disco do Vitorino que diz, eu não sei, vou dizer de cor, mas mais ou menos: “não sei do que se trata, mas estou contra”. É mais ou menos o retrato da cidade da Guarda. Tão contra que nós tentemos nomear uma pessoa que tem vinte e seis anos de currículo, que já ganhou várias vezes eleições, nunca com o símbolo PG, sempre foi independente. E há gente aqui na cidade da Guarda que vota e diz que não conhece a pessoa de que estou a falar, o Engenheiro António Fernandes. É o elemento do lado direito da Mesa. Aproveite agora, aqui e agora, quem não o conhece e dê uma vista de olhos, porque efetivamente é dessa pessoa que estamos a tratar. Não é estranho que não se conheça porque nem os próprios Presidentes do Partido Social Democrata e os outros Presidentes se conhecem. Enfim, como é que nós vamos mostrar? Não sei. O Engenheiro António está ali, responde por ele, vinte e seis anos de profissionalismo. Mas pior do que isto é fazer-se um ataque muito significativo a um jovem que não está aqui, não se pode defender, que até já foi da Juventude Social Democrata, pelo que eu sei, e não se

atacou com argumentos. Atacou-se à pessoa. Eu penso que isto não nos fica bem, a ninguém. Todos nós podemos ter opiniões diversas, mas, atacar a pessoa, penso que não é bom.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, como líder, há mais alguma intervenção do PG, neste período? Tem tempo, pode utilizar. Quando quiser. Ou quer esperar? O senhor Deputado Miguel Borges também quer intervir.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Eu também, na sequência do que já foi ali aflorado, queria perguntar porque é que a bancada do PSD tirou o voto de repúdio que tinha submetido?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quer esclarecer?” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, Senhor Presidente. O grupo municipal do PSD, em momento oportuno submeteu na plataforma um documento revestido da forma de voto de repúdio. Consultado o Regimento, verificámos que essa figura regimental não se encontra contemplada nesse documento, apenas lá está o voto de protesto. E como nós não podemos ser rigorosos para os outros, nem exigir dos outros se não formos rigorosos, nem exigirmos nós próprios, entendemos retirar essa moção, pelo facto de não se encontrar debaixo da alçada de nenhuma figura regimental. Portanto, foi apenas um procedimento administrativo. Houve um lapso da parte do nosso grupo e assumimos o erro com toda a naturalidade. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ainda tem tempo.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Pronto, então, obrigado pelo esclarecimento. Sendo um argumento formal, eu acho que, tendo sido submetido, nós não podemos escarpelizar-nos ou não falar sobre o conteúdo que está lá, sobretudo algumas coisas que nós consideramos bastante graves. Sobretudo porque é dito que este voto de repúdio é um voto de repúdio a uma ilegalidade, quando isso não é verdade. E, mais do que isso, mesmo que fosse verdade, entre 2019 e 2021, onde é que houve esses votos de repúdio, quando mais de 80% das consultas prévias tiveram um ou dois concorrentes? Mas, já agora, como o Deputado Miguel Borges também já disse, acho

que falámos muito de pessoas, personalizámos muito isto e falámos pouco nos Bairros Comerciais Digitais que é um projeto do PRR, proposto ainda no governo anterior e que pretende criar uma estratégia comum de gestão suportada no ambiente tecnológico avançado em espaços urbanos com elevada densidade de estabelecimentos, comércio e serviços. 100% PRR e é uma candidatura da Câmara da Guarda que foi aprovada. É necessária? É. É uma aposta ganha? Também é. Depois, percebemos então que este voto tinha um único propósito: degradar... Não, mas eu tenho tempo. Este tempo é o tempo que nós gerimos como queremos. Pronto. No nosso entender, este voto tinha um propósito: degradar o ambiente político, vir para a arena política enlamear o nome de um cidadão porque teve ousadia, enquanto jovem, de se envolver ativamente e participar numa campanha eleitoral. Concorrer por um grupo diferente do vosso, é cadastro? Posto isto, o jovem é da Guarda, gosta da Guarda, voltou para a Guarda, é Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, Pós-Graduado em Comunicação e Marketing, tem formação em várias áreas para o trabalho que foi selecionado e, apesar de jovem, já tem experiência profissional, quer em instituições públicas, quer privadas, para além do associativismo e voluntariado. Elementos do próprio PSD nesta Assembleia disseram, aos órgãos de comunicação social, que acreditavam que tinha sido feito em termos legais e até teceram elogios ao nome. E então, em que ficamos? O conteúdo deste voto de repúdio era do PSD? Todos se reveem nesta forma de estar? E, mais do que isso, a mensagem que passa para qualquer jovem quando é indicado para um posto, para uma função. Os jovens veem este ataque direto. E, portanto, este é o cartão de visita que este partido deixa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe...” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “... a nível local, para quem quer viver, trabalhar e também lutar pela Guarda: suspeições infundadas a arrastarem o nome de uma pessoa para o lixo e fazer um espetáculo político só porque não é da sua cor. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, o tempo está esgotado. À meia-noite vamos estar aqui no período antes da ordem do dia. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges. Três minutos e quatro segundos, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, então, lá está. Era mais ou menos aquilo que nos parecia a nós. Não houve aí nada de... vocês concordam mesmo com aquilo que lá está escrito. Ou seja, o PSD no seu melhor. Quer dizer, isto é o PSD que nós temos, é o PSD próximo do CHEGA e depois falam de outros tipos de coligação. É assim: quem tem um Primeiro-Ministro, neste momento, que diz que governa, que diz que coloca quem quer (que eu concordo, porque politicamente tem que ter o apoio das pessoas que estão em algumas posições) e, depois, a seguir, se critica aqui um jovem, da forma que se critica, única e exclusivamente porque é do PG?! É que foi isto que vocês fizeram. Vocês não puseram em causa o Presidente de Câmara, vocês não puseram em causa nada disso. Vocês puseram em causa um jovem. Isto é o pior que o PSD tem. E, portanto, Dr. Valbom, que não está cá, não confunda nunca o Partido Socialista e as posições do Partido Socialista com aquilo que são as posições do PSD. Não temos nada a ver. Por vezes, conseguimos concordar em determinadas matérias. E, relativamente às matérias que nós conseguimos concordar, aqui na Guarda, não é tanto nós que concordamos. Nós discordamos, em uníssono, relativamente àquilo que o senhor Presidente faz, porque temos razões para que isso aconteça. E, portanto, queria-vos deixar aqui esta coisa: quando o Senhor Presidente retirou o ponto e informou todos os senhores Deputados, eu dizia assim: bem, lá está o PG a juntar-se ao PSD. Peço imensa desculpa, não é verdade. Percebi hoje. Porque, realmente, aquele ponto... e depois a seguir, ainda por cima, ouvir alguém do PSD dizer que, única e exclusivamente, retiraram aquele ponto, do ponto de vista formal?! Eu tenho aqui o texto, quer dizer, não consigo ver. Mas o texto diz coisas gravíssimas relativamente àquilo que é a dignidade de um jovem que está a começar, neste momento, a vida profissional. E, portanto, eu, mais uma vez, peço é ao Senhor Presidente que nos diga exatamente o que é que é o programa, quanto tempo é que dura o programa, quando é que vai acabar o programa, há quanto tempo já devia ter iniciado o programa e ainda não iniciou. Porque este aqui é mais um daqueles programas lançados pelo anterior governo, que tem como função discriminar positivamente regiões que, de outra forma, não podem avançar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe poder de síntese.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “E a Câmara da Guarda, só neste programa, cerca de 1 milhão de euros. Ainda relativamente à questão do António Fernandes e daquilo que foi

falado sobre ele, eu guardaria para depois, para um dos pontos acerca disso, porque também é bom que não confundamos aí o PS e o PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deixe-me lá ler o Regimento... Senhores Deputados, voto de protesto, ao abrigo do artigo 48º, dois minutos. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. É lamentável a atitude de alguns senhores Deputados e também não dignifica muito o poder que a Mesa deveria exercer, pois se o PSD, oportunamente, pediu, pelos canais oficiais, para esse documento ser retirado da plataforma, não se entende como os senhores Deputados vêm falar sobre algo que não existe e como é que a Mesa dá o seu contributo e a sua anuência para que se fale sobre um tema e um documento que não consta da ordem de trabalhos do dia. É um assunto completamente lateral. E, portanto, nós, enquanto bancada municipal, exigimos rigor nesta condução dos trabalhos, porque senão subvertemos completamente aquilo que são os princípios democráticos que subjazem a esta Assembleia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, ouvi aqui, muitas vezes, nesta sala, uma frase de um senhor Presidente da Câmara do Partido Socialista dizer: “quem não se sente, não é filho de boa gente”. O senhor Deputado é das pessoas que sabe o que se passou ontem e do trabalho que a Mesa teve. E eu estive aqui para resolver esse problema. Estamos num período de discussão política. O senhor Deputado Miguel Borges tinha o direito de falar sobre aquilo que ele entender agora. Portanto, mais uma vez, o senhor critica a Mesa e o Presidente, como fez na última Assembleia. Aconselho-o a moderar-se um pouco nessas críticas. Aceito-as quando elas são justas, quando não são justas não as aceito. O senhor Deputado Miguel Borges tinha todo o direito de fazer a intervenção que fez. Na minha ótica, é um período de discussão política. Então, vem aqui falar de quê? Sobre o Sol? Penso que não, mas não é que ele não possa e não saiba falar. Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, tem um minuto. Faz favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Senhor Deputado Valbom, mais uma vez, parece um bocadinho leviano a falar das suas responsabilidades: “deem uma vista de olhos”, não

me parece uma expressão muito correta. Tem que haver documentos, currículos. E parece que foi o que não aconteceu aqui, não é? Portanto, vamos ter também atenção nas expressões que usamos e aquilo que passamos. Nós não estamos a discutir, nem a Presidência da Arrifana, nem a pessoa. E isso é uma coisa que eu irei esclarecer. Ou seja, tudo aquilo que eu direi aqui não tem a ver com as pessoas, porque eu nem sequer conheço o currículo delas. Fiz questão de, obviamente, ir procurar algumas no LinkedIn e afins. Mas não tive conhecimento e, do que li das atas da Câmara, também não houve conhecimento para os Vereadores e as Vereadoras decidirem. Não tem a ver com as pessoas escolhidas. Tem a ver com o procedimento que o senhor Presidente decidiu ter nos recrutamentos. E não é um procedimento que seja único. A expressão ausência de transparência é constantemente utilizada nesta Assembleia, porque são tomados procedimentos que não são explicados, são decididas medidas contra as decisões da Assembleia Municipal. Isto é algo que tem que ficar bastante registado. Em pouco tempo registamos duas situações, fora uma situação no início do mandato. São poucas ou nenhuma Assembleia em que algum Deputado ou Deputada têm necessidade de vir aqui pedir um esclarecimento e não o tem. Eu falo por mim. Tenho e-mails, às carradas, para o Presidente da Câmara que não responde. Tenho questões aqui que nunca foram respondidas. Portanto, transparência é algo que está em grande falha nesta Assembleia e nesta Câmara Municipal. Volto a repetir, retirada dos nomes sem argumentar a sua escolha através de provas como o CV, torna as coisas ainda mais estranhas. Não houve sequer a possibilidade de haver uma justificação ou uma argumentação. Ou seja, eu acredito que as pessoas tenham sido bem escolhidas, porque é que isso não foi justificado? Porque é que o ponto é retirado? Porque é que os currículos não são apresentados? Porque, muito provavelmente, e volto a repetir, eu não tenho nenhuma desconfiança com as pessoas, muito provavelmente são capazes. O procedimento é que não é transparente. E deixem-me lembrar aqui, mais uma vez...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já ultrapassou o seu tempo num minuto e oito.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Trinta segundos. Deixe-me só lembrar aqui, senhor Presidente, que eu já o questionei da quantidade de ajustes diretos que faz em relação a outras medidas de contratação e respondeu-me, bem altivamente, que iria continuar

a fazê-lo. Deixe-me lembrar que são estas as questões que, ao fazê-las, não pode esperar que, como retoma das suas das ações, tenha a confiança política dos guardenses. De todo. É necessário explicar, é necessário falar, é disso que se faz a democracia. Se você se recusa a explicar às pessoas as suas decisões, se se recusa a informar as Deputadas, a oposição e as cidadãs daquilo que quer fazer, não pode esperar confiança. Infelizmente, é isso que se vê nas ruas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, está a extravasar o tempo de todos os outros. Tem a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Sim, é de facto um protesto. De facto, não nos tentem, também, mandar areia para os olhos, nestes casos. Ouvi aqui que o PSD até já é tipo CHEGA... olhe, desculpe! Juntam-nos sempre assim, aqui é sempre o mau da fita e os outros são os maus da fita por associação. De facto, o PSD voltou atrás com aquilo que era o seu voto. Reconhecemos esse erro, voltámos atrás. Gostava que muita gente aqui reconhecesse quando comete erros, quando defende coisas que não deveria defender. Não nos tentem mandar areia para os olhos a dizer que A, B, C, afinal é muito competente e é jovem e estamos a dar só uma oportunidade aos jovens. Não é isso que está em causa. Não é porque é do PG, então não pode ser ele. É que, para esta Câmara do PG, mais ninguém que não seja do PG pode ser o que quer que seja. É esse o meu protesto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, quem se sente ofendido, terminar assim. Os tempos estão esgotados, dava agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve, telegráfico, atendendo ao adiantado da hora. Cumprimentar o senhor Presidente, a digníssima Mesa, todo o Executivo presente aqui nesta mesa. O senhor Vereador Rui Melo não está connosco, hoje, porque está a gozar um merecido, pequeno, período de férias e, portanto, a retemperar as suas energias. Cumprimentar as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, todos aqueles que assistem online, ao público aqui presente e, naturalmente, a todos os colaboradores da nossa autarquia, chefias e demais

colaboradores, comunicação social também. Sintam-se todos cumprimentados. A senhora Deputada Cláudia Guedes questionou o porquê de os Festivais de Cultura Popular não terem integrado, este ano, o Cobertor de Papa. Não integrou esse nem mais um conjunto de candidaturas, porque os técnicos do Município - e o Executivo, depois, nós aprovámos - elaboraram um Regulamento a que todos os festivais, digamos assim, todas as candidaturas teriam que obedecer. E assim foi feito. E depois dessa análise técnica, que foi bem feita e foi explicada e foi acordada com todas as candidaturas, resultou que não cumpriu o critério, de acordo com as normas. Nós próprios questionámos, mas porquê? Se é um produto tão identitário, tão endógeno, porquê? Mas são as regras que foram estipuladas. E se nós, a certa altura, subvertermos as regras, bom, então não há regulamentos que resistam, não há normas que resistam. E depois da conversa que houve, esperemos que, no próximo ano, tudo isso possa ser feito com mais celeridade, com mais afinco, para que, naturalmente, possa ser assim elaborado. Mas nós tomámos uma decisão, mesmo não ficando com o rótulo do Festival de Cultura Popular, embora o valor monetário fosse ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço desculpa. Se for possível aproximar mais um pouco o micro, agradecia, para depois se poder fazer a ata. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Mesmo o valor monetário sendo inferior, metade daquilo que era inicialmente, todo o apoio logístico era atribuído. Foi atribuído, era dado. Mas, naturalmente, aqui, depois fica à consideração de cada organização seguir em frente com a sua concretização ou não. E aquilo que não pode acontecer é instrumentalizar o Cobertor de Papa ou qualquer outro produto para fazer política. Isso não. Isso não contem connosco e acho que também ninguém deve contar com ninguém. Não, não. Não estou a dizer isso. Não se deve instrumentalizar, nem o Cobertor de Papa, nem a Cestaria de Gonçalo, nem as Facas do Verdugal, nem o Queijo da Serra, para fazer política. Não! Todos somos poucos para valorizar esse produto endógeno. Tanto é que nós tivemos até o cuidado de, nos últimos dois anos, duplicar o valor do apoio à associação em causa. Duplicámos o valor. Se é o valor ideal? Pode não ser o valor ideal. Mas é de acordo com a avaliação que os técnicos fazem de acordo com o que está nos regulamentos. Aliás, tempos houve que até fizemos

encomendas, fizemos contratação, olhem, por ajuste direto, para podermos ter o genuíno Cobertor de Papa. Tudo isso foi possível. Para além da Carta da Paisagem, um processo que ainda está a decorrer já alguns anos e que já foi retomado e esperemos que, tão breve quanto possível, possa ser concluído, para dar respaldo a uma série de iniciativas, não só ligadas ao Cobertor de Papa, mas ligadas a outros produtos também tão importantes. E, por isso, nós também fizemos questão de colocar, seja no Portugal 2030, na ITI (Intervenção Territorial Integrada), seja no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, nós pedimos que lá fosse colocado um Centro Interpretativo do Cobertor de Papa, precisamente para ir ao encontro dessa necessidade de valorizar os nossos produtos endógenos. -----

Caro Deputado José Rodrigues, sobre a Linha da Beira Alta, de facto, esse atraso é manifestamente evidente e preocupa-nos a todos, porque o atraso das obras da Linha da Beira Alta, da sua conclusão, da entrada em funcionamento da operação ferroviária, está também ou irá também possivelmente provocar o atraso no arranque do Porto Seco. E, de facto, todos nós nos devemos preocupar. Este é um atraso transversal nos governos. O atraso já vai em dois anos ou já superior a isso, e, de facto, ainda não houve uma resposta cabal, uma justificação cabal para tantos atrasos. Há de se saber um dia. Os autarcas só foram chamados uma vez. Logo no primeiro atraso, os autarcas foram chamados para essa explicação. A partir daí, nenhum autarca foi mais chamado para isso. E, naturalmente, nós, sempre que podemos, nos fóruns certos e adequados, fosse com o anterior governo, fosse com o atual, essa é a nossa preocupação que nós estamos a evidenciar. Dizer-vos, também, já agora, fazer o ponto de situação sobre a candidatura do Porto Seco, candidatura aos fundos comunitários, ao 2030, feita pela APDL. Essa candidatura ainda não foi aprovada por causa da reprogramação que tem que ser feita, o que nos preocupa, também, porque tudo isto está a levar à gradual redução, cada vez maior, de passageiros na Linha da Beira Alta, agora em autocarro, com aqueles milhões todos que já foram gastos no transporte rodoviário. Mas, no futuro, as pessoas começam a tomar outros hábitos e também as mercadorias que tendem a ser desviadas da rota da Linha da Beira Alta e, naturalmente, todos nós temos que estar imensamente preocupados sobre tudo isso. -----

Depois, dar aqui uma nota também, comentar a recomendação do Bloco de Esquerda da Acessibilidade em Eventos. Senhora Deputada, estamos todos imbuídos do mesmo espírito e por isso é que, veja só, no dia 27 de novembro do ano passado, nós inaugurámos quatro parques infantis, perfeitamente adaptados. Não sei se já teve o cuidado de os verificar, no todo ou em parte, mas todos eles são adaptados. E é esse o caminho do futuro. Sempre que se possa... são quatro, pois é, senhora Deputada, foram quatro que custaram 400 mil euros, só! Sem qualquer financiamento. Eu já tive oportunidade de dizer isso aqui nesta mesma sala. E, sempre que se fizer uma requalificação de um qualquer parque infantil, é dessa forma que deve ser feito. Mas, também, referir as acessibilidades aos eventos que vão sendo garantidas. Ainda, recentemente, nos Santos Populares, houve essa garantia de uma melhor acessibilidade àquela plataforma existente; os estacionamento que vão sendo proliferados um pouco por toda a cidade, a pedido, para o estacionamento para a mobilidade condicionada; o balcão da inclusão que já existe aqui nesta Autarquia, que há poucos meses foi também colocado ao serviço da população; enfim, a língua gestual que já vai existindo. Olhe, hoje é um exemplo, tal como em outras iniciativas, em outros eventos, em outras sessões públicas que nós já vamos incutindo, tal como, em algumas delas, já era feito no passado. E esses bons exemplos, essas boas práticas devemos continuar. E, naturalmente, há sempre um caminho a fazer nesta, como noutras áreas, para que, no futuro, tudo isto possa ser gradualmente adaptado. Tal como as habitações sociais existentes, os projetos que estão a ser finalizados para que, na candidatura do PRR, nós possamos, efetivamente, levar a cabo essas intervenções que são tão necessárias. -----

Sobre o SIAC que aqui foi falado. Agora parece que, de repente, todos se lembram e todos se preocupam com o SIAC. No resto, vamos colocar uma borracha. daquelas que apaga, porque não importa falar de outras coisas. E, por isso, nós não podemos pactuar com políticas da mentira, da calúnia, da intriga, do mal dizer. Não contem connosco, nunca, para isso. A Guarda espera muito mais de todos nós, do Executivo e, naturalmente, da Assembleia Municipal, permitam-me dizer. A Guarda quer muito mais do que isso. Todos nós queremos mais do que isso. Já aqui foi falado, mas nunca é demais relembrar: então e o orçamento para 2024, já ninguém se preocupa com isso? Já se fez tábua rasa sobre tudo aquilo que aconteceu? E os empréstimos para as obras

nas freguesias, dos incêndios e das intempéries? Já não interessa falar sobre isso? Porque é que algumas obras vão ser feitas, outras podem não ser feitas, outras podem ser reduzidas. Mas ninguém coloca em causa isso? E o empréstimo para a Variante dos F's? Já ninguém coloca em causa isso? Mas podemos falar de outras coisas. Sei lá, das Festas da Cidade, da programação de Verão, da Feira Farta. E as obras na cidade? Aquelas que já iniciaram e outras que podem avançar com mais lentidão, face aos condicionalismos financeiros. E o Carnaval? E a programação do Teatro, da Biblioteca, do Museu, que levou a que o ano de 2023 fosse o ano com mais público nas salas de espetáculo, fora os eventos no Teatro Municipal da Guarda? Um trabalho muito bem feito ao nível técnico e também ao nível político. Vemos respaldo financeiro a essa programação. Já para não falar, também, se quisermos, na Cidade Natal ou no Fim de Ano. Então, e o Guarda AtivaMente? Já agora, dar-vos nota, já que ninguém falou, mas é importante falar, falar nas boas iniciativas, nas boas concretizações também, entre tantas outras. O Guarda AtivaMente, só relembrar os números. Agradecer muito a todos os colaboradores do município e não só, foram cerca de quarenta e sete, quase cinquenta pessoas envolvidas nesta belíssima organização, mais de cinquenta entidades representadas, mais de cinquenta e cinco atividades diferentes e tudo isto resultou num número de oito mil pessoas que passaram pelo Guarda AtivaMente. De facto, esta é uma daquelas atividades que certamente irá perdurar durante muitos e bons anos. Muito bem organizada e, naturalmente, muito bem concretizada também. Então, e a Feira do Livro? A Feira do Livro, também, já agora, vamos falar na Feira do Livro. No Salão Guarda-Livros, o Salão do Livro e da Leitura. Três mil e quatrocentos visitantes que passaram durante aquela semana no Salão, com trinta e duas sessões ou apresentações. De facto, são números que nos devem deixar orgulhosos, mas para os quais é preciso dinheiro, é preciso investimento, é preciso alocar as verbas necessárias para a sua concretização. E os Santos Populares em que, mais recentemente, todos nós acabámos por participar. Falar, ainda, já agora, então e aquela ópera nova que foi estreada na Guarda? E que está a rodar nos principais teatros do país, de Lisboa, do Porto e outros tais aí pelo país fora, e que muitos de vós, e agradecemos, já elogiaram. Não, isto já não deve ser falado. Vamos só falar numas coisas que nos interessam, mas nas outras já não interessa falar. E fico admirado, também, permitam-me dizer, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, fico admirado de

alguns tanto falarem, mas em nada participarem. Porque, quando são os eventos, quando são as iniciativas, onde é que estão essas pessoas? Vejo aqui algumas que lá vão e agradeço muito. Mas, depois, quando são as iniciativas, não aparecem lá! Depois do investimento que é feito. E, por isso, é um desafio para que todos possam participar nestas iniciativas que custam dinheiro ao erário público municipal e também à organização, aos colaboradores do município. Coloquem a mão na consciência e deixem-nos trabalhar, com o respeito por quem trabalha. É esse pedido que nós, naturalmente, também fazemos. -----

Sobre algumas Recomendações que aqui foram referidas. “A cidade que olha por todos”, deixem-me dizer que as rotinas vão sendo feitas com os recursos humanos existentes, aos quais agradecemos, naturalmente, para fazer o levantamento de todas essas necessidades e, sempre que é detetado, naturalmente, são feitas as correções necessárias. Tal como todas as melhorias ao nível dos concursos públicos que vão sendo feitos para a melhoria da segurança rodoviária. E sobre o chão da Praça Velha, que é referido aqui numa das Recomendações, bom, é preciso recuar atrás e percebermos quando é que ele foi feito, quando ele foi executado. Foi executado no tempo que o Partido Socialista estava na governação da Câmara da Guarda e já todos percebemos que, de facto, foi uma má solução técnica. Não foi uma má decisão política. Não. Foi uma má solução técnica. Assim é que é. E recordo que aquela obra custou mais de 1 milhão de euros. Mas foi o que foi e os fundos tinham que ser executados, do programa Polis, se bem me recordo, à época. Revelou-se, ao longo dos anos, que não foi a melhor solução técnica. Veremos que soluções, ao longo dos próximos meses, possam existir para amenizar aqueles degraus. Porque naturalmente que ninguém vai substituir todo aquele piso depois de mais de 1 milhão de euros gasto naquela infraestrutura. Mas, naturalmente, nós temos que procurar a melhor solução e, por isso, é que essa é uma das intervenções, uma das operações que está no Portugal 2030 para que possa ser revista, parte, digamos, daquela solução. -----

Sobre a “educação com futuro”, ó senhor Deputado, eu recordo que esta legislação já existe desde 2009...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço desculpa, tem dois minutos e quarenta segundos.” -----

- Sérgio Costa, Presidente da Câmara: “Vou tentar falar tudo, senhor Presidente... Desde 2009 que existe essa obrigatoriedade e, ao longo dos anos, foram procuradas algumas soluções, umas foram implementadas, outras não foram implementadas. Aliás, devo recordar que, nessa altura, nem os alunos do escalão A e B eram apoiados nas refeições, coisa que veio a acontecer mais tarde. E este é o caminho gradual da melhoria das condições de acesso às refeições e outras necessidades dos nossos alunos. Os serviços estão a procurar a melhor solução, uma solução de curto, médio prazo, porque a solução ideal seria que houvesse em todas as escolas. Mas nem todas as escolas têm as condições físicas para isso, nem há espaço para isso. Por isso é que haverá esta solução de curto, médio prazo, e, naturalmente, com a requalificação de outras escolas, no futuro, é que essa solução será implementada na sua plenitude. Mas, por agora, nós estamos a promover essas alterações necessárias, num diálogo franco e aberto que os serviços estão a conduzir, para que possa ser encontrada essa solução que, de facto, essa obrigatoriedade, devo recordar, já existe desde 2009. Não existe desde agora, nem nos últimos três anos. É desde dois mil e nove. Mas por isso é que nós estamos a querer trabalhar numa solução, porque os pais, ao longo dos anos, foram encontrando soluções alternativas e, por isso, nós temos que também é ir ao encontro dessa necessidade. Falar sobre as dificuldades nas cantinas das escolas. Bom, a dificuldade nos recursos humanos deveu-se, essencialmente, neste momento, no caso das escolas, à transferência de competências completamente atabalhoada que foi feita, porque não houve uma análise real do impacto na gestão das escolas. E por isso nós tivemos que abrir aqueles concursos. Não é só os cozinheiros. Os ajudantes de cozinha, os assistentes operacionais e tantos outros que, se Deus quiser, num curto espaço de tempo, vão entrar para podermos colmatar essas debilidades e para melhorarmos, assim, a oferta educativa que também aqui é feita. E salvaguardar e agradecer às chefias responsáveis que sabem bem o que fazer no que diz respeito à gestão dos recursos humanos. -----

Dar apenas, aqui, senhor Presidente, notas finais. Sobre a aplicação “A Minha Rua”, devo dizer-vos que os serviços estão a ultimar uma plataforma. Não é esta plataforma, será outra plataforma. Mas os serviços estão, há vários meses, a trabalhar nessa plataforma de ocorrências para que, tão breve quanto possível, possa ser apresentada e possa entrar em funcionamento. -----

Sobre a questão da alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito. Bom, somos todos bem-vindos a tudo aquilo que seja modernização e inovação. Não sei, se calhar não teriam conhecimento, mas passam a ter conhecimento que está na fase de contratação pública um novo serviço de pagamento à distância, seja no estacionamento de superfície, seja também no parque do Teatro Municipal da Guarda, tal como através de uma nova aplicação, uma nova APP. E, portanto, tão breve quanto possível, nós iremos entrar em funcionamento com esse novo serviço. -----

Senhor Presidente, permita-me apenas dar aqui mais duas ou três notas finais, não querendo estender o tempo já gasto. Sobre aquilo que já foi referido há pouco, senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, o Deputado José Valbom respondeu muito bem. Chega de chover no passado. Recordem-se que perderam as eleições, o povo da Guarda falou mais alto, com serenidade. E o povo continua a ser quem mais ordena, cinquenta anos depois do 25 de Abril, e, por isso, devemos estar, cada vez mais, com os olhos postos no futuro. E aquilo que vos é assacado é ajudar a governar e, a seu tempo, nós iremos recordar aquilo que já foi feito, o que está a ser feito e que virá a ser feito por este Executivo, seja nos procedimentos em concurso, seja nos procedimentos adjudicados, seja nos projetos aprovados, seja nos procedimentos em concurso, ou seja, nos procedimentos em preparação ou nas candidaturas que aguardam aprovação. A seu tempo, falaremos sobre todas essas matérias. -----

Deputado Luciano Calheiros, muito obrigado por trazer aqui esse tema à colação, da questão da segurança. Nós tivemos o cuidado de falar com as autoridades policiais que se manifestaram também preocupadas, porque a notícia que foi feita é uma falácia. A questão das estatísticas já aqui foi bem explanada e, de facto, não faz qualquer sentido. Porque a Guarda, seja a Guarda cidade, Guarda concelho ou Guarda distrito, continuamos a ser um distrito, uma região absolutamente segura. Há aquela questão particular, que bem referiu, que nos deve preocupar a todos e, de facto, há um conjunto de instituições, de entidades que estão preocupadas em tentar ultrapassar e debelar essa necessidade de diminuir esses números da violência doméstica, conforme bem referiu. Senhor Deputado Luciano Calheiros, há uma questão que nos deve preocupar a todos. Eu admito que esta declaração que foi feita possa ter sido no calor de uma qualquer discussão, porque lemos em notícias recentes, ao nível governamental, que

poderão algumas forças querer colocar em causa aquela gestão de proximidade, nomeadamente da GNR com os nossos idosos, com Censos Sénior, etc. Todos nós, certamente, estamos imbuídos do mesmo espírito, para que essa medida não acabe. Essa medida não pode acabar. Aliás, muito antes pelo contrário, deve é ser aumentada, porque disso pode depender, efetivamente, a proteção também aos nossos idosos. E, naturalmente, devemos estar preocupados quando ouvimos, às vezes, alguma notícia de alguém que quer colocar em causa esse trabalho tão meritório que a Guarda Nacional Republicana faz em todo o território raiano do país, de Bragança a Beja, e que devemos saudar. -----

O senhor Deputado José Valbom, falou aí na questão da Administração das Águas Públicas em Altitude...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe o seu poder de síntese. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Pouco segundos e termino já, senhor Presidente. De facto, aquilo que se passou com a Administração das Águas Públicas em Altitude, senhor Deputado, não se entende. É simplesmente o votar contra. Ora, primeiro, eram pessoas que o currículo não estava anexo. Tive o cuidado de retirar o ponto da reunião de Câmara para levar à reunião de Câmara seguinte com o currículo, mas, entretanto, apanha-se um microfone à frente e fala-se o que não se deve, colocando em causa a idoneidade de algumas pessoas. Mas, depois, na reunião de Câmara a seguir, já se vai com outra proposta. Bom, o que interessava era chumbar. Era chumbar. Mas, no final dos finais, olhem, aqui têm o Sérgio Costa enquanto Presidente do Conselho de Administração, com muito esforço, com muito sacrifício. O colega do Sabugal e o colega de Celorico da Beira também a fazerem parte da Administração. Bom, e as coisas, naturalmente, estão a andar muito mais lentamente. Nós bem gostaríamos que fosse acelerado de uma outra forma. Mas, face às circunstâncias, aos condicionalismos que nos colocaram, nós iremos avançar, paulatinamente, com o processo de integração de todos os sistemas, que já arrancou. A faturação há de sair nos próximos dias ou nas próximas semanas, assim o esperamos, e de uma forma gradual, também, a operação irá ser integrada em todo esse sistema. E pedindo, naturalmente, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia e a todos os Deputados Municipais, se houver algum

condicionalismo, alguma circunstância que não esteja a correr da melhor forma, façam o favor de nos fazer chegar essa preocupação para que, no mais curto espaço de tempo, possa ser debelado. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhores Deputados, são duas menos vinte. Conseguiremos estar aqui às três horas? Fazemos um esforço por isso, pelo menos um quarto de hora. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pela hora do continente, são quinze e vinte, já. Senhores Deputados, muito boa tarde. Agradecia que ocupassem os lugares. Estão presentes cinquenta e cinco senhores Deputados e, portanto, temos quorum para reiniciar os trabalhos, entrando no período da Ordem do Dia.” -----

Ponto 2.1 - Proposta de Projeto de Regulamento de Incentivos à Reabilitação de Edifícios nos Núcleos Históricos - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Senhor Presidente, deseja intervir já ou no fim? No fim? Muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. Apresentamos, hoje, com muito orgulho, a esta Assembleia, a proposta de Projeto de Regulamento de Incentivos à Reabilitação de Edifícios nos Núcleos Históricos. Trata-se de um documento inovador, cuja existência consagra um conjunto de incentivos à reabilitação urbana, fomentando a recuperação do património edificado com o aporte da qualidade de vida dos seus usufrutuários. Diga-se que esta proposta, neste caso, esta proposta de Projeto de Regulamento, a ser aprovada, como esperamos, será um dos poucos existentes a nível nacional e trará claros dividendos na melhoria do património existente na cidade e núcleos históricos das freguesias, com ganhos visuais nas urbes antigas, mantendo a traça de construção tradicional característica da nossa região e contribuindo para um maior desenvolvimento, quer turístico, quer mesmo económico. Pretende-se, assim, definir as regras relativas à concessão, pelo município da Guarda, de apoio técnico e/ou financeiro aos proprietários dos edifícios que reúnam as condições de elegibilidade para obras de conservação de

fachadas, coberturas, vulgo telhados, e vãos, vulgo caixilharias, melhorando também o desempenho energético numa lógica de racionalização de custos e promoção de bem-estar. Desejamos que esta iniciativa do município tenha eco junto dos privados para que, em conjunto, possamos melhorar o nosso património edificado. Será importante uma boa divulgação para motivar e atrair os proprietários nesta renovação que se pretende bem-sucedida. Apelamos, pois, a todos os senhores Deputados, a votarem favoravelmente esta proposta. Aliás, como aconteceu na reunião de Câmara. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada deseja intervir ou algum senhor Deputado? Senhora Deputada, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde. Senhor Presidente da Câmara, nesta Proposta de Regulamento de Incentivos à Reabilitação de Edifícios nos Núcleos Históricos, em que afirma assegurar a promoção das medidas necessárias, de modo a estimular a recuperação de património já edificado há mais de trinta anos, introduz considerandos em que coloca como objetivos a melhoria da economia local, do parque habitacional e, conseqüentemente, da qualidade dos utilizadores. Imagino que pretendesse dizer na qualidade de vida dos utilizadores. Nada mais se acrescentando como objetivos, fica a ideia de que não existe preocupação necessária, por parte da Câmara Municipal, com a preservação da história da cidade, o que poderia ser feito, por exemplo, no terceiro parágrafo, onde teria tido a oportunidade de sublinhar a vontade de contribuir ativamente para a visibilidade patrimonial da cidade e sua história, bem como do turismo cultural. Isto, porque o empenho das Câmaras com o património dos seus municípios, fica claro, nos municípios por todo o país, de variadas formas, desde portais digitais, a regulamentos e na obra realizada, também, claro. Gostaria de, a este propósito, lhes mostrar, brevemente, algumas imagens com exemplos de recuperação patrimonial. Ora bem, temos aqui, ao longe, um pouco do Porto, da parte central do Porto. Isto é só ao longe, porque, ao longe, como vemos aqui, também parece um aglomerado de casas sem sentido. Mas quando vamos lá, nós gostamos de ver, porque tem tudo o mesmo estilo, digamos assim, e todos conseguimos e queremos ver o que é diferente no Porto. O Porto também continua a ser (...) que se anuncia na internet como

cidade fiel a si mesma. Cidade fiel a si mesma. Ora bem, isto é o Porto ao longe e, agora, passávamos para Guimarães. Eu julgo que todos conhecemos Guimarães e gostamos muito de Guimarães. Temos ali algumas das fachadas de Guimarães, onde vemos as janelas com os seus quadradinhos, coisa que, por vezes, nós vemos que as recuperações mantêm umas grandes bocas nas janelas e não tem nada a ver. Ninguém quer ir ver bocas nas janelas. Querem ir ver os tais quadradinhos, que é aquele mimo que a gente põe nas nossas recuperações. Este é interessante porque é uma nova recuperação que a Câmara Municipal de Guimarães iniciou a 15 de fevereiro deste ano, com um prazo de execução de oitenta dias, a recuperação de dois edifícios destinados a residência temporária de investigadores, artistas e criativos que desejem trabalhar em Guimarães, inseridos na área classificada como património cultural da humanidade. Destinam-se, igualmente, à criação de espaços de interação com a população local, gerando espaços de estar, de socialização e de exposição. A intervenção inclui a manutenção e restauro destas duas estruturas autónomas que estão ali. Ora bem, portanto, isto é o que está a ser feito neste momento, para além daquilo que já está feito em Guimarães que nós conhecemos. Mas há sempre mais coisas que eles estão a recuperar. Aqui, mais uma vez, a Câmara de Guimarães, tem um bairro... só um bocadinho... eu não consigo ler e não tenho aqui essa reprodução. De qualquer maneira, aqui, é o Bairro de Couros. E o Bairro de Couros estava, mais ou menos, neste género. Portanto, a mim, lembra-me, de alguma maneira, o nosso centro histórico. E tinha lá estes tanques. Estes tanques, quer dizer, ninguém dava nada por eles. No entanto, este era um bairro operário de Guimarães que passou do anonimato a património mundial. Dezenas de tanques em pedra que, durante séculos, serviram de cama, digamos assim, às peles de animais, porque era um sítio de curtir peles de animais, no seu processo de transformação. Hoje, em Guimarães, vemos o castelo, a muralha, os palacetes, as casas medievais e vemos também os tanques, estes tanques, aquela área que, durante muitos anos, a própria cartografia vimaranense não representava por serem espaços insignificantes, que nem sequer eram representados. Bom, portanto, o que é que eu tenho aí? Pronto, isto era o que eu acabei de dizer, não interessa. Não estou a conseguir passar... Há algum problema? De caminho, mas indo um pouco mais para sul, e temos o centro de Abrantes que, de facto, não tem nada a ver com aquilo que nós estamos habituados e nós estamos habituados a pedra, granito. Lá para Abrantes começa muito mais a haver calcário e as

pedras são muito mais claras. De qualquer maneira, há este esforço e Abrantes que é uma cidade, quer dizer, que não é um grande centro, mas tem essa preocupação de estar muito bem, de ter a sua recuperação feita. Agora, voltamos para aqui, e temos Sortelha. E Sortelha está fantástica, de facto, com a sua muralha, as suas casas. Aqui estamos. É o exemplo daquilo que se deve fazer, não é? Ruas limpas, as janelinhas lá estão. E também os seus candeeiros, que não foram deitados fora, nem substituídos por outros. Nós, parece que já nos lembramos de algo assim. Eu, pelo menos, lembro-me ainda da Guarda com candeeiros destes. São pequenos pormenores que levam as pessoas a ir ver, porque, aquilo que é comum, ninguém vai ver. Ninguém quer ir ver. É aquilo que é particular e que dá identidade aos locais. E, agora, permitam-me que demos um salto até aos Estados Unidos. Temos Nova Iorque. Temos o Skyline, portanto, de Nova Iorque e temos já ali, se olharem bem, está lá Brooklyn Bridge, a ponte de Brooklyn. Portanto, nós, que pensamos em Nova Iorque como a coisa mais moderna, também podemos passar na Arábia Saudita e países assim árabes, mas, a nível da civilização ocidental, nós pensamos em Nova Iorque. E pensamos nos americanos, se calhar, como os habitantes de Nova Iorque. Não são. E estou-vos a falar com conhecimento de causa. Então, o que temos ali já é a Brooklyn Bridge, que é do século XIX. Está aqui. Esta é lindíssima e temos uma coisa muito engraçada que eu não consigo apontar, mas, no canto inferior esquerdo, o que é que lá veem? Uns banquinhos, como os nossos, do jardim. Temos aqui à frente, não consigo que o laser funcione. Portanto, ali em baixo temos um banquinho verde para começarmos a perceber que eles, americanos, que nós, às vezes, até desprezamos, que nos damos ao luxo de achar que nós é que somos civilização ocidental, mas eles gostam muito da história que têm. E vamos aqui à primeira colónia permanente. E tem lá uma data, qual é que é? 1607. Primeira colónia permanente. Permanente quer dizer que não morreram, como na maioria das outras colónias. Portanto, o que é que vemos? Vemos uma paliçada, que seja a muralha deles ali à volta, não consigo lá chegar com o apontador, em Madeira. E as escavações que nos permitem perceber que eles, de facto, têm essa preocupação com aquilo que aconteceu. Cá está a paliçada. Isto é Jamestown, Virgínia. Portanto, isto já é abaixo de Nova Iorque. Aqui, ora bem, isto é Salem, Massachussets. E o que é que aconteceu em Salem? A caça às bruxas. As bruxas eram mulheres.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, apesar das imagens serem muito bonitas e da contagem de tempo ser horrível, mas já esgotou o tempo do Partido Socialista.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Já acabei?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já, já esgotou tempo.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Já acabei? Posso só acabar de mostrar as imagens, muito rapidamente. As casas, vejam como elas estão preservadas. Qual é a idade delas? Século XVII e elas estão preservadas até hoje. Vamos só ver aqui. Isto é Mystic. Isto são tudo aldeias...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe imensa desculpa, mas esgotou tempo.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “É só um minuto. Pronto, então vamos ver estas aqui também. Estou mesmo a acabar. Posso pedir meio minuto?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, seguindo a regra, vou ter que lhe desligar o micro.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Estou mesmo a acabar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não pode ser, não me leve a mal, mas... Se é para continuar mais um minuto, diga-me, que eu desligo já o micro. Peço imensa desculpa, mas tem que ser.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Não. A primeira pedra de Plymouth, onde chegaram outros peregrinos em 1620. E aqui está ela e eu terminei. Guardam-na debaixo daquele dossel de pedra. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Está à discussão o tema. Alguma senhora Deputada... faça favor, peço-lhe desculpa.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Bom, boa tarde a todos, depois do período de interrupção do almoço. Nós saudamos a iniciativa do regulamento para o edificado particular. Aliás, ele peca por tardio e temos aqui algumas recomendações. Portanto, nós sabemos que temos a cidade completamente em ruínas, pelo menos no centro da

cidade. Há diversas construções que estão a cair. Há ruas onde não é permitido estacionar nem à direita nem à esquerda, porque as fachadas dos edifícios estão a cair. Portanto, esta iniciativa peca por tardia. Mas instávamos também à Câmara Municipal que olhasse também a outras perspetivas, no sentido da valorização dos centros históricos, nomeadamente aquelas que são da responsabilidade da Autarquia. Porque, de facto, os edifícios que são já propriedade da Autarquia, continuam devolutos. Nós temos, por exemplo, e isto vai a talhe de foice, consta que a sede da CIM não tem capacidade para albergar todos os serviços e que terá de ter serviços deslocalizados. Então, para quê termos tantos edifícios camarários que estão devolutos e que não foram recuperados para esse fim? Vamos deixar escapar mais algumas valências, mais alguns serviços da cidade da Guarda, por inoperância das entidades responsáveis por essas construções. Aqui relativamente a este regulamento, talvez fosse também de fazer um pequeno reparo. Provavelmente há muitas construções que não estão intervencionadas, porque, obviamente, a construção é muito cara e, provavelmente, também pode haver alguns proprietários que não tenham tantas possibilidades. Portanto, talvez fosse de reforçar algumas destas verbas, nomeadamente para proprietários ou famílias que têm menos poder financeiro. De facto, damos os parabéns pela iniciativa, mas pensamos que é curto e que há ainda muita coisa para fazer e que corremos o risco, até, de alguns serviços terem de sair da cidade da Guarda, devido à inoperância da Câmara Municipal da Guarda. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Não existindo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos, em si, cumprimentar toda a Assembleia e aqueles que, online, nos acompanham também, ao público aqui presente e a cada uma e a cada um de vós. Bom, depois de ouvir aqui algumas declarações, enfim, apraz dar aqui duas ou três notas que consideramos ser importante serem dadas. De repente, parece que a degradação começou nos últimos dois anos e meio, no centro histórico da Guarda. Foi nos últimos dois anos e meio que aconteceu toda esta degradação: telhados a ruir, tudo a cair no centro histórico da Guarda, já agora no núcleo histórico dos Galegos, de Alfarazes, da

Sequeira, enfim, na Póvoa do Mileu, nas nossas aldeias, na Vila de Gonçalo. Parece que, de repente, foi nos últimos dois anos e meio que tudo se degradou. Não. Infelizmente, tudo se tem vindo a degradar ao longo dos últimos vinte, vinte e cinco anos, sensivelmente. Infelizmente o digo, porque sei bem aquilo que foi acontecendo. Todos nós, aliás, quem se preocupa com essa matéria percebe bem como é que isto foi acontecendo ao longo de todos estes anos, pelas mais diversas circunstâncias. Ora pelas heranças, ora pela saída das pessoas da cidade, do concelho, enfim, foi graças a tudo isso que isto foi acontecendo. Mas nós arregaçámos as mangas e lançámos este desafio a nós próprios e agradecemos o trabalho técnico que foi feito nesta matéria e é assim mais um passo para a revitalização do centro histórico que todos, sem exceção, desejamos. E, naturalmente, dos restantes núcleos históricos, seja da cidade, seja do concelho, conforme eu já acabei de citar há pouco. É, em boa verdade, um Regulamento inovador que nunca a Câmara da Guarda teve. E posso-vos dizer que é único na região e é dos poucos do país que versa sobre esse ponto de vista. Ponto de vista esse que é, naturalmente, um desafio para o município e para os proprietários, neste apoio à recuperação das coberturas e das fachadas, apenas uma parte, os valores estão lá plasmados. E neste Regulamento que esteve em discussão pública e, portanto, todas as pessoas puderam dar os seus contributos, dizia eu, a recuperação das coberturas e das fachadas, perante o valor que lá consta no Regulamento, que pode, eventualmente, ser ou não ser atualizado todos os anos, estamos no arranque de todo este processo. Naturalmente, a restante parte, o restante montante, seja do interior, seja o restante montante das coberturas e das fachadas, aí, naturalmente, caberá aos seus proprietários. Há, naturalmente, aqui, também uma outra regra que está lá plasmada e é mais ou menos isto que eu vou dizer, que tem a ver com a recuperação dos edifícios com a arquitetura tradicional, a chamada arquitetura vernácula da nossa região. Qualquer pessoa que queira inventar, no bom sentido, o edifício, para fazer ampliações contemporâneas, isso não será apoiado, naturalmente. A única coisa que é apoiada é a manutenção, senhora Deputada, da traça original, da arquitetura tradicional, da chamada arquitetura vernácula da nossa região. É para isso que este Regulamento serve, seja para o centro histórico da Guarda, foi aí que nós iniciámos este procedimento, foi aí que nós nos inspirámos, mas, naturalmente, alargar aos outros

Núcleos Históricos da cidade, os pequenos Núcleos Históricos, mas também do nosso mundo rural e, por isso, pedimos à aprovação deste Regulamento. Muito obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o documento, a proposta à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.1 - Proposta de Projeto de Regulamento de Incentivos à Reabilitação de Edifícios nos Núcleos Históricos - discussão e votação ----**

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

Ponto 2.2 - Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas do Ano 2023 do Município da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se alguma senhora ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor, tem a palavra. Não sei quem se inscreveu primeiro. Faz favor, Miguel.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde. Não obstante as contas de 2023 já terem sido debatidas na sessão anterior da Assembleia Municipal, há um conjunto de considerações que não podemos deixar de trazer a esta Assembleia, até pelo contexto em que nos encontramos atualmente. Uma das evidências mais preocupantes destas contas é a redução acentuada do valor “Disponibilidades” de cerca de 12 milhões, em dezembro de 2022, para 6,670 milhões, em dezembro de 2023. Ou seja, em apenas um exercício, há uma redução de meios monetários líquidos de quase 50%. Esta é uma questão que nos preocupa, porque retira ao município capacidade de responder às necessidades financeiras imediatas. Como nos preocupa, também, a evolução do resultado líquido do exercício em 2023, cujo valor negativo cresceu quase dez vezes, de menos 131 mil para menos 1 milhão, dando corpo a uma política despesista deste Executivo. As dívidas a fornecedores têm também uma trajetória que nos levanta interrogações, tendo aumentado de 1,72 milhões, em 2022, para 3,97 milhões, em 2023, mais do que o dobro. E quando analisamos a evolução da conta de “fornecimentos e serviços externos”, comprovamos a ideia que se começou a formar no nosso espírito, no decurso da análise dos indicadores anteriores, a de que o despesismo está instalado nas contas do município, dado o aumento, num único exercício económico, de mais de

30% ou, se quisermos quantificar, de mais de 4 milhões de euros. Última nota para o valor negativo dos resultados financeiros que, de 2022 para 2023, duplicou o seu valor confirmando a nossa convicção de que qualquer empréstimo contraído, nas atuais condições de mercado, terá um impacto significativo nas contas do município e agravará, sem margem para dúvidas, ainda mais, o valor negativo do resultado líquido.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada? Está inscrito o senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, a Consolidação de Contas do Município não nos merece grande reparo, é um documento técnico que apenas integra, na esfera da Câmara Municipal, as participações que a edilidade tem em outras entidades. E, portanto, quanto a isso, não nos merece qualquer reparo. Merece-nos, sim, reparo, a forma como esta autarquia está a ser conduzida, designadamente do ponto de vista financeiro. Como disse o Miguel Borges, que me antecedeu, e muito bem, há aqui um gritante descalabro em termos daquilo que são as disponibilidades de tesouraria. E mais impressão me causa o facto de hoje já ter aqui ouvido, por diversas vezes, por ilustres Deputados da bancada do PG, que o PSD e também o PS são forças de bloqueio ao desenvolvimento da Guarda e: vejam só, estes malandros que chumbaram dois empréstimos, na soma dos dois, de quase 17 milhões de euros, portanto, esta gente não quer que a Guarda ande para a frente. Vamos ser francos e vamos ser rigorosos. O PSD fez isso e fez muito bem, porque o PSD não pode ser cúmplice no desmando daquilo que são as finanças públicas, que é o dinheiro de todos nós. A Câmara não tem dinheiro. O Estado não tem dinheiro. O dinheiro do Estado e, por arrastamento, da Autarquia, é o dinheiro dos nossos impostos que é distribuído, de uma forma proporcional, de acordo com o número de habitantes e relevância que cada concelho tem no todo do país. E, falando, agora, mais concretamente do empréstimo, que veio já da outra Assembleia, relativamente àquelas obras das enxurradas e dos incêndios, eu tenho que relembrar aqui ao senhor Presidente que, muitas dessas obras, já estavam cabimentadas. E, portanto, como é que vai pedir empréstimo para algo que já estava cabimentado? Ou seja, já havia recursos alocados para fazer face a essa despesa. Depois, também, não entendemos como é que vem aqui dizer que o PSD chumba o empréstimo para o Cabroeiro, quando ainda nem sequer o

processo está concluído. Diga-nos, em que ponto está o processo? Já tem o dossier completo? Daqui por um mês vão lá estar as máquinas para arrancarem os trabalhos? É que, se assim for, tem toda a razão, vamos votar o empréstimo a favor. Agora, se só daqui por um ano ou dois é que as coisas estão prontas para, então, avançarem os trabalhos, então, manda o bom senso e a prudência que só nessa altura ou perto dela se peça o empréstimo. Tal como nós fazemos em nossas casas. Ou a Câmara da Guarda é assim tão rica que tem a capacidade de estar aqui, durante um ano ou dois, a suportar juros caríssimos de empréstimos para ter o dinheiro parado? Acha que isso é boa política financeira? É isso que faz em sua casa? Portanto, esta é a casa de todos os guardenses e, como tal, temos que ter parcimónia na gestão de recursos, porque eles são limitados. E o PSD é a favor da construção da Alameda dos F's. O PSD, se assim for o caso e na vida altura, se o processo estiver todo instruído, será, com certeza, a favor do empréstimo, se nas finanças da Câmara, na altura, não houver essa disponibilidade. Agora, para já, não. Porque senão reparem: neste momento o PG queria, aliás, este Executivo queria aprovar 17 milhões de euros de empréstimos, vai condicionar a nossa capacidade de endividamento para os próximos anos. Isto não é algo que ocorre neste ano e para o ano limpa, a 31 de dezembro limpa e, portanto, podemos pedir um novo empréstimo a 1 de janeiro. Não! Isto vai-nos acompanhar ao longo do tempo. Agora, imaginemos que, num futuro mais ou menos próximo, nós estamos a dever cerca de 30 milhões de euros às Águas do Zêzere e Côa, há um acordo que nos dizem assim: meus amigos, a gente faz-vos aqui um abatimento, pagam 15 milhões, pagam metade e perdoamos o resto. Se a Câmara tiver esgotado essa capacidade de endividamento, o que é que vai fazer? Mais ainda, vem aí um novo quadro comunitário. Neste momento, a comparticipação Europeia é de 85%. Imaginemos, porque Portugal vai perder fundos em detrimento de outros países que entram agora e mais necessitados, que a comparticipação dos projetos europeus é apenas de 50%. Onde é que a Câmara tem dinheiro para fazer face à parte que lhe cabe? Se quiser recorrer ao endividamento, a sua capacidade está limitada pelos empréstimos que foram feitos no momento presente e vai comprometer o nosso futuro. Por isso, é preciso muita atenção e é preciso dizer a verdade aos guardenses, senhor Presidente. Obrigado.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor.”

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todas os presentes e quem nos segue. Eu venho aqui tentar explicar que este ponto da Consolidação de Contas é meramente formal, porque a empresa que consolida com a Câmara Municipal tem pouca relevância, mas é uma questão legal. Agora, eu queria tentar esclarecer o seguinte: eu acho que estamos todos a confundir tesouraria, que é uma ferramenta de trabalho para qualquer município ou qualquer entidade, com investimentos de longo prazo que precisam de coberturas adequadas. Eu acho que estamos a confundir isto tudo. Confundimos, também, o facto de, se viermos a pagar a dívida às Águas Do Zêzere e Côa, depois já não temos capacidade de endividamento. Não. Isso está previamente salvaguardado. Porque, se assim não for, as entidades financiadoras não emprestam dinheiro ao município. Portanto, o que eu quero dizer, de uma forma cabal, é que o município diz: gastamos muito dinheiro, porque as disponibilidades eram X e agora são Y. Pois, mas o município, que eu saiba e os senhores também sabem, foi confrontado com a conclusão de obras até ao final de 2023 que tinham que ser pagas. E o dinheiro não cai do céu, foram utilizar o dinheiro que estava na conta. Certo? Portanto, um investimento desta natureza do Cabroeiro ou obras que estavam aprovadas... e dizem os senhores Deputados que estão cabimentadas. Está bem, estão cabimentadas e até podem ser comparticipadas. Mas há uma parte da responsabilidade que é tesouraria do município e a tesouraria do município, que é o fundo de maneio, não é elástico. Tem limitações. Portanto, nós estamos a confundir alhos com bugalhos, desculpem lá. Nós temos que ser pragmáticos e perceber o que é que estamos a fazer. A gestão do município é como a das famílias e de uma empresa, têm que perceber os fluxos nos próximos dez, quinze, vinte anos para pagar essa dívida. Ou querem ou não querem as obras. Agora, esmifrar a tesouraria e essa ferramenta de trabalho do município, não cabe na cabeça de ninguém, desculpem lá. É só isto que eu tenho que dizer. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Deputado, relativamente à questão económico financeira, acho que estamos todos mais ou menos à vontade e a verdade é que, a nível de fundos, houve uma diminuição de 6 milhões. Agora importa é referir o porquê da necessidade de empréstimos, o porquê da necessidade de empréstimos tão

rápido e o porquê de se fazerem empréstimos para se fazerem obras, quando ainda nem sequer se fizeram expropriações. E, portanto, dizer-vos claramente que o Partido Socialista está, como sempre estive, a favor que haja orçamento nesta Câmara, é a coisa mais normal que deve acontecer, e criar todas as condições necessárias ao desenvolvimento da Guarda, mesmo que essas impliquem contrair empréstimos. No entanto, aquilo que nós não conseguimos entender é como é possível estarmos agora a aprovar um orçamento de milhões e milhões de euros quando as expropriações não estão feitas, senhor Presidente. É assim, meu caro Oliveira, de economia, estamos mais ou menos entendidos. Relativamente a expropriações, estamos a falar, de certeza absoluta, em pelo menos um ano. Então, para que é que precisamos agora do dinheiro para as obras, quando as expropriações vamos ter, pelo menos, um ano? Garanto eu. Mas se, por acaso, o senhor Presidente da Câmara, fizer uma coisa que até agora não fez, que é surpreender-nos pela positiva, cá estaremos nós para aprovar esse empréstimo na altura em que o senhor Presidente disser assim: tenho as expropriações totalmente feitas e, portanto, neste momento, preciso de dinheiro. Cá estaremos nós, Partido Socialista, como sempre estivemos, para defender a Avenida dos F's. Sabem porquê? Porque foi o Partido Socialista que fez a VICEG. A primeira ideia da Avenida dos F's, "Avenida da Ti Joaquina", foi do Partido Socialista. E, portanto, o Partido Socialista nunca deixará morrer esse grande projeto estrutural para a Guarda. Agora, uma coisa de cada vez. Porque, ainda por cima, vem depois a seguir um período de carência. Quer dizer, eu não sei, neste momento, a nível de juros, o empréstimo que nos está a pedir, estamos a falar de cerca de 400 mil euros por ano. Então, esses 400 mil euros por ano, praticamente dão para fazer as expropriações todas, senhor Presidente. Então, porquê? Qual a pressa, senhor Presidente? Nós estamos cá, perfeitamente, para auxiliar, quando for para o desenvolvimento da Guarda. Nessa altura, pode trazer os empréstimos que quiser. Da mesma forma que dissemos relativamente ao outro empréstimo, aquilo que nós dissemos aqui... e, já agora, vêm depois, a seguir, com uns pareceres jurídicos! Quer dizer, quanto é que custou o parecer jurídico, senhor Presidente? Quanto é que custou o parecer jurídico, senhor Presidente? Porque é que o pediu, senhor Presidente? Por cada dez pareceres jurídicos a favor, em Portugal, há dez pareceres jurídicos contra. E esse é o problema da nossa democracia. É que, por vezes, na Assembleia da República, as Leis permitem uma coisa e a outra. E, portanto, o senhor Presidente vai agora buscar...

Ouça lá, senhor Presidente, nós, no Partido Socialista, dizemos sempre a mesma coisa. Se é aquele dinheiro que precisa, mostre! Onde é que estão aquelas estatísticas relativamente ao preço do Parque Pópis que custa 1 milhão? Onde é que estão as estimativas de custo relativamente ao estaleiro que custa 1 milhão? É que, nessa Assembleia em que falámos aqui de empréstimos, senhor Presidente, e quando nós aprovámos aqui, quando nós nos abstivemos, eu tive oportunidade de perguntar ao consultor se, quando esse empréstimo tornasse a vir aqui à Assembleia ou à Câmara, as coisas já estariam perfeitamente delineadas. E aquilo que me disse o senhor consultor foi que sim. Mas mais, aquilo que me disse o senhor Presidente, e está gravado, foi que sim, que quando esse empréstimo fosse novamente a reunião de Câmara, estariam lá as rubricas todas, estaria tudo discriminado de maneira aos senhores vereadores poderem votar. Sabem o que é que o senhor Presidente fez? Levou exatamente a mesma coisa. E sabem o que é que depois a seguir fez? Foi pedir um parecer jurídico a um qualquer advogado. Senhor Presidente, quer o empréstimo ou não quer o empréstimo? E depois há coligações negativas, senhor Presidente? Então, quem é que faz coligações negativas, senhor Presidente? O senhor Presidente quer entender-se com alguém?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor senhora Deputada.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Boa tarde, mais uma vez. Eu vinha, apenas, reforçar as duas intervenções anteriores. Há uma coisa que se chama orçamento de tesouraria e orçamento de tesouraria não deixa confundir, de facto, os investimentos de longo prazo com aquilo que é gestão de tesouraria. Eu acho que aqui alguém confundiu, de facto, aquilo que é gestão de tesouraria com um orçamento de investimentos. Uma coisa é o orçamento de investimentos, outra coisa é o orçamento de tesouraria. Não há necessidade absolutamente nenhuma de pedir empréstimos antecipadamente, até porque se suportam maiores custos, antes das obras no terreno estarem a decorrer e antes dos factos estarem a decorrer. Portanto, tudo isso é, desculpem, mas é uma mistificação. Nós temos de fazer planeamento, nós todos, orçamentos de tesouraria e orçamentos de investimento, que têm momentos diferentes. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado José Valbom. Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde a todas as pessoas que me ouvem. É só para dizer que de economia não sou especialista, não vou dizer nada, mas só vou fazer aqui uma nota política. Dizer só que o PSD, versão Neves de Sousa, disse que é a favor do investimento da Alameda dos F’s. Claro que, para nós nos entendermos bem, de preferência, daqui a um ano, como diz o Partido Socialista, porque assim já nos encontramos em pontapé. Já estamos na parte final e vão ter um bom argumento para dizer que não fizemos a tempo e horas. Efetivamente, o que se passa é o seguinte: vocês dizem para a população que estão a favor, é óbvio, porque sabem que a população está de olho. Mas, depois, na prática, votam e fazem obstáculo. O Partido Socialista até se dá à preciosidade de nos dizer de quanto tempo nos querem atrasar: daqui a um ano, disse o meu amigo Borges aqui e disse o meu amigo Rui Ribeiro, um dia destes, em debate na Rádio F. O Neves ouviu. Daqui a um ano, vocês pensem nisso. Venham cá daqui a um ano. É preciso ter muita paciência. Vocês querem a obra ou não? Se a obra é importante, como diz o Partido Socialista, como diz o PSD, como dizemos todos, porque não quanto mais cedo melhor? Qual é o interesse de atrasarem a obra? Não levem a vossa fé contra o Sérgio e contra nós, prejudicando a cidade. Façam outra coisa: digam de nós o que quiserem (que o Valbom é isto, que é aquilo, que faz S’s na língua ou na conversa), digam o que quiserem, mas não façam obstáculo à cidade, não atrasem a cidade, por favor. Porque a população é mais inteligente do que eu. Não dá, não vai dar resultado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Senhor Dr. Valbom, sempre brilhante na sua retórica. Lealdade, a quanto obrigas, diz o povo com alguma razão. Sabe uma coisa? O PSD nunca foi, não é e jamais será contra o desenvolvimento da Guarda e contra o lançamento de obras estruturantes para o concelho. Agora, muito obrigado...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já lhe dou palavra se pretender, agora deixe falar o senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Agora, vamos falar tecnicamente, vamos despir a camisola política e vamos falar tecnicamente. Neste momento, qual é que é o atual estado da arte do processo do Cabroeiro? Tanto quanto sei, aliás, vai ser o ponto

2.5, se a memória não me atraiçoa, vamos falar das expropriações. Ou seja, os proprietários dos terrenos daquela zona não aceitaram, pelo menos alguns, a solução proposta pelo município e, portanto, vamos ter que partir para uma ação coerciva em relação a eles, no sentido de os terrenos que são propriedade dos próprios passarem para a esfera do município, para aí poder edificar a obra que todos nós esperamos e ansiamos. Bem, há de haver aqui engenheiros e, se não há, muitos de nós têm essa sensibilidade, todos estes processos não são feitos de uma semana para a outra, demoram o seu tempo. É que, para além dos prazos legais que temos que cumprir e dos recursos e contrarrecursos, há depois toda a parte de elaborar toda essa panóplia de documentos, que demora o seu tempo. Portanto, na melhor das hipóteses, estamos a falar num ano e tudo a correr bem, tudo a correr pelo ótimo. Um ano para o processo estar mais ou menos concluído. Então, pergunto eu, que sentido faz, no momento presente, estarmos a aprovar um empréstimo para algo em que só vamos começar a pagar daqui a um ano ou mais? É esta a gestão financeira que o PG quer fazer à Guarda? É. Porque é assim e é noutras coisas. Nós vemos, diariamente, o despesismo: é dinheiro para tudo e mais alguma coisa. Só não há dinheiro para compor a Guarda, só não há dinheiro para aquela rotunda do Cubo à entrada da Guarda, que é uma das principais entradas para quem vem de Espanha ou quem vem da A25, que bateu lá um camião por alturas do Natal e continua aquilo amolgado, continua o muro deitado abaixo e continua essa Avenida que vai dar ali à ponte do Parque Polis, com ervas de um lado e do outro, uma coisa que mete medo a quem nos vem visitar. Portanto, é este o estado que nós queremos para a Guarda? Não. Vamos fazer as coisas direitinhas, certinhas e, se tudo for apresentado como deve ser, o PSD tem todo o gosto de aprovar esses empréstimos para fazerem aquilo, para poderem brilhar à vontade. Nós não queremos que vocês não brilhem, nós queremos é que a Guarda brilhe e, para isso, temos de ser rigorosos na nossa gestão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem 40 segundos. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Bom, muito rapidamente, venho aqui deixar duas notas. A primeira, olhando para as contas consolidadas é o que vemos aqui: aumento do passivo, aumento da despesa, incapacidade de gerar receita para fazer face à

despesa. Este é um problema de quem quer agradar a todos e de quem não comunicou... mais do que não ter prioridades políticas, porque o Presidente, todos nós temos as nossas prioridades. Isto é uma questão de comunicação e, mais uma vez, de ser frontal com os guardenses e dizer o que é que quer fazer, verdadeiramente, na Guarda. Quem quer fazer tudo, acaba por não fazer nada e, depois, as contas, dão 1 milhão negativo. Em relação aos empréstimos e, terminando, eu devo dizer que este problema resolve-se muito facilmente. Nas próximas eleições, ponham isso nos cartazes, prometam à Guarda: vamos contrair 17 milhões em empréstimos. Se os guardenses sufragarem isso e quiserem, de facto, contrair 17 milhões em empréstimos... É que esta narrativa dos empréstimos é um facto novo. Eu não ouvi em 2021, nem em 2022 e mal em 2023, a questão dos empréstimos. Isto surgiu há pouco tempo, isto é uma novidade. E, portanto, nunca estive, se calhar, na cabeça deste Presidente e deste Executivo pedir este valor tão avultado. Eu, no início do mandato, ouvia falar em obras em dois anos. Primeiro era em dois anos e não foi. Depois era preciso fundos europeus. Já passámos para os empréstimos e, qualquer dia, estamos a pedir 30 milhões ou 40 milhões de empréstimos. Este é o caminho da Guarda, é o vosso caminho. Mas, então, digam às pessoas, no próximo ato eleitoral, apresentem isso à Guarda. Enchem os cartazes pela cidade e digam: vamos endividar a Guarda, vamos contrair empréstimos. E, portanto, depois, a partir daí, os guardenses tirarão as suas ilações e, se calhar, darão ao PG a maioria absoluta (7-0, 6-1) e quem sou eu e quem seremos nós, PSD, para criticar isso.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra senhor Deputado Oliveira, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. Eu só queria dar aqui um pequeno esclarecimento sobre o seguinte. De facto, a obra do Cabroeiro é mesmo importante e já tem barbas e já é antiga e, portanto, preocupa todos os presentes. Agora, há aqui uma falsa questão que estamos, de facto, a confundir. O que estamos a confundir é o seguinte: façam lá, se faz favor, as expropriações, paguem lá aos proprietários e depois venham cá aprovar o empréstimo para fazer a obra. Por amor de Deus, senhores Deputados! O que se passa é que, se em sessão de Câmara for aprovado um empréstimo para aquela obra, se vier aqui à Assembleia Municipal para ser aprovado, se for consultado o mercado e se depois vai essa operação reencaminhada

para o Tribunal de Contas, vai ultrapassar mais de um ano. E a questão fundamental é as coisas andarem paralelas. Simultaneamente que vamos tratando das expropriações, vamos tratando dos projetos, vamos tratando do empréstimo. E aprovar o empréstimo não está a contar juros, é só quando contratarem. Este é que é o ponto. Ou seja, porque é que não podemos tratar das coisas em paralelo? A Câmara Municipal, que é aquilo que toda a gente percebe, não é uma capital de distrito rica. Não é. Ou seja, tem um enorme... não sei se percebem, mas é assim, da receita da Câmara, quase 50% é para ordenados. Não fui eu que os criei, os empregados todos da Câmara. Se calhar, nem os senhores, mas esquecem-se disto. A Câmara Municipal de Castelo Branco, se calhar, tem trezentos trabalhadores, por isso é que é um município rico. Este não é. É só isto, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Parecendo não haver mais nenhum membro da Assembleia inscrito, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos renovados. Bom, no que diz respeito às Contas Consolidadas, nada a dizer, porque é uma prerrogativa legal de acordo com a percentagem que o município da Guarda tem nesta empresa intermunicipal Municípiã, portanto, estamos obrigados, nos termos da Lei, a consolidar as contas da forma proposta. Sobre os outros considerando que aqui foram ditos, vamos lá dizer as coisas como devem ser ditas. Muito obrigado, Deputado António Oliveira, da forma sucinta, pragmática, que acabou de referir estas situações. Porque aqui não vale a pena andar a atirar com areia aos olhos das pessoas. Não vale mesmo a pena. Eu não queria falar muito sobre este ponto, nomeadamente da Variante, porque temos um ponto, a seguir, onde podemos falar sobre isso. Mas foram aqui referidas algumas coisas, ainda bem que foram referidas, porque assim só nos vêm dar razão. A saber: redução da disponibilidade de 11,897 milhões de euros, se não me falha a memória desse montante, para 6,7 milhões de euros. Já se esqueceram o que aqui foi dito na Assembleia Municipal das contas, a última de abril? Já se esqueceram dos 5 milhões de euros que nós tivemos que pagar para encerrar o quadro comunitário de apoio, o Portugal 2020? Para pagar as obras todas? E

posso-vos dizer que ainda nem sequer metade recebemos sobre isso, muito menos de metade, porque o anterior quadro comunitário continua sem estar encerrado. Mas tivemos que nos chegar à frente. Ou querem fazer tábua rasa sobre aquilo que foi aqui referido e aquilo que foi aqui votado na última Assembleia Municipal de abril? É só para recordar, porque, sem dinheiro, não há vícios. Ora, se nós temos que fazer obras, temos que ter dinheiro para as pagar. E se nós quisemos almejar candidatar-nos ao overbooking, às gavetas finais do quadro comunitário de apoio, lá tivemos que fazer face a esses pagamentos. E foram 5 milhões. Mas isso só está ao alcance de quem sabe fazer as coisas. Aqueles que neste momento e noutros tempos anteriores e estão aqui pessoas na sala, sabem bem aquilo que eu estou a referir. Tem que se pagar à frente que é para, depois, os fundos comunitários, darem a seguir. É esta dialética dos fundos comunitários. O resultado líquido do exercício, também vos foi explicado que tem a ver com a questão patrimonial da EDP. Eu convido-vos a irem ler o que está no Relatório Contas e o que é que foi dito na Assembleia Municipal de abril. Falando sobre empréstimos, já agora, ainda bem que referiram, mais uma vez, os empréstimos. Então, vamos lá ver que empréstimos é que a Câmara da Guarda está a pagar neste momento. É bom clarificar as coisas. O Partido Socialista, e bem, há cerca de quinze anos teve que contrair alguns empréstimos. Quinze anos e um outro mais recente. E bem. Para quê? Para fazer investimentos. Fez muito bem. Se não fizesse esses empréstimos, não havia investimento: os Centros Escolares, o TMG e outras coisas mais. Ainda bem que fez. Vejam só, esses empréstimos, em 2023, nós, contribuintes da Guarda, o Município da Guarda pagou 1,8 milhões de euros desses empréstimos. 1,8 milhões de euros, em 2023. E vamos ter que pagar os empréstimos, ainda, até 2029. Vejam só os anos que são. São quase vinte anos de empréstimos. E bem, porque foi empréstimo para investimento. Mas alguém vota contra isso? Alguém votou contra, na altura? Se calhar, alguém votou, não me recordo. Mas foram empréstimos bem feitos para fazer bons investimentos. Caso contrário, hoje, a qualidade de vida, nestes setores específicos, da educação e da cultura, não seria a mesma que é hoje. Isso é inequívoco. Acho que não há dúvidas, para quem quer que seja, sobre este ponto de vista. Sobre a questão da redução das disponibilidades da nossa tesouraria (e falam aqui em desmames, enfim, esses termos mais brejeiros), devo recordar aquilo que foi dito aquando da discussão na Reunião de Câmara sobre o empréstimo para as obras das Freguesias: gastem o que têm na conta.

Foi isto que foi dito, está em ata. Foi mais ou menos isto: gastem o que têm na conta. E, depois, a seguir: pois, os senhores estão a reduzir as disponibilidades. Mas aqui diz-se uma coisa, noutros fóruns diz-se outra coisa completamente diferente. Depois é referido as obras que já estavam cabimentadas. Pois, já estavam cabimentadas, já. E com a explicação que foi dada, que tínhamos apenas um terço do financiamento. E recordar a decisão desta Assembleia Municipal, em fevereiro último, onde aprovou duas coisas: a oportunidade de executar aqueles investimentos todos, primeiro ponto, e, segundo ponto, a oportunidade de contrair aqueles empréstimos. Foi isto que a Assembleia Municipal votou em fevereiro último e na Câmara foi contrariado. E a esse propósito, já que se fala em pareceres, é bom termos os pareceres. E podem arranjar pareceres contrários. Mas é bom termos os pareceres de um dos melhores especialistas do país, e é reconhecido por quem sabe, nesta matéria. Diz a certa altura: “Efetivamente, quem tem competência para revogar este acto administrativo aprovado sob a forma de Deliberação, dentro dos limites ou condicionalismos da Lei, seria sempre, tão só e apenas, a Assembleia Municipal, não sendo legítimo à Câmara Municipal praticar um «novo» acto administrativo que, ilegitimamente, não só derrogasse um regulamento que anteriormente produzira e «invertisse» um procedimento pré-contratual que previamente prosseguira, como ainda se propusesse «derrogar» um acto administrativo antes produzido pela Assembleia Municipal, violando a repartição Interorgânica de competências municipais, tal como determinado pela Lei, traduzindo-se em mais um vício gerador de anulabilidade da Deliberação camarária, tomada a 22 de Abril.” Fim de citação. Ainda bem que nós pedimos pareceres. E olhe, este até foi dos baratinhos. Até foi baratinho, para a substância que ele tem, até foi barato. Mas é importante termos estes pareceres e nós, quando temos estes pareceres, estamos obrigados a divulgá-los aos órgãos próprios. E, por isso, divulgámos na Câmara Municipal e pedimos que pudessem fazer a aprovação do empréstimo e, naturalmente, porque a Assembleia Municipal está aqui visada, pedimos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que desse conhecimento do parecer às senhoras e aos senhores Deputados, onde se incluem as Juntas de Freguesia, naturalmente. Sobre o empréstimo do Cabroeiro, eu falarei a seguir sobre isso, se houver essa necessidade. Depois, falou-se aqui num acordo das Águas do Vale do Tejo. Eu vou-me furtar a falar em números de qualquer acordo, porque não há qualquer acordo neste momento, os processos continuam nos tribunais. Mas,

senhor Deputado, há uma coisa a que chamam ARD's previstos no Orçamento de Estado, há pelo menos cinco ou seis anos. ARD - Acordos de Regularização de Dívida. Não sabe, mas fica a saber. E os ARD's preveem, designadamente, a não contribuição para endividamento. É uma norma que está na Lei do Orçamento de Estado para todos os municípios que façam acordos com o setor empresarial do Estado, designadamente, com o grupo Águas de Portugal. Portanto, sob esse ponto de vista, aqui tem mais uma coisa que não sabia e passa a saber. Mas não é para, depois, na próxima Assembleia Municipal, vir dizer outra vez a mesma coisa, senhor Deputado. Aí, já pode emendar a mão. Depois, foi falado aqui, ainda bem que foi falado, que se vai iniciar o quadro comunitário de apoio 2030 e depois a Câmara não tem dinheiro. Ora, bem-vindo ao mundo real, senhor Deputado. Bem-vindo ao mundo real. O que é que nós andamos a dizer, a apregoar há meses? Porque é que nós pedimos um empréstimo para pagar as obras das Freguesias que só temos um terço de financiamento, seja para as obras dos incêndios ou para as obras das intempéries? Já assumimos o compromisso, com as Juntas de Freguesia, que vamos fazê-las todas, mas mais devagar e com alguns cortes que vamos ter que fazer nas reprogramações que estão a ser preparadas. Precisamente por isso, senhor Deputado, porque nós não podemos gastar o que temos na conta, tal como os senhores disseram na reunião de Câmara: gastem o que têm na conta. Pois foi, senhor Deputado. Ainda bem que me está a dar razão, porque, gastando o que está na conta, não há obras do próximo quadro comunitário de apoio, que já está em vigor, o 2030, para arrancarmos, porque se nós não andarmos com o dinheiro à frente, os fundos comunitários não dão adiantamentos. Ainda bem que vem ao encontro daquilo que eu referi, senhor Deputado, daquilo que nós andamos a dizer, porque essa é verdadeiramente a necessidade daquele empréstimo, concretamente o das Freguesias, onde se incluem os estaleiros municipais e a reabilitação do Parque Infantil do Polis, porque isso é absolutamente necessário para uma boa gestão, seja da tesouraria, seja do planeamento dos investimentos de curto e de médio prazo. Meu caro Deputado António Oliveira, bem referiu essas questões que referiu. E, depois, sobre as notas do Deputado José Valbom, é verdade aquilo que bem disse também. Porque não podemos só dizer que somos a favor perante a opinião pública que assiste online, é também preciso, nos órgãos próprios, votar a favor desses empréstimos, porque aquilo que nós

queremos fazer é, tão só e simplesmente, trabalhar. E, por isso, deixem-nos governar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Permitam-me os senhores Deputados, porque fui chamado à colação, creio que pelo senhor Deputado Miguel Borges, porque é que o Presidente da Assembleia Municipal divulgou este parecer. O Presidente da Assembleia Municipal divulgou este parecer, como divulgará qualquer assunto que lhe seja trazido, como divulguei também um e-mail que recebi da Assembleia Municipal de Manteigas que os senhores Deputados também receberam. O senhor Presidente enviou-me este parecer de um distinto jurista e eu, inicialmente, parei na página três. E vou ler o que aqui está e sou Presidente da Assembleia Municipal. Esta decisão, diz o parecer, linha nove: “..., como vem impedir ou, máxime, «derrogar» a execução da Deliberação entretanto produzida pela Assembleia Municipal da Guarda, na Sessão Ordinária de 27 de Fevereiro”. O que está aqui, em meu entender, é grave. E, por isso, todos os pareceres que vierem ou outros ofícios, obviamente que os divulgarei, para depois não ser acusado de escamotear e não dar a conhecer algumas coisas. Esta é a explicação que eu gostava de dar. Senhor Deputado, para? Peço-lhe síntese, porque já esgotaram o tempo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não. Sintético, porque não tem nada a ver. O senhor Presidente, de manhã, não percebeu o pedido de esclarecimento que eu fiz. A questão não é o facto de vir ou não vir o parecer, foi a antecedência com que o senhor Presidente nos mandou o parecer. Porque, por aí, nós temos cinco dias para meter os documentos, uma coisa assim desse género, não é? E o senhor Presidente incumpriu com o Regimento, quando depois pôs no dia a seguir ao que deveria ter colocado. E, portanto, é isso que eu estou a dizer, senhor Presidente, porque nós devíamos ter preparado para isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É só para conhecimento. Não está na Ordem do Dia.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Senhor Presidente, relativamente a pareceres deixe-me dizer-lhe uma coisa: já tivemos essa questão relativamente ao parecer que o senhor Presidente da Assembleia pediu, sem

ninguém lhe ter pedido para o pedir. Já tivemos essa questão, agora, relativamente ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara que siga com o processo. Se tem tanta certeza, siga com o processo. Então, não é? Eu deixo aqui o desafio ao Senhor Presidente da Câmara: então, um digníssimo senhor advogado, académico, seja o que for, deu um parecer, o senhor Presidente nem precisava de vir aqui à Assembleia, continue com o processo normal. Vai buscar um empréstimo, empresta, pronto! Não precisa trazer nada. Quer dizer, estamos aqui a falar de quê? E, portanto, senhor Presidente, olhe, também, já agora, para lhe dizer. Eu ontem, por acaso, tive a oportunidade de ver, por um amigo, no Facebook, a Ordem de Trabalhos da Câmara da Covilhã. Sabe qual é o 2.1 na Câmara da Covilhã? Discussão Política dos Grupos Parlamentares.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu entendi que devia dar esta explicação. E, enquanto for Presidente desta casa, tudo aquilo que me chega, eu darei conhecimento aos senhores Deputados, porque não quero ser, em circunstância alguma, acusado de escamotear alguma informação.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu tive oportunidade de ler o parecer e a minha pergunta é se vamos discutir aqui o parecer agora ou como é que é? Porque o senhor Presidente fez aqui uma intervenção em que fez uma alusão clara ao conteúdo do parecer, certo? Eu não quero... o senhor Presidente da Câmara está no seu direito e nós também temos que ter o direito, mas um direito de contrapor, portanto, de argumentar. E a minha questão é se querem discutir o parecer, eu estou preparado para o fazer. Não tenho problema absolutamente nenhum, com todo o gosto, certo? Agora, senhor Presidente, só lhe peço que haja igualdade de armas. É só isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não havendo mais intervenções sobre o ponto 2.2, colocava, então, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Prestação de Contas Consolidadas do Ano 2023, do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor e vinte e nove abstenções. -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declarações de voto, penso que não há nenhuma. Passávamos, então, ao ponto 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP) - Delegação de Competências na ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está o ponto à discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o tema? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, mais uma vez. Só para dizer que, em reunião de Executivo, este ponto obteve a unanimidade. Felizmente, de vez em quando, há unanimidade. Isso, eu penso que isso é bom. Eu sou a favor dos consensos. É um procedimento para economia de escala, penso que é consensual. Nós vamos votar a favor e apelamos a que o grupo dos cidadãos Deputados façam o mesmo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhum senhor Deputado para falar. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Renovo os cumprimentos. Muito rapidamente. Senhor Deputado José Valbom, é isso mesmo. É economia de escala e esta economia de escala permitiu que, no ano de 2023, nós tivéssemos conseguido, graças a esta contratação coletiva, uma poupança de cerca de 360 mil euros para o erário público municipal. E, por isso, vamos continuar a fazer este caminho, para continuarmos a gerar estas poupanças necessárias, para que consigamos fazer esta redução de custos, para fazermos, digamos, investimento noutras áreas, que são também elas muito importantes. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.3, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.3 - Abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP) - Delegação de Competências na ENERAREA - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Declarações de voto, presumo que não há.” -----

Ponto 2.4 - Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está o ponto à discussão. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Liliana Almeida, Deputada (PS):** “Boa tarde, na figura do senhor Presidente, cumprimentar todos aqui presentes e quem nos ouve através da comunicação social, lá em casa. Relativamente a este ponto, temos algumas questões. No entanto, impõe-se fazer um reparo inicial, porque o documento que nos é apresentado é relativamente à APAL, portanto, a entidade deveria vir referenciada no enunciado do ponto da ordem do dia. Sabemos que alguns municípios do distrito da Guarda levaram a deliberação propostas de pagamento, por prestações, de dívida às Águas de Portugal. Como está a negociação com a Câmara da Guarda, em relação à dívida existente, senhor Presidente? Se a dívida, em provisões, às Águas de Portugal, fica à responsabilidade da Autarquia ou irá passar para a APAL? São estas as questões que queremos que o senhor nos responda. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara... Miguel? Desculpe.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sobre esta questão e, porque eu, relativamente à APAL, até por questões profissionais, nunca irei tocar nesses assuntos, queria, única e exclusivamente, e uma vez que agora estamos aqui a falar de um documento da APAL

e, como é óbvio, este documento é um instrumento que é necessário para que a empresa funcione, mas, de qualquer maneira, falar-vos acerca de Conselhos de Administração, porque acho que, neste ponto, se impõe. E também para pôr aqui a questão do que é que fez o Partido Socialista e, também aqui, em que é que o PS é completamente diferente do resto da oposição. Porque importa que isto seja clarificado, uma vez que não existe ata relativamente... ou não existe, foi retirado o ponto. E portanto, como foi retirado o ponto, tudo aquilo que os senhores Vereadores disseram não está transcrito. E, portanto, importa aqui referir que o Partido Socialista, quando chumbou o Conselho de Administração onde o António Fernandes estava como líder ou como Presidente do Conselho de Administração, não chumbou, nunca, pelo nome de António Fernandes. O António Fernandes era a única pessoa que o Partido Socialista conhecia. O Partido Socialista não conhecia os outros dois nomes. O normal, e aqui uma inabilidade clara do senhor Presidente de Câmara, é o senhor Presidente de Câmara levar nomes, sem currículos, a uma reunião de Câmara! E, como é óbvio, ponham-se no lugar, todos nós temos situações dessas no nosso dia a dia, e apresentam-nos algumas pessoas para nós escolhermos, mas, entretanto, não nos dizem quem são. E, portanto, para que fique claro, o Partido Socialista não tinha dúvidas quanto às competências, quanto à possibilidade ou não de, seja o A, seja o B, poderem ou não poderem desempenhar as tarefas melhor ou pior. Havia uma dúvida, única e exclusiva, que era a questão da exclusividade, porque, sendo um cargo tão importante, era natural que assim fosse. Depois, a seguir, outra inabilidade do senhor Presidente. Então, depois, o senhor Presidente retira os nomes que primeiro tinha levado a uma reunião. Só lhe tinham pedido pelos currículos. E é normal! O senhor Presidente deveria ter dito assim: é verdade, esqueci-me disto, peço imensa desculpa, vou pedir aos senhores para me mandarem os currículos e eu, na próxima reunião, trago-vos os currículos. Entretanto, aconteceu qualquer coisa. E, entretanto, no próprio dia dessa reunião, existe uma reunião a tentar pressionar não sei quem. A nós não foi, de certeza absoluta. E, portanto, relativamente a estas questões, só mostra, quer dizer, como é que é possível... eu, de manhã, falava de um jovem... como é que é possível, um quadro, como é o Presidente da Junta da Arrifana, ser assim tratado pelo Presidente da Câmara da Guarda? Como é que é possível?" -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde, mais uma vez. Eu, em relação a esta matéria, sendo um leigo e entendendo pouco também e também não tenho grande tempo para analisar a fundo todas as questões, fui acompanhando aquilo que se tem passado com a APAL e aquilo que tem sido feito nos últimos tempos. Mas eu aqui queria pedir, de forma honesta, sincera, tentar perceber e conjugar aqui diversas informações que fui tendo. Tendo acesso às atas das reuniões de Câmara da Guarda, tendo acesso àquilo que foi falado também na Assembleia Municipal do Sabugal, e eu queria saber, sinceramente, no período que mediou entre a reunião de Câmara e a aprovação, por assim dizer, do Conselho de Administração rotativo, de que forma é que iniciou esta empresa? Com que funcionários? São funcionários da Câmara? Porque foi dito na Assembleia Municipal do Sabugal, isto também é importante, acho eu, que a APAL está a funcionar com três funcionários. Eu gostava de perguntar onde é que eles estão a trabalhar? O que é que estão a receber? Eu gostava de saber informações concretas relativamente a isto, porque também é importante, neste caso, haver aqui transparência. Eu não consigo conceber uma empresa intermunicipal a funcionar apenas com três pessoas. Não sei qual é que é o projeto, não sei qual é que é o projeto no futuro, só que, parafraseando aqui o que disse o Dr. Carlos Chaves Monteiro, eu também devia ter vindo aqui com o papel, de facto, com a impressão concreta das palavras, mas eu analisei a intervenção dele e ele perguntava, quase que dizia que estavam a aprovar uma realidade já constituída. Estavam a aprovar algo que já estava no terreno. E, portanto, eu acho que pode haver aqui alguma desconformidade com a Lei e é bom que não haja e que o senhor Presidente nos explique detalhadamente, se puder e se quiser. Porque cada vez que os deputados do PSD levantam aqui questões, o Presidente responde diretamente aos Deputados do PG. Neste caso, venho aqui eu. Acho que não há nenhum Deputado do PG a fazer questões. Portanto, eu gostava que respondesse às minhas questões. Eu posso estar completamente errado, mas eu gostava de saber que estou errado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, senhor Presidente. Em si, cumprimento todas as pessoas, mais uma vez. Sobre este assunto e começando pelo fim. Há um

ditado, na minha terra, que diz “preso por ter cão e preso por não ter cão”. Aqui D’el Rei que não aprovamos o empréstimo, porque as obras ainda não estão no terreno, não temos máquinas, não vemos máquinas, nós não aprovamos. A empresa já está a funcionar, chumbamos também. É dos tempos, estamos contra tudo. É o que diz o disco do Vitorino: não sei do que se trata, mas estou contra. Sobre o ponto do António Fernandes e sobre o ponto do CA. Foi a discussão o nome do Engenheiro António, que alguém diz que não conhece, que eu já apresentei, pelo menos, a partir deste momento, já sabemos de quem estamos a falar, e esse não teve consentimento, porque argumentou-se que não se conhecia o currículo. Em relação aos currículos das pessoas que vêm das outras terras, devem ser validados lá, porque o Presidente de Celorico manda para cá um representante e é o representante dele. Depois há um problema, que é o problema mais importante, porque o Engenheiro António retira a candidatura. Houve informações à comunicação social, no pós reunião, e foi dito que o Engenheiro António não tinha valia política e que, com certeza, só estava ali porque era um elemento do PG. Ora, ele, factualmente, nunca foi. Factualmente. É um facto. É um Presidente da Junta da nossa terra, já foi noutros consulados, nomeadamente do Partido Socialista e penso que também do Dr. Álvaro, e nunca foi por nenhum partido ou movimento. Vai como os Amigos da Arrifana ou não sei como é que chama a comunicação dele. Certo? Sobre isso, estamos entendidos. E esse é o argumento porque o engenheiro António é chumbado. E, depois, a seguir, vem o disco do Vitorino: não sei do que se trata, mas voto contra. Até votamos contra os Presidentes de Câmara que são do PSD. É um facto, amigo Robalo. É um facto! O Conselho de Administração que tem três Presidentes de Câmara, provavelmente, porque nenhum tem currículo, foi também chumbado. E, neste entretanto, o Engenheiro António retirou, e, na minha opinião, muito bem, a candidatura. Eu vou-me submeter, então, se ninguém me conhece, eu vou aqui impor o meu nome? Eu retiro-me! E é esse o problema da democracia, porque muitos de nós dizemos aos nossos filhos que não se devem meter nisto, porque senão são enxovalhados como o António Pereira, como o António Fernandes. E esse é o problema da democracia. E, já agora, eu tenho 63 anos e este problema vai ser muito maior para o amigo Vaz, para o amigo Robalo, para o amigo Besteiro. Esse é que vai ser um problema para vocês, porque isto alimenta os totalitarismos, alimenta os radicais. E é isto em que nós estamos. De certa maneira, eu penso que nós devíamos refletir sobre

as consequências do que fazemos, porque estamos a afastar os melhores. Provavelmente, um dia destes, você não aceita lugares destes ou submeter-se a isto. Entendeu o meu raciocínio? Claro que o Engenheiro António não precisa nada disto. Está melhor assim. Mas o que é certo é que ele estava disponível para dar um contributo e afastámo-lo. Afastámo-lo. Afastaram-no. Porquê? Sempre a mesma coisa: não sei do que se trata, mas estou contra. Eu lamento.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Deputado, tem razão numa coisa, sabe? A nossa Vereadora não sabia do que se tratava e votou contra. Não conhecia os currículos, quer dizer. E, portanto, como é óbvio, não sabia do que se tratava. Mas espere um bocadinho, está a fugir à questão. É que é assim: o Partido Socialista podia ter votado, naquele dia, com o PG, bastava terem levado os currículos. O senhor Presidente é que não levou os currículos. Quem tratou mal aquela pessoa, não foi o PS, não foi o PSD, foram os da família dele, foram as pessoas que estão com ele. E, neste momento, nós não podemos é tapar o sol com a peneira, que foi aquilo que andou... hoje, o Dr. Valbom, veio com este disco: “não sei do que se trata, mas...” Não! E “da oposição...” Não! Foi inabilidade política. Ó Dr. Valbom, então, mas diga-me uma coisa: mas acha que uma empresa que é constituída por mais do que 50 mil pessoas, cerca de 3/4 ou mais de 3/4 são do concelho da Guarda e acha que os Vereadores do concelho da Guarda não lhes interessam saber quem são os outros administradores? “Isso é lá com o Presidente da Câmara de Celorico”, dizia o Dr. Valbom. Isso é uma irresponsabilidade! Então, agora, se vier alguém que não percebe nada da matéria, que não sabe nada, os Vereadores fecham os olhos e votam favoravelmente? Desculpe, desculpe, mais uma vez, e tenho a certeza absoluta que vocês também sabem, foi inabilidade política vossa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu acho que é muito triste estarmos a personalizar este debate em pessoas. Ou seja, como já disse de manhã, o debate não é sobre as pessoas que foram escolhidas, é sobre o processo e o procedimento que foi errado por parte do senhor Presidente da Câmara. Portanto, se é para personalizar este debate, que seja no Presidente da Câmara, porque foi o senhor Presidente que escolheu divulgar nomes sem currículo, foi o senhor Presidente que decidiu levar a reunião de Câmara nomes sem currículo. E que, muito provavelmente, até são competentes para a função,

poderiam estar nela, se o senhor Presidente cumprisse um bom sistema de recrutamento e apresentar as pessoas. Porque, é assim, já deu para perceber pelas afirmações que aqui foram feitas, que o PG leva as decisões políticas com muita leveza: sabemos quem é a pessoa na Assembleia, podemos votar favoravelmente nela. Não, não é assim. Ninguém tem que saber os currículos e as habilitações das pessoas porque lhes olhamos para a cara. É preciso apresentar informações, se querem que a oposição, seja em reunião de Câmara ou Assembleia Municipal, aprove ou pelo menos tenha informação suficiente para decidir. Porque foi isso que se passou na reunião de Câmara, não havia informação suficiente para se decidir. E, pior ainda, é que eu, por exemplo, estou neste lugar porque o Bloco não faz parte da Vereação, é sempre remetido para a Ata da reunião de Câmara e a Ata não tem nada. E, ok, pediu um parecer, justificou-o, duvido que seja assim tão barato, a menos que seja na sua consideração que alguns milhares sejam baratos, mas, para mim, acho que poderíamos aplicá-lo de outra forma. No entanto, conseguiu. Tem uma justificação legal, digamos assim, para retirar o ponto. Mas não ganha nenhuma justificação política para não responder aos cidadãos, para não responder à oposição, para boicotar o debate político, porque é isso que faz ao não dar informação. Agora, volto a repetir, não me parece que seja útil personalizar este debate. É uma tentativa, como sempre, de passar o debate para pessoas específicas, para dizer que a oposição acusa técnicos, para dizer que a oposição, seja em reuniões de Câmara ou Assembleia, se vira às pessoas. E isso não é verdade. Nós estamos aqui a falar do procedimento. Portanto, também seria bom que a bancada do PG parasse de trazer o nome das pessoas, porque isso não é justo. E se de manhã disseram que não se deveria X e Y, porque as pessoas estavam a ser envolvidas, então, não o façam para defesa do Presidente da Câmara. Porque, aqui, a razão que estamos a debater, é um procedimento que foi mal feito, não tem a ver com o nome das pessoas, porque ninguém conhece sequer os currículos para conseguir chegar aqui e dizer se concorda ou não com a escolha. E eu não tenho, enquanto Deputada, e não têm os Vereadores, enquanto parte do Executivo, que andar à procura dos currículos. Eles têm que ser apresentados, porque é assim que é feito qualquer recrutamento. E isto é um problema na Câmara, novamente uso a mesma palavra: falta de transparência. É uma tentativa de esconder informações e isso dificulta o debate. E eu espero muito bem e da noção que tenho a população da Guarda tem noção disso, porque as expressões que usa são demarcadas: vamos ver, não

pomos os bois à frente da carroça, entre outras. Não! Tem que explicar. O senhor Presidente está aqui para gerir e está para responder às dúvidas da oposição, porque senão não tínhamos uma Assembleia Municipal. Nós não levamos as decisões com leveza, ficámos felizes por ver que na reunião de Câmara também não as levam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Dizer duas coisas, muito rapidamente. Eu não falei do Engenheiro António Fernandes, o que eu perguntei aqui foi muito simples: no processo de constituição da empresa criou-se esta questão que, de facto, tem vindo a ser levantada nos diversos órgãos municipais, até de outros municípios que integram a APAL. Quero, unicamente, uma resposta: quem é que está a suportar as despesas destes funcionários? É a Câmara que lhes está a pagar? É a APAL? Portanto, eu gostava de ter um esclarecimento em relação a isto. Tão simples quanto isto. Eu não falei de mais nada. Dr. Valbom, eu já não estava cá, tive que sair da Assembleia, mas eu vou-lhe dizer muito telegraficamente. Isto não mina nada. Eu tenho plena noção e consciência daquilo que digo e daquilo que faço. Eu jamais, em tempo algum, aceitaria 75 mil euros ou 1000 euros ou 500 para uma função para a qual não estou habilitado. Eu não tenho problema nenhum de o dizer, porque quem anda à chuva molha-se e quem não quer ser lobo não lhe veste a pele. Portanto, nós estamos aqui a debater política, nós estamos aqui a fazer política. E nós não estamos isentos de crítica. E eu digo-lhe abertamente, fiquei chocado. Chocado! Porque podia ter sido outra função. Não foi. Eu, para aquela função, não reconheço competência ao António. Peço imensa desculpa. Eu não tenho problema nenhum em dizê-lo. Não estou a ofender ninguém com isso. Se a mim me adjudicarem alguma coisa e que não me reconheçam competências, estão no direito de o dizer e, se calhar, até terão razão. Mas pode ter a certeza absoluta que, numa coisa destas, a mim, nunca me vão apanhar. Nunca. Pode ter a certeza disso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, pediu para falar?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Só duas pormenorizações: o debate, a conversa, o expressado que faz retirar o candidato da primeira para a segunda fase e não deixa ir o

currículo, foi a informação, foi a comunicação, foi o que se disse à comunicação social. Sobre...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Vereador... Senhor Vereador, peço-lhe imensa desculpa, mas não pode... eu também estou aqui a ferver, mas tenho que me conter e não se admire como é que eu já fervei durante a manhã.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Toda a gente tem liberdade de imprensa e liberdade de expressão, toda a gente pode ser avaliada pelo que diz. E, em relação ao que disse agora, efetivamente, eu não fico nada preocupado, nem chateado por me chamar “pá”. Mas, normalmente, aqui é o “senhor Vereador” e o “senhor Deputado”. Em relação ao ponto seguinte e só para acabar a conversa, é claro, por contactos que houve com Presidentes de Câmara do PSD, que era uma coisa pessoal e que a proposta, com os currículos todos, não passava. Isso foi expresso. Tanto que os senhores Presidentes de Câmara foram votados negativamente. Se eu estou dentro do problema, se não estou, peço desculpa. Senhor Vereador, se eu estou enganado, peço-lhe desculpa. Não houve uma votação sobre os senhores Presidentes de Câmara para o segundo Conselho de Administração, que tinha dois elementos, Presidentes de Câmara do PSD, que foram votados negativamente? Certo ou errado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa, mas não pode fazer essa pergunta.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Peço desculpa. Peço desculpa. Mas o que eu percebi é que foram votados. Se eu estou enganado, digam-me: não, afinal, essa votação, foi uma invenção do Valbom, foi um sonho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o senhor Deputado pediu primeiro a palavra. Depois já lhe dou a palavra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É só, mais uma vez, para tentar explicar qual a posição do PS. Quer dizer: vocês chumbariam...? Não, não chumbaríamos nada. A oposição do PS... a oposição...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. Para todos os senhores Deputados, estamos a falar de pessoas concretas. Estamos a falar de

peessoas concretas. Creio que devemos ter a máxima cautela e o máximo cuidado. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A oposição do PS conjuntamente com o PG poderia ter resolvido o assunto no primeiro momento, se não fosse pela inabilidade política. Mais, depois, a seguir, aquilo que aconteceu, aquilo que aconteceu chama-se chantagem política e fuga para a frente. Chantagem política e fuga para a frente. Eu não sei o que veio na comunicação social. Não faço a mínima ideia e até podem ter razão. Não estou a dizer, não sei. Agora, dizer-vos claramente que o resto foi: fuga para a frente e chantagem política. Aquilo que eu vi aqui, com não sei quantos Presidentes de Câmara, no dia em que havia uma reunião de Câmara Municipal onde esse assunto iria ser discutido, a fazerem a apresentação da empresa e quem é que seriam os administradores, sabendo, de antemão, que iriam ter uma reunião à tarde onde essa situação iria ser decidida! Desculpem lá, eu tenho muito orgulho na nossa Vereadora. A nossa Vereadora não se deixa intimidar por ninguém. Por três, por quatro, por vinte Presidentes de Câmara. Ó Deputado Valbom, está num mundo paralelo. Está num mundo paralelo e, portanto, dizer-lhe claramente que, nesta questão... nesta questão... só tentei explicar, senhor Presidente. Já não tenho tempo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Extinguiu. Mas acabe o raciocínio, por amor de Deus.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “...é única e exclusivamente para que esta questão fique clara. Isto aqui não é nada, é só dizer tal e qual como aconteceu. Tal e qual como aconteceu. Não, não, quem está a tentar tocar é o Dr.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dos dois, façam favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu olho aqui para a Ordem de Trabalhos do dia de hoje e vejo aqui, no ponto 2.4: Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, discussão e votação. É assim, com todo o respeito por esta Assembleia e pelas brilhantes alocações dos Deputados que me antecederam, que tiveram momentos brilhantes, cada um à sua maneira, quer dizer, eu acho que estamos aqui a discutir questões laterais e o que é essencial, que é votarmos e discutirmos o Regulamento,

passa-nos ao lado. Eu julgo que não estamos a prestar um bom serviço à democracia, não obstante a pertinência das questões aqui levantadas. Por isso, eu pego na sugestão que o Deputado Miguel Borges fez, relativamente à Assembleia Municipal da Covilhã, se calhar, devíamos pensar numa forma de retomar o artigo 2.1 e termos aqui um momento de discussão política, onde cada grupo, à sua maneira, poderia lançar os assuntos a debate. Agora, intercalar em assuntos da Ordem do Dia, outros que não têm nada a ver, não me parece que, tanto para nós, como para quem nos vê, estejamos a prestar um bom serviço. É apenas a minha sugestão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bem, tal como o Ricardo disse, de facto, é para estarmos a discutir o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e a verdade é que eu venho fazer esta intervenção e é sobre o autoritarismo. Portanto, onde é que já vamos. Alguém falou em águas, passamos ao Conselho da APAL. Depois alguém falou em António, eu confesso que já não sabia se estávamos a falar do António Pereira, do António Fernandes, do António Silva que fez um péssimo jogo no outro dia. Seguimos por aqui afora e já não sabemos muito bem onde é que vamos. Mas, sobre o autoritarismo, ainda hoje, de manhã, estávamos a ouvir o senhor Deputado Valbom a falar contra as cúpulas partidárias que escolhem quem vai representar aqui e ali e só defendem o partido. De facto, eu estou no PSD também para mudar um pouco dessa prática. Estou na política para mudar essas práticas. De maneira que, quando vejo as coisas que vejo por parte deste município, que já vi para os concursos, não só agora, não só o gestor, mas já vi para os concursos, já vi para questões que houve de assédio laboral dentro do município, que já vi de uma assessora/funcionária/técnica/whatever que estava condenada, também já não me lembro bem do quê. Já vi muita coisa por parte deste município. E estar contra isso, fazer o trabalho da oposição, não é favorecer autoritarismos. Ter esses comportamentos é que eu acho que, de facto, favorece os autoritarismos. Portanto, continuaremos atentos àquilo que o município faz, porque a prática, até agora, não tem sido boa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo, parece-me, mais qualquer intervenção de alguma senhora ou senhor Deputado, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimentos. Senhora Deputada Liliana, sobre o ponto de situação das dívidas Águas do Vale do Tejo, o processo continua nos tribunais, conforme eu referi há pouco. Estava marcada uma reunião com o anterior Governo, que caiu da forma intempestiva como caiu. Já foi pedida reunião com o novo Governo para ver como é que isto se vai resolver, se é para andarmos aqui até ao final das nossas vidas a esgrimir todos os argumentos nos tribunais ou se haverá um qualquer acordo, seja ele qual for, veremos. No que diz respeito às dívidas, é claro que as dívidas é a Câmara Municipal que é responsável por elas, tal como cada uma das outras Câmaras Municipais que é responsável pelas dívidas. A APAL, a nova entidade, não tem qualquer responsabilidade nas dívidas e, por isso, continuarão a ser os vários municípios, que têm esse problema em mãos, a gerir esse processo, com a prestimosa ajuda, naturalmente, e com os dados que a APAL vai fornecendo. Depois, permita-me, senhor Presidente, ainda que de uma forma mais sucinta, comente aquilo que aqui foi referido. O senhor Deputado Miguel Borges disse que o que disseram os senhores Vereadores não está escrito. Aquilo que o senhor disse foi exatamente aquilo que foi feito. Como havia dúvidas nos currículos das pessoas que não estavam lá, então, eu tomei a decisão de retirar o ponto da reunião de Câmara: sim, senhor, os senhores têm razão, vamos retirar o ponto e vem à próxima reunião de Câmara. Não há problema absolutamente nenhum, apesar das pessoas serem conhecidas, umas ou outras serem conhecidas. Pasmem-se, depois, no final da reunião de Câmara, tudo o que ali se falou foi “botado” para a comunicação social, pondo em causa a idoneidade das pessoas. E aqui é que aconteceu aquilo que aconteceu e que o Deputado José Valbom aqui já bem referiu. As coisas foram feitas direitinhas, tal qual o senhor referiu. Só que alguém achou por bem falar na comunicação social o que não devia ter falado, pondo em causa a hombridade e a dignidade das pessoas que estavam a ser votadas. E depois, a pessoa que se estava a propor designar para Presidente do Conselho de Administração, essa pessoa, o Engenheiro António Fernandes, acabou por dizer: não estou disponível para que isto seja discutido assim, desta forma, na praça pública. E nós, Presidentes de Câmara, os quatro Presidentes de Câmara compreenderam, tivemos uma conversa e aceitaram, naturalmente, o pedido da retirada do seu nome. E depois, na reunião de Câmara seguinte, foi lá uma nova proposta, com os currículos todos. Perdão, o meu currículo não estava lá. Mas acho que

o meu currículo fala por si, bom ou mau, dez anos de vida pública e mais não sei quantos anos na vida profissional, acho que fala por si. E, portanto, a proposta que os quatro Presidentes de Câmara propuseram foi, então, para presidir eu, que era o mais experiente na área, e com as outras duas pessoas que estavam também já antes, com o currículo. Resultado? Chumbo. Então, afinal, em que ficamos? E com muito esforço e sacrifício pessoal. Tal como está a acontecer agora, porque chumbaram e o que é que aconteceu? Ficou o primeiro Conselho de Administração. Eu a presidir, o colega de Celorico e o colega do Sabugal. Cá estamos os três. E sempre a partilhar com o colega de Manteigas, claro. Embora não seja de uma forma formal, mas de uma forma informal as decisões são sempre tomadas a quatro. E foi isto que aconteceu. E, vejam só, no Sabugal, nem foi preciso currículos e votaram todos. Aprovaram os nomes, chegaram a aprovar os nomes no Sabugal, sem currículo. Mas se a questão era o currículo, nós retirámos o ponto, senhor Deputado. Só que não devia ter sido dito aquilo que foi dito na comunicação social, colocando em causa o bom nome das pessoas. Não se deve fazer isso com ninguém, enquanto o processo está a decorrer, porque ninguém gostaria de de se ver exatamente na mesma pele. Depois, senhora Deputada Bárbara Xavier, aqui ninguém esconde informações. A senhora Deputada tem o hábito de dizer falta de transparência. Não sei se já nasceu com essa palavra na boca ou não, desculpe o termo, mas..., não me interrompa, por favor, mas acho que devemos ter aqui mais alguma elevação. E, olhe, é tão simples quanto isso, as coisas são aqui tornadas públicas exatamente desta forma, tal qual como elas se passaram. Bom, até houve o caso que, nessa reunião de Câmara, até foi proposto que uma das outras pessoas, que não era do concelho da Guarda, que presidisse à APAL. Foi proposto na reunião de Câmara, quais currículos, quais quê! Quais currículos, quais quê! Pois bem, eu, nesse momento, interrompi a reunião de Câmara, fui falar com os meus três colegas e os quatro tomaram a decisão, em uníssono: não, a nossa proposta é esta e é para manter. E assim foi feito. E chumbaram a proposta, mais uma vez. E isto foi aquilo que se passou, com toda a veracidade, em todo este processo e cá continuamos a trabalhar. Foi questionado aqui quantas pessoas estavam a trabalhar na APAL. Recordo aquilo que foi aprovado aqui, salvo erro, na Assembleia Municipal de abril último, o protocolo de colaboração de seis meses, renovável por iguais períodos, entre a APAL e os quatro municípios. E é a coberto disso que os serviços Intermunicipalizados arrancaram a sua operação no dia 1 de junho.

Tal como eu disse, de manhã, as próximas faturas já chegarão às nossas casas com o cunho da APAL. Os trabalhadores dos municípios, neste processo gradual de colaboração e de passagem, digamos, de testemunho e de colaboradores que está a ser articulado com o sindicato, para que a operação não possa ser colocada em causa, o mesmo é dizer que o serviço público não seja colocado em causa. E é esse trabalho que está a ser feito, diariamente, nos quatro municípios. A primeira decisão que foi tomada é que a faturação, naturalmente, é uma, a faturação total das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados, mas a operação mais física, digamos assim, começa pelo Município da Guarda, porque é o município âncora de tudo isto, de toda a região. E assim que o Município da Guarda já estiver totalmente integrado e a funcionar sobre a batuta, permitam-me a expressão, da APAL, então aí ir-se-á integrar outro município, um de cada vez e assim sucessivamente. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação, o ponto 2.4.” -----

- **Resultado da votação do Ponto - 2.4 Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - discussão e votação.** ----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e nove votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se há alguma declaração de voto, que eu costumo esquecer. Tenho que estar com mais atenção.” ----

Ponto 2.5 - Resolução de pedido de Declaração de Utilidade Pública com Carácter Urgente para Expropriação dos terrenos necessários à Execução da Empreitada da Rede Viária de Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabreiro, relativo às áreas não contempladas na SUOPG-5 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quem deseja intervir, faça favor, é o momento. Senhora Deputada, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos, uma vez mais. Eu vou começar com a leitura de uma declaração e vou começar de imediato. “Há um ano e meio que o Plano de Pormenor estava feito e porque é que não avançou? Mas não há problema porque, a partir de outubro, quando tomarmos posse, vamos de imediato reunir os

proprietários. Conforme se referiu na Assembleia Municipal, muitos proprietários não foram contactados e porquê? Mas algum dia nós podemos pensar em fazer obras contra a vontade das pessoas? A política serve para resolver os problemas às pessoas. O Plano será retomado, mas em contacto com as pessoas e será pensado com o futuro da Guarda.” sic, declarações ao Jornal o Interior a pouco tempo das eleições, em 2021, pelo senhor Presidente da Câmara da Guarda. O que é que acontece hoje em dia? Será necessário avançar já para as expropriações? É que, hoje em dia, os proprietários dizem que não têm informação, não sabem como proceder relativamente àquilo com que são confrontados quando vêm às reuniões na Câmara Municipal. Também temos conhecimento que há muitos proprietários que ainda não foram contactados e, portanto, talvez, fruto de uma intervenção que foi feita em dezembro do ano passado, muitos proprietários vieram diretamente falar comigo e eu até vi os documentos que lhes deram aqui os serviços e esses documentos também não coincidem com os documentos que nos foram disponibilizados, aqui, para a reunião da Assembleia Municipal. Portanto, eu gostava aqui de ver esclarecidas uma série de questões sabendo, como ponto de partida, que muitos proprietários não foram contactados e muitos, tendo sido contactados, não percebem como proceder relativamente à informação que lhes é dada. A minha questão tem a ver, precisamente, com o momento das expropriações. Estes terrenos que vão ser expropriados podem ser ou não alvo de perequação, como serão outros? Depois, outra questão importante é que as pessoas, provavelmente, também ainda não perceberam muito bem como é que vai funcionar a perequação. Nem sabem se há algum regulamento de perequação. E, portanto, haverá regulamento de perequação? Se existe, porque é que não foi dado aos proprietários? Se não existe, porque é que não existe? É que não é difícil encontrar regulamentos desses. Eu procurei alguns e encontrei alguns para outras situações de outros municípios. Eu estou apenas a colocar questões. Portanto, grande parte dos proprietários questiona precisamente isto: quem é que vai gerir a perequação? Como é que vai acontecer? O que é que vai acontecer? Relativamente, ainda, às perequações, também tive conhecimento, através de um grupo alargado de proprietários, que, provavelmente, já há outras perequações distintas daquelas que vimos aqui apresentadas na última Assembleia Municipal e com as quais eles foram confrontados. E também não percebem porque é que surgiram outras e porque é que surgiram em

determinados locais e não noutros. Portanto, há aqui uma grande falta de informação aos proprietários. Essa falha de informação deve-se, de certeza, à Câmara Municipal da Guarda. E eu relembro que, já em outras alturas, por falta de informação dos proprietários, aconteceu aquilo que aconteceu. O processo já devia, tal como diz o senhor Presidente, provavelmente já devia ter havido reuniões, desde outubro de 2021. Mas houve? Existiram essas reuniões? Ou só houve agora há pouco tempo? Outra questão ainda é o traçado da Avenida. Quando estivemos aqui, em dezembro passado, e quando eu própria questioneei esse traçado, por esse traçado coincidir, em grande parte, com linhas de água e linhas de água de alguma relevância, perguntei: porquê? Porque é que muda o traçado de um local para o outro e depois vai necessariamente ser colocado em cima de linhas de água? Toda a gente sabe, não é preciso, com certeza, ser engenheiro civil, que a água é o pior inimigo das construções. Portanto, estamos a colocar a perspetiva da construção de uma via estruturante para a Guarda por cima de linhas de água, que é uma forma de a construção ficar mais cara neste momento e de ficar mais cara também no futuro e de ser inoperacional. Portanto, a minha pergunta é: foi considerada essa alteração? Foi, pelo menos, pensada na hipótese dessa alteração, para a Avenida não passar por cima das linhas de água? Quem vai gerir o processo? Como é que o processo vai ser gerido? E, já agora, quais os valores que estão calendarizados e previstos, orçamentados? Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Se calhar, o que eu vou dizer, para muita gente será um preciosismo. Para mim não é. Aqui já se falou numa variante, numa alameda, numa avenida. Efetivamente, o que está previsto e o que aprovámos aqui foi uma via rural, foi uma variante. Uma variante, como o próprio nome indica, serve para o trânsito que não aflui à cidade e tem um perfil característico e próprio, não comporta nem estacionamento, nem passeios. Ou seja, o que nós aprovámos aqui não foi o que devíamos ter aprovado, que era uma via urbana. Ou melhor, uma alameda. Como o próprio nome indica, alameda vem de álamo. Os álamos eram um elemento característico nas alamedas. As alamedas são um espaço urbano de acessibilidade, onde são inseridas vias estruturantes e vias de acesso local, preferencialmente para

diferenciar o tipo de trânsito rodoviário e depois o trânsito pedonal. E é um elemento fundamental, quanto a mim, no caso da cidade da Guarda, para criar uma nova centralidade/qualidade. Numa última reunião, o senhor Presidente disse que não havia nada sobre esta matéria. Eu, aqui, se me permitem, vou fazer um bocadinho de história. Em 1994, o então Presidente da Câmara lançou um desafio aos técnicos da Câmara, se seríamos capazes de elaborar o projeto da primeira fase da VICEG. Criámos um grupo técnico com a colaboração do então GAT, elaborámos o projeto da primeira fase da VICEG. A segunda fase da VICEG, foi no contexto, já, da governação da Dra. Maria do Carmo Borges e ela fez o mesmo desafio. E, aí, começou por dirigir-se a mim, pessoalmente, se nós seríamos capazes de fazer o projeto da segunda fase da VICEG. E eu respondi afirmativamente e criámos um segundo grupo, um outro grupo também com a colaboração do GAT. E fizemos, então, o projeto da segunda fase da VICEG e que eu propus na altura, que era a famosa alameda, que eu já tive oportunidade aqui de referir, que devia ser para a cidade. Era a tal alameda com noventa metros de largura, em que poderia comportar essa linha de água num elemento central ajardinado. Peço desculpa aqui pela minha voz. Esse elemento água, podia ser complementado, centralmente, já com o modelo que nós tínhamos adotado - modelo das Ramblas. Portanto, há vários modelos. Em Portugal, nós temos Coimbra, temos um modelo que não tem vias de serviço, tem vias estruturantes, não tem vias de serviço. A Avenida da Liberdade tem mil e duzentos metros. Nós, na altura, fizemos inclusivamente um estudo ínsito relativamente à inclinação que devia ter a alameda para ela ser praticável e ser vivida pela cidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, quarenta segundos.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pá, isto é muito complicado explicar esta matéria toda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pois, mas é o tempo que tem. Terá que o gerir.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu peço desculpa, mas haveria muito mais a dizer sobre esta matéria. Na altura, eu propus, então, que se fizesse uma alameda e essa proposta foi aceite e esse foi o projeto que foi executado por nós, aqui, na Câmara da

Guarda. Esteve exposto em 1998 no edifício do parque urbano, em frente à Afonso de Albuquerque, esse projeto que nós realizámos, e primeira, a segunda fase e a alameda. Então, por questões políticas, decidiu-se separar a segunda fase da VICEG, da Alameda. Porquê? Porque assinou-se um contrato com a JAE.... atenção, eu fui defender o projeto a Coimbra, porque quem ia executar a empreitada seria a JAE, na altura. Eu tive que fazer a defesa técnica do projeto em Coimbra e ele, felizmente, foi aprovado. E a incumbência era: a JAE fazia as suas expensas, enfim, com o financiamento que tinha sido concedido à Câmara Municipal faria a segunda fase da VICEG, e a Câmara Municipal faria a alameda. Essa famosa alameda que, efetivamente, podia comportar um elemento diferenciador nesta cidade, que é o que nós precisamos. Porque senão, nós, se não fizermos algo de diferente, continuaremos a marcar passo e vamos continuar a ficar mais longe do que com quem competimos. O senhor Presidente não gosta que eu lhe chame a atenção de exemplos elucidativos do que se faz bem aqui nas nossas proximidades. Se quer ver como é que se pratica, como é que se fazem bons projetos de vias urbanas, vai a Viseu e por aí vê que este projeto não tem razão de ser, porque é uma via rural. Peço desculpa, acabo por aqui, haveria muito mais a dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Cumprimentos mais uma vez. Bom, então, recordar aqui algumas questões. Este Plano de Pormenor, o Plano que se chama Plano de Urbanização do Cabroeiro, foi aprovado nesta casa, nesta Assembleia, em dezembro de 2023, em dezembro último. E agradecemos, naturalmente, a ampla maioria na aprovação desse Plano de Pormenor que, se não me falha a memória, foi aprovado por unanimidade. Se não me falha a memória. E tudo isto foi feito só até final de 2023, porque, nós, quando assumimos funções, em outubro de 2021, o processo anterior, tendo em conta os prazos, acabou por cair. Caiu o processo. E, depois de cair o processo, lá tivemos que fazer a contratação de uma nova consultoria, uma nova cartografia que, entretanto, também tinha caído e a cartografia homologada tem um prazo de validade. É assim que é definido no ordenamento português. Naturalmente, fazer depois toda a auscultação pública.

Tivemos que consultar, quisemos consultar os proprietários três vezes. Três vezes. Numa reunião prévia, em conjunto. Depois, reunião com cada um deles, com uma carta que foi enviada, a cada um deles, em separado, e, depois, a própria discussão pública. E depois, naturalmente, elaborar todo o projeto. E, sem darmos conta, o tempo passa. Depois, em abril último, nós já aprovámos, e agradecemos a todos os Vereadores, na Câmara Municipal da Guarda, terem aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara, o projeto de execução da Variante dos F's, da Variante da "Ti Joaquina", como quisermos chamar. E estrada esta que tem passeios, tem ecovia (para poder ligar, depois, à já existente), tem árvores, tem estacionamento nas vias capilares adjacentes, enfim, é uma via que já tem todas as condições para, de facto, se poder circular ali e com a mobilidade necessária. E, desse mesmo projeto, foi dado conhecimento a esta Assembleia Municipal, em abril último. Aquilo que está em causa, neste ponto, é a declaração de utilidade pública na área fora da SUOPG, para não confundir as coisas. Eu sei que isto é uma matéria densa, mas eu estudei muito este assunto ao longo de vários anos. E, portanto, eu tenho obrigação de explicar aos senhores Deputados e aos senhores Presidentes de Junta, efetivamente, como é que este processo se trata. Porque, para além da experiência política, há uma experiência técnica por trás e, senhor Presidente da Assembleia, permita-me, de vez em quando, eu despir o fato de político e vestir o do técnico, mas tem que ser mesmo assim. É uma declaração de utilidade pública na zona fora da Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão número 5. Fora. Já falarei sobre a SUOPG, porque a SUOPG está em negociação com os proprietários. Recordando, mais uma vez, este foi o projeto que foi aprovado em abril na reunião de Câmara e foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, também em abril último. Esta mancha que está aqui, que é uma parte dos terrenos da envolvente, é a chamada SUOPG 5. Correto, senhor Chefe de Divisão? Se eu estiver a errar nalguma coisa, faça o favor de me corrigir, porque estamos aqui a falar entre técnicos. É mesmo assim que tem que ser feito, muito obrigado. E a Câmara Municipal contratou o plano de execução da SUOPG, porque se estivermos à espera que seja o proprietário A, o proprietário B ou o proprietário C, a fazê-lo, bom, o tempo passa e nada se resolve. E, por isso, nós decidimos fazer a contratação de um plano de execução para a SUOPG. Contratámos uma empresa e a empresa fez este plano. E foi este plano da SUOPG, (que não versa sobre isto que está aqui a ser discutido neste ponto em concreto, só estou a explicar o que é que está a ser

feito na SUOPG, que não entra na DUP, pelo menos, para já), para que os proprietários, com o regime de perequação, se possam juntar, no todo ou em parte, que façam as suas parcerias, para que este Plano de Urbanização, chamemos, este loteamento, possa ser feito. Porque a obra principal desta SUOPG, daquela parte pequena, é a própria variante e as acessibilidades que o próprio município já assumiu que vai fazer. Portanto, se nós fazemos a variante principal, os proprietários têm que fazer o resto. E é essa negociação que está a decorrer com os proprietários. E, nesta perequação, o município também entra, obrigatoriamente, porque nós vamos fazer a via principal. Como decorrem as negociações? Desculpar-me-ão, mas eu não falarei sobre negociações que decorrem com proprietários, para que o processo... aliás, hoje mesmo, quantas reuniões já foram feitas no dia de hoje, senhor Chefe de Divisão? São os técnicos que estão a fazer as reuniões e, portanto, essas reuniões devem ser reservadas e está a ser feito esse trabalho técnico, muito virtuoso, e que agradecemos, naturalmente, para ver se conseguimos chegar a um entendimento sobre aquilo que é a SUOPG. Fazendo aqui, entretanto, um parêntesis sobre a questão dos empréstimos, que já aqui foi falado, agora, sim, quero falar do empréstimo da variante. O simples facto de não ter sido aprovado o início do procedimento do empréstimo, o processo atrasou, no mínimo, meio ano. Sabem porquê? Então, vamos falar de datas: ora, se hoje tivéssemos aqui a aprovar a abertura do procedimento, a seguir fazer-se-ia o convite a toda a Banca da cidade e do concelho (que foi assim que já foi feito nos outros casos), fazer a avaliação, os relatórios finais, enfim, as audiências prévias, tudo isso, e teria que vir aqui, novamente, à Assembleia Municipal de setembro, na melhor das hipóteses. E depois é que iria para o Tribunal de Contas. É só fazer contas. Já estamos no final do ano, início de 2025. Foi só esta a consequência de não ter sido aprovado o início do procedimento do empréstimo na última reunião de Câmara. Meio ano, já lá vai. Ora, se nós estamos a correr contra o tempo, meio ano já lá vai. Aquilo que foi dito na reunião de Câmara, quase que a dizer, por outras palavras, que os senhores já não terão legitimidade, neste mandato, para fazer isso. Depois verão as atas para ver que foi por outras palavras, mas quis dizer isto, e, por outro lado, mais tarde se verá quando os senhores tratarem das expropriações. Foi isto que foi dito na reunião de Câmara e está plasmado em ata, mais ou menos, por estas palavras. Estes são processos que têm que andar os três em simultâneo: o processo da DUP, das expropriações, da SUOPG. E estes processos devem

andar em simultâneo com a contratação do empréstimo e em simultâneo com a revisão de projeto e lançamento da empreitada, que está a decorrer a revisão do projeto. Tudo tem que ser feito em simultâneo. É assim que as coisas têm que andar. Não podemos estar à espera de uma coisa para depois fazer a outra. Já perdemos meio ano, conforme eu acabei de vos referir. E aquilo a que nós temos assistido é que, todas as medidas estruturantes para a Guarda, sistematicamente, temos tido o voto contra nas reuniões de Câmara. Bem, lá temos que falar, outra vez, no orçamento que, por duas vezes, foi chumbado. O empréstimo dos incêndios e das intempéries, chumbado duas vezes. O empréstimo da variante, chumbado pelas razões que eu acabei de referenciar. Sobre a APAL, já falámos muito, hoje, sobre isso. E nós, digo isto na primeira pessoa e é inequívoco aquilo que eu vou dizer, nós já conseguimos fazer mais por este processo do que foi feito nos últimos trinta anos, ao ponto a que chegámos. Nunca tínhamos chegado a este ponto, com o projeto de execução aprovado, hoje para aprovarmos a DUP... já agora, a DUP, nos casos... (já agora, aqui, é mais uma lição de técnico) quando existe um Plano de Pormenor aprovado, neste caso, um Plano de Urbanização, e, ao mesmo tempo, temos uma ARU, uma Área de Reabilitação Urbana, aprovada, na área, o processo de expropriação é muito mais expedito. Muito mais expedito. Não quer dizer que... os proprietários ainda podem querer fazer negociação, se assim o entenderem, fora da SUOPG. Já agora, esta zona fora da SUOPG, porque os proprietários declararam, deliberadamente, querer ficar fora da SUOPG. Correto, senhor Chefe de Divisão? E por escrito, que disseram: nós queremos ficar fora. E nós seguimos exatamente aquilo que os proprietários nos pediram. Mas estamos, efetivamente, num ponto em que fizemos mais do que nos últimos trinta anos. Mas nos últimos trinta anos, já ouvimos, já foi feita muita obra: a primeira fase da VICEG, a segunda fase da VICEG. E posso dizer, com toda a legitimidade, que todos os Presidentes de Câmara que passaram nesta casa, desde o 25 de Abril, queriam ter feito a Variante da “Ti Joaquina”. Todos, sem exceção. Os Presidentes de Câmara e todos os Executivos. Estou certo daquilo que estou a dizer. Mas, por umas razões ou por outras, não foi possível fazê-la até hoje e chegámos a este ponto. E, por isso, aquilo que nós queremos é que, simplesmente, nos deixem trabalhar. É isso que nós queremos. Porque aquilo que, hoje, de manhã, aqui se tentou ensaiar, a coberto de umas coisas que não tinham sido feitas e outras que eram feitas tardiamente, é o ensaio para dizer que este Executivo nada fez. Daqui a uns tempos, já passou meio

ano. A contratação do empréstimo já atrasou meio ano. Mesmo que nós quiséssemos avançar antes, tendo tudo o resto preparado, já não podemos, porque este meio ano, no mínimo, porque quando os processos vão para o Tribunal de Contas, naturalmente, ninguém consegue identificar o prazo em que este processo possa ser aprovado. E, por isso, ainda temos esperança que se faça um exame de consciência, porque, sem empréstimo, não haverá obra da Variante da “Ti Joaquina”. Estamos a falar num valor de cerca de, arredondado, 9,8 milhões de euros para a obra, a que irá acrescer o custo das expropriações. E perante tudo isto que eu acabei de referir, para que não haja dúvidas sobre a forma como este processo deve ser feito, pedir, naturalmente, a aprovação deste ponto, com uma larga maioria desta Assembleia. Muito obrigado.” ---

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto... para? Senhora Deputada, já pediu o esclarecimento e o senhor Presidente da Câmara já o deu. O senhor Presidente da Câmara não respondeu, o que é que quer que eu faça? Só se quiser que eu lhe ponha uma arma à frente! É um pedido de esclarecimento? Mas, ó senhora Deputada, é o que eu digo, vamos lá ler o que diz o Regimento. É um pedido de um esclarecimento sobre afirmações do senhor Presidente. É aquilo que diz o Regimento. Se o senhor Presidente não fez afirmação, não há esclarecimento. E o senhor Presidente não respondeu? Então, não respondeu, não respondeu! Não é obrigado a responder, responde se quer. Eu não quero ser acusado de algum dia cercear. Agora, também não quero ser acusado de deixar abandalhar o Regimento, como deve compreender. Senhora Deputada, faça favor, faça as perguntas às dúvidas que surgiram relativamente às respostas concretas do senhor Presidente, que é o que diz o Regimento. Se ele não responde, não responde, é um problema político.” -----

- Helena Barroso, Deputada (PSD): “Senhor Presidente, muitas vezes o Regimento não é respeitado nesta Assembleia. Muitas vezes.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhora Deputada, agradeço-lhe o elogio que acabou de me dar, porque, olhe, os tempos, o CHEGA ainda agora gastou mais um minuto e onze segundos.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Se os proprietários... posso falar? Se os proprietários são informados da mesma forma que eu acabei de ser informada, eu percebo a incerteza deles, não é? E percebo as perplexidades deles. O que eu perguntei, entre outras coisas, foi: senhor Presidente, desde outubro de 2021 começou a reunir com os proprietários? Senhor Presidente, há um Regulamento de perequação? Há ou não há? As pessoas estão a ser esclarecidas das possibilidades todas que têm? Senhor Presidente, quem é que vai gerir a perequação? Quantas perequações diferentes já surgiram depois da Assembleia Municipal de dezembro? E, finalmente, porque o responsável da empresa que estava aqui, na Assembleia Municipal, em dezembro, disse que ainda era possível mudar o traçado da estrada para não coincidir com as linhas de água, isso foi equacionado, sim ou não? Foram perguntas concretas. Mais uma pergunta concreta: é possível ou não esta questão das expropriações, porque, pelo que eu percebi, a Câmara Municipal vai entrar na perequação, então, o local da estrada pode entrar na perequação. É possível ou não esses terrenos que vão ser potencialmente expropriados, ainda serem alvo de negociação com os proprietários? São questões muito concretas. Agradecia a resposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, o que diz o Regimento, e eu tenho a certeza disso, é que os Deputados fazem perguntas, pedem esclarecimentos e fazem uma intervenção. O senhor Presidente da Câmara responde ou não responde, é um problema político dele. Se eu perguntar se aquilo é ferro ou aço e o senhor Presidente da Câmara andar ali nem é ferro nem é aço, eu posso-lhe perguntar: diga-me lá se é ferro ou aço? Agora, se o senhor Presidente da Câmara não disser nem que é ferro, nem que é aço, eu estou esclarecido: ele não me respondeu. O senhor Presidente da Câmara acaba de me informar que considera que já respondeu a todas essas questões, portanto, não quer usar da palavra. Como eu disse, na última reunião, senão estamos aqui num concurso de televisão de pergunta e resposta, pergunta e resposta e não saímos disto. Não, agora não lhe posso dar a palavra. Calma... É um pedido de esclarecimento de alguma coisa que o senhor Presidente da Câmara afirmou ou que ele não afirmou nada? Afirmou? Então, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “O senhor Presidente afirmou aqui que o trabalho que deveria ser municipal vai ser finalizado pelos particulares, correto? Ou seja, far-se-

á a parte estruturante da acessibilidade. E, depois, o que é marginal, fica à incumbência dos privados, é isso que vai ser feito? Isto é um pedido de esclarecimento. Pois, é o tal problema que eu tenho de comunicar com as pessoas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o senhor Presidente disse que já respondeu a todas as questões que tinha que responder. Acabou agora de me dizer isto. Portanto, não responde a mais nada.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Ok. Fico sem ser esclarecido, é o que eu posso comentar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vou colocar o ponto 2.5 à votação.” -----

- **Resultado da votação do 2.5 - Resolução de pedido de Declaração de Utilidade Pública com Carácter Urgente para Expropriação dos terrenos necessários à Execução da Empreitada da Rede Viária de Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro, relativo às áreas não contempladas na SUOPG-5 - discussão e votação. -----**

- Aprovado, por maioria, com setenta e dois votos a favor, um voto contra e duas abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, faça favor, declaração de voto.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Bom, eu votei contra, porque eu até me senti quase rica, senti-me uma proprietária de um daqueles terrenos. Porque, tal como não foi esclarecido, aos proprietários, as possibilidades que têm, se há Regulamentos, se não há Regulamentos, etc., etc., se há alterações no projeto, se há outras perequações, se há possibilidade daqueles terrenos ainda entrarem para negociação, portanto, esta é a razão do meu voto ser contra. É a falta de informação dada aos cidadãos da Guarda, inclusivamente aos membros da Assembleia Municipal. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Também?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “A razão de ser do meu voto de abstenção: acusam-me de extremista, mas, afinal, aqui sou um bocado moderado, porque, em rigor, deveria votar contra, devia ser solidário com o voto da minha colega de bancada. Porque,

efetivamente, nós estamos aqui a votar soluções que não conhecemos, não sabemos que perequação é essa. Eu sei a perequação que, na altura, aprovámos e que negociámos. Esta não sei. Nem sei o que é que isso pode representar, inclusivamente, e as consequências. E o tempo que se vai acabar por perder por causa disso. É por isso.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Senhor Deputado e senhora Deputada: resolução do pedido de declaração de utilidade pública com carácter urgente para expropriação. Não vejo aqui, em lado algum, a palavra perequação. Portanto, eu acho que estiveram a falar de coisas diferentes do que estava, hoje, aqui, neste ponto. Mas pronto. É o que estava aqui. Foi um esclarecimento, apenas.” -----

Ponto 2.6 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Castanheira, Marmeleiro, Santana da Azinha, Vela, Vila Franca do Deão e a União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida – discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, rebobinando aqui um bocadinho. Eu não quis intervir, no ponto anterior, porque, provavelmente, podia aqui provocar qualquer coisa. Vamos lá ver, o que está no Regimento é que o Presidente da Câmara, só para explicar, o Presidente da Câmara é o último a falar. Mas quando os grupos parlamentares tiverem tempo, podem intervir. Depois, a seguir, o senhor Presidente terá a possibilidade ou não de responder. O senhor Presidente será sempre o último a falar. É esta a questão da Lei, ainda ninguém percebeu? Pronto, então, não fiquem, na altura, assim... quer dizer. Depois do senhor Presidente falar, os grupos podem tornar a levantar o dedo, tornar a falar e depois o senhor Presidente responde novamente, caso queira responder. Caso não queira responder, faz lembrar aquela comissão de inquérito, agora, que agora está a decorrer, quando o filho do Presidente da República diz que não responderá porque é arguido. Aqui, que eu saiba, ainda não

há arguidos. Portanto, aqui, nós temos Deputados que querem ser esclarecidos e temos, depois, a seguir, Presidentes de Câmara que devem esclarecer os senhores Deputados e todas as questões que os senhores Deputados colocarem. Relativamente a esta questão e à proposta de atribuição de apoio financeiro para as Freguesias que temos aqui, como é óbvio, o Partido Socialista, vocês já conhecem, os senhores Presidentes de Junta já sabem, nós iremos votar favoravelmente. Mais, tal como dissemos, na altura, quando o senhor Presidente, mais uma vez, veio para aqui dizer que, provavelmente, não haveria contratos interadministrativos, porque a oposição tinha reprovado o orçamento, mais uma vez, e tal como nós dissemos nesse mesmo dia, tornamos a dizer: não há problema nenhum, senhores Presidentes. Continua a haver dinheiro, continua a haver contratos interadministrativos. E, portanto, o Partido Socialista cá estará sempre para votar ao lado das Juntas e ao lado daquilo que é o melhor para as vossas populações. No entanto, há uma situação que nos preocupa, senhor Presidente, e só queríamos tirar esta dúvida que temos: é que, na anterior reunião, portanto, na anterior Assembleia Municipal, veio aqui à aprovação os apoios financeiros às Juntas de Freguesia, entre outras, Aldeia Viçosa, Avelãs da Ribeira, Jarmelo S. Miguel e, na altura, vinha agarrado ao ponto uma dotação financeira inicial de 1 milhão e 50 mil euros para esta questão. Ou seja, dizia: classificação orgânica 0102; classificação funcional 420; classificação económica Freguesias; e, depois, a seguir, código GOP (Grandes Opções do Plano) Acordos de Cooperação com Freguesias. E, nessa altura, vinha que a dotação inicial era de 1 milhão e 50 mil euros; dotação corrigida, 1 milhão e 50; já estavam gastos, portanto, havia um saldo residual de 57 mil 475 euros. Portanto, estamos a falar na última reunião, havia 57 mil 475 euros para esta rubrica. Tudo bem, quer dizer, os senhores Presidentes de Junta que não fossem contemplados este ano, seriam contemplados no próximo ano ou o senhor Presidente de Câmara faria uma revisão orçamental. A verdade é que não me lembro, não nos recordamos de ter havido uma revisão orçamental. E, hoje, aparece-nos, agarrado a este novo contrato, o mesmo documento, mas agora com uma dotação com reforços de 200 mil euros. E, eu, sinceramente, gostaria de saber, retirar as dúvidas e saber como é que se faz a passagem de um lado para o outro, sem que isto vá à reunião de Câmara. Pronto, tão só.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre o tema 2.6? Parece que não. Senhor Presidente da Câmara, faça favor. Se desejar intervir, tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Reitero os cumprimentos. Senhor Deputado, é muito simples. Há uma figura que se chama alteração orçamental e foi produzida uma alteração orçamental. Tão simples quanto isso. E, por decisão nossa, é sempre dado conhecimento, na reunião de Câmara a seguir, depois, dessa alteração orçamental, tal como já tem vindo a ser feito ao longo dos últimos dois anos e meio. Sempre que se produz uma alteração orçamental, depois, na reunião de Câmara a seguir, dá-se conhecimento dessa mesma alteração orçamental. - Seja neste ponto, seja noutros pontos. Mas, já agora, senhor Deputado, já que fala nessa questão, recordar que nós, apesar de estar assumido o compromisso financeiro na totalidade, apenas é pago 50%, porque nós entendemos pagar 50% no ato da assinatura do contrato interadministrativo. Os restantes 50% só são pagos no final da obra. Portanto, de todos os contratos interadministrativos que nós assinámos, haverá um bom punhado deles, permitam-me a expressão, que irão transitar para o próximo ano. Portanto, depois, lá no final do ano, vai ter que ser feito aqui mais algum acerto sobre este ponto de vista. Mas isso são questões da gestão diária da autarquia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.6 à votação.” -----

- **Resultado da votação do 2.6 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Castanheira, Marmeleiro, Santana da Azinha, Vela, Vila Franca do Deão e a União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

Ponto 2.7 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Freguesia da Castanheira e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e a Junta de Freguesia da Castanheira - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Presidente de Junta, faça favor.” -----

- **António Martinho, Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira (PSD):** “Ora, boa tarde para todos. Na pessoa do senhor Presidente, sintam-se todos cumprimentados. Vou tentar ser breve, para o pessoal saber o que se passou a nível do prejuízo que nós tivemos e a respetiva atribuição deste apoio extraordinário de 20 mil euros. Foi assim: no dia 21 de novembro do ano passado, no inverno, o nosso pessoal andou com o trator da Junta. No inverno o trator acaba por ser um bloco quente e, durante a noite, os ratos gostam de se alojar, segundo se sabe, são os ratos, as cobras e gostam de se alojar nesses espaços quentes. O que aconteceu foi que os ratos brincaram com os fios, fez curto circuito e ardeu a totalidade do trator, do braço limpa bermas e grande parte do edifício. O prejuízo: 67 mil euros. Portanto, o senhor Presidente, no dia a seguir, telefonou-me a dizer: senhor Presidente, você teve este prejuízo, a Câmara vai colaborar. Finalmente, a Câmara vai colaborar. Volto a dizer, trator, braço e edifício, com um prejuízo de 67 mil, a Câmara vai colaborar com 20. Falando em percentagem, a Câmara colabora com 30% e a Junta tem um prejuízo de 47 mil. Se me disserem, é bom? Falando em percentagem e o impacto que há para uma Junta com este prejuízo é, como vocês devem calcular, muito, muito, muito acentuado e difícil de gerir. Para uma Câmara, só colaborar com 30% desta verba... pronto, muito sinceramente, a população da Castanheira esperava um bocadinho mais. É melhor do que nada? É. Mas, perante uma fatalidade... e alguns colegas também dizem: é melhor do que nada. Outros, se tiverem prejuízos, certamente não vai ser muito provável que haja mais prejuízos desta natureza. Portanto, resumidamente, é isto que se passa. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer dar algum esclarecimento? Faça favor. Desculpe.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Só queria perguntar ao senhor Presidente da Junta, suponho que da Castanheira, se não tem seguro? Se o trator não tem seguro? Se o edifício não tem seguro? Que é uma coisa que habitualmente se faz, digo eu.” -----

- **António Martinho, Presidente de Junta de Freguesia da Castanheira (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. Tínhamos seguro, o seguro normal. Ou seja, continuámos com o seguro que o trator já tinha e o resto já tinha, seguro normal. O seguro não cobre, não. Neste momento, o edifício era da Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia cedeu ao lar para ampliação. Portanto, fica exatamente atrás do lar, há pessoas que sabem. E já não é da Junta, é do lar, para ampliação. Portanto, o lar não tem seguro, porque, aquilo, quando ampliar o lar, já veio aqui a esta Assembleia a aprovação da ampliação, há cerca de um ano, um ano e tal, isso também iria ser intervencionado e, por isso, sei que não tinham seguro, não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente de Junta.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, claro que estamos de acordo com o apoio à vossa Junta de Freguesia e achamos que nestas situações é quando as Câmaras têm que ser solidárias. Seja com a Junta de que partido for, é nessas alturas que se vê a solidariedade das Câmaras e, mais, devia-se também ver a solidariedade entre as próprias Juntas de Freguesia, porque, realmente, quando acontece uma calamidade, aí temos que estar todos juntos. E, portanto, nós, infelizmente, também não estamos no poder, dar-lhe apenas a nossa solidariedade relativamente a essa situação. Depois, ó senhor Presidente, tudo bem. Eu continuo a ver aqui uma dotação inicial e vejo reforços a créditos especiais e anulações de cerca de 200 mil euros, relativamente a esta rubrica. Nós continuamos não satisfeitos. O senhor Presidente irá responder da mesma forma que respondeu há pouco. Nós iremos tentar informar-nos, relativamente a esta passagem, porque achamos que isto aqui é uma modificação orçamental e esta modificação orçamental deveria ter sido votada pelo Executivo, coisa que não aconteceu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma intervenção de algum senhor Deputado? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara deseja responder? Faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente, muito obrigado. Cumprimentos, mais uma vez. Bom, este é o valor possível. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, é o valor possível, depois de nós fazermos as contas, porque nós temos também muitas contas para pagar. Temos as obras dos incêndios nas Freguesias todas, temos as obras das intempéries e, no final, o dinheiro não chega para tudo e nós temos que tomar opções, conforme, de vez em quando, nos dizem. E, por isso, este é o valor possível para ajudarmos a Junta de Freguesia, o montante de 20 mil euros. Senhor Deputado Miguel Borges, a alteração orçamental está na esfera das competências de mim próprio, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Isso ficou bem definido e aquilo que ficou salvaguardado foi que, tal como eu disse há pouco, na reunião de Câmara seguinte é dado a conhecer o documento da alteração orçamental respetiva. Aliás, eu já tinha dito isso, precisamente, à senhora Vereadora, que ela levantou e, bem, essa questão, na última reunião de Câmara. E é assim que vai ser feito, tal como tem vindo a ser feito desde o início do mandato. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do 2.7 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário à Junta de Freguesia da Castanheira e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e a Junta de Freguesia da Castanheira - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com setenta e quatro votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Antes de entrarmos no ponto final - Informação - colocava as deliberações à aprovação em minuta. Estou a pôr, agora, à aprovação das deliberações em minuta, antes de entrar no último ponto, para, depois, não me esquecer. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, com 76 votos, por unanimidade.” -----

Ponto 2.8 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado se deseja inscrever? Senhor Deputado Luciano Calheiros, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Três breves apontamentos, neste ponto. Primeiro, para dizer que creio que toda a gente está de acordo que a economia é, seguramente, uma das principais áreas da governação e, certamente, que esta Câmara também não será diferente. As empresas têm um papel importantíssimo no desenvolvimento do território, isto também é verdade, estamos todos de acordo e, aqui, portanto, na Guarda, também. As pequenas e médias empresas, as PME, têm muita importância e, por isso, eu gostaria aqui de expressar, também, a enorme satisfação e saudar as quarenta e duas PME do concelho, que tiveram, recentemente, um reconhecimento, o estatuto PME Líder. Este estatuto, como sabemos, é um selo de reputação criado pelo IAPMEI, em parceria também com o Turismo de Portugal e que distingue as pequenas e médias empresas pelo seu superior desempenho económico/financeiro. Nesta distinção, gostaria, também, de felicitar todas as empresas da Guarda e todos os empresários e que este prémio seja um prémio motivacional, porque nós precisamos, cada vez mais, de criar riqueza, precisamos de fixar pessoas, precisamos de criar emprego. Estamos todos de acordo, porque só assim o concelho será um concelho mais desenvolvido. Portanto, que este prémio e outras distinções sirvam de motivação para atração de muitos outros investimentos, porque eu sei que a Câmara, desde há uns anos a esta parte, tem feito este trabalho e tem essa preocupação na captação de investimento. Depois, um outro apontamento, relativamente a uma intervenção que foi feita aqui, de manhã, por um senhor que eu não conheço, o senhor Quintela. Falou aqui de um assunto, que é um assunto muito sério, que é a morte. Eu estive a falar do desenvolvimento, de riqueza e, agora, passo a falar desse assunto. Eu subscrevo, na íntegra, a intervenção do senhor, porque nós somos uma capital de Distrito, nós devíamos ter ou tentar ter a cremação, através, portanto, da influência que o senhor Presidente possa ter ou qualquer outra pessoa, porque não sei como é que isso se processa. Mas devíamos ter essa opção. Esse equipamento é um equipamento fundamental, porque, cada vez mais, as pessoas optam pela cremação. As pessoas estão informadas e, cada vez mais, optam pela cremação. E, portanto, devíamos ter cá, também, um forno de cremação, que é assim que, tecnicamente, creio eu, se chama.

Depois, para terminar, uma outra alusão, também, que tem a ver com a cultura e com eventos. Recentemente, eu tive oportunidade de estar aqui na Guarda e assistir a um evento que é o Guarda-Livros. O Guarda- Livros é um evento muito interessante, que eu considero muito interessante. Eu conheço a pessoa, eu conheço o Tito Couto há muitos anos. Eu vivi trinta e três anos em Paredes, ele é de Paredes e trabalhou com a Câmara, onde eu fui Chefe de Gabinete, e, portanto, trabalhava connosco. Eu conheço o trabalho dele. Ele é uma pessoa com muito conhecimento e é uma pessoa de conhecimentos. E desenvolveu aqui este conceito. Eu participei no dia em que estive cá o Alberto Santos, que é o ex-Presidente da Câmara de Penafiel, e fiquei agradado com aquilo que vi, independentemente do número de pessoas que estavam em qualquer sessão. Aliás, eu disse isso à senhora Vereadora que estava lá...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Portanto, acho que é um conceito interessante, acho que deve continuar e acho também que devíamos aportar esse conceito, e tive oportunidade de dizer ao próprio, à intervenção de algumas pessoas da Guarda. Porque a Guarda tem uma vertente cultural muito forte e nós temos aqui pessoas muito qualificadas. No ano passado, por exemplo, nesse mesmo conceito, que era um pouco diferente, houve pessoas que participaram. A Cláudia foi uma delas, estou a olhar para ti, como a Anabela e outras pessoas que eu conheço. E, portanto, nós temos aqui gente que está habituada. E, senhora Vereadora, talvez fosse importante aportar ali mais gente nossa, daqui, para atrair também mais público ao evento. Portanto era a mensagem que eu deixava. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se haverá mais alguma intervenção? Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, senhor Presidente. Em si, cumprimento todos os que nos ouvem. Só para dizer que concordo plenamente com o meu amigo Calheiros. Já tinha dito, de manhã, em relação a esse assunto mortuário. Eu próprio vou tentar ver como é que se consegue fazer, porque acho que é preciso envolver as empresas mortuárias para fazer isso. É, efetivamente, um assunto importantíssimo. No âmbito da cultura, subscrevo o que foi dito e dizer mais uma outra coisa: foi lançado

este ano, uma obra que teve a intervenção de três Presidentes, o Dr. Álvaro Amaro, o Dr. Chaves Monteiro, que neste momento não está aqui, e o Presidente Sérgio Costa. É uma história da Guarda, sobre a Guarda. Eu entendo que ninguém tenha falado sobre isso, porque, efetivamente, é uma obra que vai demorar muito tempo para a gente a digerir. Mas é importantíssimo que uma capital de Distrito tenha um documento de síntese. Ou seja, temos um documento global, amplo, mas devíamos, não sei como, tentarmos fazer uma síntese daquela obra, porque é muito difícil de manusear e de oferecer aos nossos primos de Lisboa que nos venham ver, devíamos, se calhar, fazer um resumo. E é esse o desafio que eu aqui lanço, para que se faça uma síntese, manuseável, de custo mais acessível, para funcionar com uma obra de grande divulgação, agradecendo a todos os Presidentes a obra fundamental e nuclear, sobre a história da Guarda, que foi recentemente apresentada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “A minha intervenção seria também em jeito de resumo e também em jeito de conclusão. Eu, desde já, também saúdo o Presidente, porque, apesar de não ter respondido às minhas questões, no último ponto pelo menos respondeu. Já é um princípio de comunicação. Isso é bom. Portanto, quando uma pessoa faz uma pergunta, espera sempre uma resposta, mesmo que a resposta seja dúbia ou seja o sinónimo de uma não resposta. Portanto, eu queria aqui fazer um breve discorrer sobre aquilo que são de facto as informações do município e sobre aquilo que tem sido feito. E eu devo ir logo para a cultura, para as atividades no teatro e devo destacar a peça que esteve aqui na Guarda. Eu fui vê-la, não pude vê-la na Guarda, fui assistir à estreia ao São Luiz e, de facto, espero que, aquela peça, possamos todos voltar a vê-la um dia e possamos, de facto, lembrar-nos sempre daquela peça e orgulhar-nos que a antestreia, daquela que eu considero uma verdadeira peça de teatro, uma verdadeira obra de arte, tenha sido aqui no TMG. Isso reporta-me para outro pensamento que é aquilo que nós podemos fazer no nosso Teatro Municipal. Eu sei que sou chato e também nesta questão tenho falado muito sobre isto e, às vezes, há coisas que costumam ouvir. Mas é minha convicção que no teatro podemos fazer muito mais. Podemos ter

mais “Felizmente há Luar”. Podemos ter mais peças deste nível, desta envergadura. A Guarda tem essa capacidade, a Guarda tem essa massa crítica. Se calhar anda esquecida, se calhar está um pouco emigrada, por assim dizer. Mas nós temos essa capacidade e é uma questão que me deixa perplexo, como é que o teatro se deixou perder neste emaranhado de não querer ser uma estrutura nacional e querer ser, cada vez mais, uma estrutura local e assumir um desígnio local, em vez de assumir, verdadeiramente, um desígnio nacional, como deveria assumir. Isso é um erro estratégico. Não podem dizer que essa é a opção acertada. Não há um teatro, minimamente, que queira uma visão de futuro, uma visão alargada no país, que procure consertar a sua programação a nível meramente local. Portanto, nós temos que alinhar pelos padrões da RTCP e temos, de facto, que dar ao TMG a grandeza que ele tem e a grandeza que, desde o início, tem. Em relação ao SIAC, aqui na página vinte e cinco diz: foi feita a reformulação do programa do SIAC. Onde é que está o SIAC? Se foi feita a reformulação, se esta foi uma atividade do município, onde é que ela está? E queria também falar da questão, porque também me cabe a mim, sendo eu da JSD, a questão do Plano Municipal da Juventude. Acho muito bem que o município tenha um Plano Municipal da Juventude. Não vou fazer uma crítica direta à adjudicação, se estão empenhados em fazê-lo, eu louvo esse empenho e acho que fazem muito bem. Espero, sinceramente, e sei que os jovens da Guarda serão ouvidos, mas eu acho que em todos estes processos, ou em muitos deles, os técnicos da autarquia são um pouco secundarizados. E acho que nós podíamos também fazer mais com a prata da casa e podíamos, de facto, pegar naquilo que já foi feito. Eu sei que o João Vaz e o José Rodrigues andaram, por exemplo, a dinamizar um Livro Branco da Juventude, até no Conselho Municipal da Juventude. E, portanto, esse Livro Branco deve ser um ponto de partida e deve, acima de tudo, até, sobrepor-se àquilo que possa advir de uma empresa ou de um prestador de serviços externo. Temos jovens guardenses a contribuir, temos jovens guardenses a fazer um Livro Branco para a Juventude e, portanto, se calhar, eu espero que os 16 mil euros não sejam em vão e que esse Livro Branco, se calhar, responderia a 75%, 80% das nossas necessidades. Depois, falar do Centro Coordenador de Transportes, a questão das partidas e chegadas. Eu, de facto, ontem, cheguei à Guarda, era quase meia-noite, cheguei de autocarro e, de facto, estão lá as partidas e as chegadas. Não custa nada, senhor Presidente, não custa nada. É isto que se exige numa cidade, é que uma pessoa chegue a um Centro Coordenador de

Transportes e tenha um ecrã a dizer se os autocarros partem, de onde partem, para onde vão, porque as pessoas perguntam para onde é que vão os autocarros, e, de facto, não têm respostas, a não ser online. E muitas delas não conseguem aceder ao telemóvel, nem percebem como é que funcionam as aplicações da Rede de Expressos e, às cinco da manhã, quando muita gente apanha um transporte, como sabe muito bem, a Central de Camionagem não está aberta e, portanto, é muito importante. No entanto, essas partidas e chegadas ainda não estão operacionalizadas. Espero que estejam, tal como o serviço de informação em tempo real. Finalmente, falar do prémio Nacional de Turismo 2024. Não sei se é esta a estratégia que o município quer seguir eternamente, não sei se é isto, a compra de prémios e a compra de nomeações que potencia os Passadiços. Espero que seja. Mas, senhor Presidente, duas ideias que eu também já venho dizendo. E isto não é preciso ser um génio. Precisamos de sinalização. Quando chegamos à Guarda, um turista que chegue à Guarda, que queira visitar, que venha de carro, precisa de ter sinalização para os Passadiços...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Eu vou já terminar, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Eu estou é a pedir silêncio.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Mais importante seria e, concluo dizendo, para mim, na minha visão, mais importante seria, do que comprar este ou aquele prémio, o mais importante seria perceber, efetivamente, os pequenos, médios e grandes gestos que podem melhorar o conhecimento das pessoas que nos visitam, desta infraestrutura, nomeadamente, um transporte para os Passadiços providenciado pelo município, um transporte pendular e depois, noutra medida interessante, sinalização. Sinalização. Uma placa que diga onde são os Passadiços. Como nós vamos a outras cidades e os monumentos de interesse, qualquer infraestrutura de interesse público está sinalizada, falta essa sinalização dos passadiços, sinalética, para que as pessoas que não conhecem a Guarda possam lá chegar, com rapidez e eficiência. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Um pequeno esclarecimento. Já não estamos em período de votação, a senhora Segunda Secretária

[illegible]